



# Economia brasileira I



# **Economia brasileira I**

Andréia Moreira da Fonseca  
Daniela Scarpa Beneli

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Alberto S. Santana  
Ana Lucia Jankovic Barduchi  
Camila Cardoso Rotella  
Cristiane Lisandra Danna  
Danielly Nunes Andrade Noé  
Emanuel Santana  
Grasiele Aparecida Lourenço  
Lidiane Cristina Vivaldini Olo  
Paulo Heraldo Costa do Valle  
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Vaine Fermoseli Vilga  
Regina Lúcia Sanches Malassise

**Editoração**

Adilson Braga Fontes  
André Augusto de Andrade Ramos  
Cristiane Lisandra Danna  
Diogo Ribeiro Garcia  
Emanuel Santana  
Erick Silva Griep  
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

F676e Fonseca, Andréia Moreira da  
Economia brasileira I / Andréia Moreira da Fonseca,  
Daniela Scarpa Beneli. – Londrina : Editora e Distribuidora  
Educacional S.A., 2017.  
184 p.

ISBN 978-85-8482-823-4

1. Economia. 2. Brasil – Condições econômicas. I.  
Boechat, Daniela Scarpa Beneli. II. Título.

CDD 330.981

---

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Brasil Colônia: colonização, açúcar e ouro</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - Colonização e a economia açucareira	11
Seção 1.2 - O ciclo do ouro	25
Seção 1.3 - A questão da mão de obra	39
<b>Unidade 2   Da economia cafeeira à industrialização</b>	<b>59</b>
Seção 2.1 - O último grande ciclo econômico: início e fim da economia cafeeira	61
Seção 2.2 - A crise mundial e o início da industrialização	73
Seção 2.3 - O processo de substituição de importação	85
<b>Unidade 3   Brasil: industrialização e crescimento econômico</b>	<b>99</b>
Seção 3.1 - O Estado e a industrialização	101
Seção 3.2 - Mudança no comércio exterior: o Brasil exportador	115
Seção 3.3 - As conquistas sociais e os "50 anos em 5"	127
<b>Unidade 4   O golpe militar e o impacto na economia brasileira</b>	<b>141</b>
Seção 4.1 - Os governos militares	143
Seção 4.2 - Milagre econômico: o período glorioso da economia?	155
Seção 4.3 - Crescimento econômico com endividamento	167



# Palavras do autor

O conhecimento sobre a história está no nosso presente. Enxergar inconsistências econômicas é entender o porquê de elas existirem. Vamos pensar: é comum, por exemplo, grandes propriedades territoriais de cana-de-açúcar e café conviverem com condições miseráveis de trabalho, não é mesmo? Também é bastante frequente vermos caminhões enormes transportando carros por estradas estreitas. E o comprometimento do orçamento público com penosos encargos financeiros, enquanto milhões de crianças esperam por boa educação, também não é uma notícia corriqueira? Pois, é. Essas situações são fatos historicamente construídos.

Melhor do que enxergar essas inconsistências é compreender suas origens. Esse material lhe propõe trilhar a trajetória da formação econômica do Brasil para compreender como essas inconsistências remontam ao período do seu “descobrimento”, o que lhe permitirá conhecer as origens do processo econômico de industrialização no Brasil. Ao trilhar no esforço dessa compreensão, você estará exercitando o raciocínio crítico sobre todos esses fatos e compreendendo melhor nossa sociedade e cultura. Depois, basta construir suas opiniões, pensar novos caminhos para nosso país e contribuir para solucionar alguns dos problemas econômicos.

Não se esqueça que, para alcançar esses resultados, você precisará se preparar de forma antecipada para cada aula, estudando o material e fazendo os exercícios propostos. Sua força de vontade e seu empenho serão fundamentais nesse processo.

Então vamos lá. A primeira unidade irá lhe contar sobre nossa colonização, quando ocorreu a extensa delimitação territorial e a exploração dos nossos recursos naturais em benefício dos países europeus. Na Unidade 2, você conhecerá a construção e o esgotamento dos mecanismos de defesa da economia cafeeira e as circunstâncias que se sucederam até a implantação de um projeto nacional protecionista da indústria nascente. Assim, você entenderá que nossa indústria nasceu protegida, cuja proposta envolvia o desenvolvimento de setores estratégicos importantes. A Unidade 3 lhe descreverá o processo de industrialização brasileira induzido pelos planos de desenvolvimento estatal, contando sobre as restrições inerentes ao seu processo de constituição. Então, a Unidade 4 retratará sobre as propostas da ditadura para a economia, que pensaram um país grande, mas

que trouxeram as sementes do endividamento público, comprometendo nossa economia até os dias de hoje.

O Brasil é, sobretudo, uma construção histórica. Você começará uma viagem no tempo, que começa com navios e termina com rodovias interligando o território nacional. Preparado para essa viagem do “descobrimento” do Brasil? Arrume suas malas.

## Brasil Colônia: colonização, açúcar e ouro

### Convite ao estudo

Provavelmente, você já deve ter se questionado como nosso país se tornou um grande exportador de recursos naturais. Entre os motivos, logo se colocam aqueles relacionados às diversidades territoriais e climáticas, às condições geográficas privilegiadas, repleta de rios, florestas e minérios. Mas a história da formação econômica brasileira demonstra que os motivos vão além dos determinantes geográficos, tendo passado por motivos econômicos e políticos, de interesses nacionais e internacionais.

Para você identificar essas motivações econômicas e políticas, é necessário remontar ao período da colonização brasileira e entender como ela se inicia já subordinada aos interesses externos. E, então, você perceberá como a organização e o funcionamento da estrutura da economia colonial brasileira se fundamentaram na comercialização de gêneros tropicais e minerais, cujas demandas derivavam das metrópoles europeias.

Essas demandas externas determinaram impulsos econômicos na colônia, começando pelo açúcar; depois, o ouro; e, por fim, o café, cuja decadência criou elementos para a industrialização. Esta unidade descreverá dois desses três impulsos, trazendo fatos socioeconômicos importantes que ajudam a compreender nossa atual estrutura produtiva. Entre eles, as estruturas de produção e/ou extração dos gêneros e seus reflexos sobre a industrialização, as condições precárias no emprego da mão de obra, o estabelecimento de núcleos econômicos no Brasil e as consequências sobre a ocupação territorial, e as nações europeias que muito se beneficiariam economicamente com o recebimento da renda gerada pela comercialização desses gêneros.

A compreensão desses fatos ajudará a perceber porque nosso país, apesar de possuir uma produção nacional dentre as maiores do mundo, possui também péssima distribuição de renda e desigualdades regionais. São reflexões que ampliam seus conhecimentos sobre a cultura e a sociedade brasileira, exigindo de você o desenvolvimento do raciocínio crítico.

Ao longo da colonização, o Brasil estabelece sua língua, costumes, pessoas e hábito de vida. No começo, havia apenas indígenas e, aos poucos, ocorre a miscigenação da população, com a chegada dos europeus, africanos e asiáticos. Assim, nasce a diversidade cultural, de religião e de hábitos, definindo um jeitinho brasileiro de ser. Mas, por que tantas pessoas diferentes viriam morar no nosso país? Um dos impulsos dessa emigração foram os atrativos naturais presentes no nosso país, que, transformados, teriam grande valor comercial no mercado europeu.

Entre os séculos XVI e XVIII, nossa economia esteve praticamente subjulgada aos interesses de um capitalismo comercial em plena expansão na Europa. As diferentes funções produtivas influenciaram a emergência de uma sociedade inicialmente rural, com tarefas produtivas que predominavam nesse meio. A sociedade brasileira nasce assim, em meio às transformações econômicas, sociais e culturais presenciadas nesse período. Uma burguesia local pouco expressiva, sem autonomia política para impedir uma dependência econômica, política e cultural predominou nesse período.

Para conhecermos a história econômica do Brasil desde o seu descobrimento, nesta unidade, teremos a ajuda da história do Sr. Raul Abreu Melo, que é um grande fazendeiro do interior do país. Ele é descendente de portugueses e sempre ouviu com muito interesse as histórias que o seu avô contava sobre seus antepassados. No último Natal, ele recebeu um presente de um de seus netos que o deixou muito feliz: uma árvore genealógica da família Abreu Melo. Com o presente em mãos, Raul ficou interessado em saber a história de vida de alguns membros da sua família. Através dessas histórias, nós vamos conhecer as origens do processo econômico de industrialização do país e Raul vai entender por qual motivo sua família é tão tradicional no Brasil.

Ao longo das três seções desta unidade, vamos apresentar aspectos históricos da formação da nossa economia associados aos eventos pelos quais passaram os membros da família do Sr. Raul Abreu Melo.

Na primeira seção (1.1), analisaremos as características da nossa colonização e estudaremos a organização socioeconômica da produção de açúcar. Na

segunda (Seção 1.2), vamos contar como ocorreu a extração do ouro na colônia e seus efeitos sobre o incipiente mercado interno e a ocupação de porções desconhecidas da colônia. Por último, na Seção 1.3, descreveremos sobre a economia cafeeira, a questão da mão de obra resolvida pela imigração e o assalariamento, refletindo em estímulos ao mercado interno.

Ao terminarmos essas aulas, esperamos que você consiga compreender que muitos dos problemas econômicos atuais de concentração fundiária, péssima distribuição de renda, exploração indiscriminada dos recursos naturais e desigualdades regionais remontam do período da nossa colonização. Vamos desvendar a história econômica do nosso país?



# Seção 1.1

## Colonização e a economia açucareira

### Diálogo aberto

O Sr. Raul Abreu Melo ficou muito feliz com o presente de Natal que recebeu de um dos seus netos: uma árvore genealógica da família. Curioso para descobrir mais sobre seus antepassados, ele começa a pesquisar sobre a vida do primeiro nome que aparece na árvore: Martin Abreu Melo. Nessa pesquisa, ele descobre que Martin Abreu Melo foi um colono português do século XVI que estava encantado com os relatos que lia sobre as grandes navegações dos comerciantes aventureiros que encontraram novas terras, até então, nunca antes mencionadas. Ele ficou muito motivado por conhecê-las e se tornar um proprietário, mas não tinha recursos financeiros suficientes para isso. Então, o Rei de Portugal lançou a oportunidade de ele se tornar um donatário, lhe concedendo fundos de empréstimos e muitos direitos de soberano. Em viagem ao Brasil, Martin navegou durante dois meses pelo Oceano Atlântico até chegar na capitania de Pernambuco, onde se estabeleceu como proprietário de um latifúndio e construiu um engenho de açúcar, cuja produção era utilizada para manter o contingente de mão de obra em operação. Com árduo trabalho, Martin prosperou rapidamente. Ao desvendar a história do seu primeiro antepassado conhecido, Raul ficou com a seguinte dúvida: considerando que na época do Brasil Colônia não havia uma economia de mercado interno, como Martin conseguia auferir tantos lucros e como ele adquiria seus bens e serviços para consumo?

Para ajudá-lo a responder a esse questionamento, é necessário entender como funcionava a economia durante esse século e como eram operacionalizadas as fazendas de cultivo de cana e as manufaturas do açúcar. Vamos em frente?

## Não pode faltar

Você sabia que nossa economia, aos moldes do capitalismo, começou a se formar no litoral do Nordeste brasileiro, na região onde Martin Abreu Melo e sua família enriqueceram? No Nordeste, se configurou, no século XVI, um negócio lucrativo, voltado para o mercado externo, através da especialização na produção do açúcar, artigo de consumo muito desejado nos mercados europeus, mas muito escasso (tanto que era vendido em gramas). Esse negócio enriqueceu muitos europeus e novos colonos, que passaram a habitar nosso país, mas não enriqueceu grande parte da população que passou a constituir o território brasileiro. Você percebe que a forma como tudo começou e procedeu é coerente com muitos dos problemas sociais e econômicos existentes até hoje nessa região? A seguir, contaremos um pouco da história do nosso país, focando nos acontecimentos econômicos e políticos que ocorreram ao longo dos séculos XVI e XVII.

A história da expansão marítima das nações europeias determinou como esse negócio no Nordeste começou e se desenvolveu. O que se convencionou chamar de “descobrimto” do Brasil, em 1500, fez parte da história do comércio europeu. Nesse momento, o prestígio estava no comércio com o Oriente, recheado de objetos muito demandados nas nações europeias. O pensamento em vigor nessas nações era criar práticas econômicas que ampliassem a venda de produtos ao mercado externo, ou seja, aumentar as exportações e reduzir as importações, e o conjunto dessas práticas denominou-se mercantilismo.

O Pacto colonial foi um dos elementos básicos constituintes da política econômica mercantilista, pois proibia que a colônia realizasse quaisquer relações comerciais com outras nações europeias, garantindo o monopólio comercial entre colônia e metrópole, estabelecendo regulamentações econômicas e políticas bastante vantajosas para a realização dos lucros comerciais.

Desde os últimos anos do século XV, navegantes portugueses e espanhóis estavam em busca do caminho para as Índias e das preciosas mercadorias do Oriente. Os portugueses seguiram pela rota do Oriente, contornando a África, e ao avançar ao mar, Portugal encontrou as Ilhas Cabo Verde, Madeira e Açores. Continuando mais ao sul, na costa africana, encontraram possibilidades de extrair lucro comercial pela compra e venda de escravos negros, cujo comércio já era praticado entre as próprias tribos africanas. Os espanhóis, entendendo que a terra era redonda, navegaram pelo Ocidente, e ambos se depararam com a América.

Os espanhóis, inicialmente, foram mais felizes, pois logo se depararam com terras que lhe forneceram metais preciosos. Portugal não teve a mesma sorte inicial com os metais preciosos e precisou encontrar formas de extrair lucro pela exploração das terras que encontrava. Na África, logo perceberam oportunidades de lucro na comercialização de escravos. Mas, no Brasil, as perspectivas iniciais não foram

brilhantes. Américo de Vespúcio, famoso navegante da época, escreveu a esse respeito nas suas cartas, descrevendo o novo mundo como uma terra em que não se encontrava nada de proveito (PRADO JÚNIOR, 1979).

Então, quando chegaram nas nossas terras, os portugueses buscaram formas de aproveitá-las comercialmente. Os aventureiros que chegaram à costa brasileira encontraram, com relativa densidade, uma espécie vegetal da qual se extraía corante, muito utilizado na tinturaria do mercado europeu. Dessa forma, se iniciou a extração da madeira pau-brasil, denominação que se perpetuaria no nome do país (PRADO JÚNIOR, 1979).

Apesar da concorrência entre portugueses e espanhóis nas primeiras viagens, o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, dividiu a América com uma linha imaginária, resolvendo as disputas. Como o litoral brasileiro ficou com os portugueses, os espanhóis deixaram de disputá-lo. Mas os franceses não reconheceram essa divisão e traficaram o pau-brasil nas costas brasileiras. Assim, portugueses e franceses devastaram em larga escala florestas nativas donde se extraía a madeira. Contaram com a ajuda das tribos nativas, praticando o escambo com miçangas, tecidos, peças de vestuário, facas e canivetes. Os portugueses também presenteavam os índios com ferramentas que os ajudavam na extração, como machados e serras. Era uma atividade interessante. A margem de lucro era menor do que aquela auferida pelos artigos com o Oriente, mas, ainda assim, era considerável, pois os preços do pau-brasil alcançavam níveis elevados na Europa.

Os portugueses consideraram a extração do pau-brasil como monopólio real, ou seja, era privilégio da coroa a extração desse recurso. A coroa precisava conceder o direito de exploração do pau-brasil e aplicava cobranças sobre sua exploração. A primeira concessão foi outorgada, em 1504, a Fernando de Noronha, que extraiu o pau-brasil da ilha que leva seu nome hoje. Esse sistema não era utilizado apenas com o pau-brasil, mas com todas as atividades ultramarinas, o comércio das especiarias com a Índia, além do ouro, marfim ou escravos na África. Já os franceses tinham uma política mais liberal, pois nunca instituíram monopólios ou privilégios reais.

Com ou sem direito legal, portugueses e franceses traficaram pau-brasil ativamente até meados do século XVI. A indústria extrativa era nômade e rudimentar, e não logrou constituir um povoamento regular e estável. Os traficantes se aproximavam da costa, escolhiam um local próximo das matas, extraíam e embarcavam a madeira com a ajuda dos índios. Com essa técnica rudimentar, em alguns decênios se esgotaram as matas costeiras que continham a preciosa árvore, resultando na decadência dessa atividade. Qualquer semelhança com a atualidade será mera coincidência?

Os portugueses e franceses continuaram a extrair pau-brasil esporadicamente, mas sua relevância econômica perdeu importância, à medida que outros setores da economia passaram a aflorar.

No terceiro decênio do século XVI, o Rei de Portugal entendeu que seus direitos sobre as terras americanas estavam ameaçados. Aqueles direitos estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e o sistema de guarda costas volantes foram insuficientes para controlar as invasões dos franceses. Dessa forma, os portugueses buscaram ocupar efetivamente a colônia, mas sabiam que não seria um processo simples. Os traficantes de madeira já estavam abandonando a atividade extrativista diante da queda nos lucros. Além disso, a população portuguesa ainda era escassa, naquele período havia cerca de dois milhões de habitantes, quantia insuficiente para promover a emigração.

Assim, o Rei de Portugal procurou conceder vantagens suficientemente promissoras que compensassem a ida para terras inóspitas (você se lembra da história de Martin Abreu Melo?). O Rei concedeu poderes soberanos para os súditos que viessem a arriscar sua riqueza no empreendimento na nova terra. Mesmo assim, poucos foram os pretendentes. Nenhum deles fazia parte da grande nobreza ou do alto comércio do Reino, sendo pessoas de pequena expressão social e econômica, que gozavam de ambições para se tornarem grandes senhores e latifundiários. Dos doze recrutados, apenas dois obtiveram sucesso na colônia.

Com o interior do Brasil ainda desconhecido, dividiu-se a costa brasileira em faixas, denominando-as de capitanias. Os titulares das capitanias se tornaram os donatários e com poderes soberanos, podendo nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber impostos e distribuir terras entre os colonos. Semelhante às relações sociais entre suserano e vassalo da Idade Média, o Rei preservou direitos de suserania em relação aos donatários, que ficaram responsáveis por custear o transporte e pelas condições de estabelecimento dos povoadores. Mas, como os donatários não dispunham de muitos recursos próprios, precisaram levantar fundos em Portugal e na Holanda.



### Vocabulário

Na suserania, o suserano doava algum bem, normalmente terras, ao vassalo, que, em troca, lhe concedia fidelidade, prestando serviços como aqueles de natureza militar, visando proteger as terras recebidas. Dessa forma, ao manter direito de suserania, o Rei de Portugal garantia, por parte do donatário, o compromisso de proteger e cuidar das terras recebidas.

E os portugueses e holandeses já enxergavam os elevados lucros comerciais do açúcar, artigo ainda pouco produzido e de valor econômico elevado no mercado europeu. O fornecimento do açúcar era insuficiente: produzia-se na Sicília e nas Ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde), povoadas e exploradas pelos portugueses, além de abastecimento derivado do Oriente (PRADO JÚNIOR, 1979). Os holandeses eram especialistas no comércio intra-europeu e foram grandes financiadores da economia

açucareira e, por isso, tiveram um papel importante para efetivar os planos portugueses de ocupação brasileira. Eles dispunham de organização suficiente para expandir o comércio do açúcar, criando ainda mais mercado para esse produto e, ainda, os poderosos grupos financeiros holandeses financiaram as instalações produtivas no Brasil e a importação de mão de obra (FURTADO, 1989).

Se os holandeses tinham experiência comercial e fortes grupos financeiros, os portugueses tinham o conhecimento técnico do cultivo da cana e da manufatura do açúcar, pois tinham adquirido esse know-how nas colônias das Ilhas do Atlântico. Além disso, eles conheciam a costa brasileira o suficiente para perceber que as condições climáticas (quente e úmida) para o cultivo da cana de açúcar eram favoráveis. A qualidade do solo foi inicialmente ignorada, mas a costa brasileira revelou-se, de forma geral, muito adequada.

Com esse conhecimento técnico, os portugueses decidiram empreender a colonização associando esse objetivo à implementação da atividade açucareira. Eles compreendiam que o cultivo da cana seria viável economicamente apenas em grandes plantações, sendo necessários muitos trabalhadores para realizar todas as etapas produtivas, ou seja, plantação, colheita e transporte da cana até o engenho, que a transformaria em açúcar. Essas etapas precisavam ser feitas em grandes volumes de cana para que o negócio se tornasse lucrativo o suficiente para compensar o risco desses novos colonos em terras desconhecidas. Aos trabalhadores, seria necessário impor formas de explorá-los em grande escala (PRADO JÚNIOR, 1979).

Assim, à princípio, recorreu-se aos índios como mão de obra. Entretanto o sistema baseado no escambo passou a não funcionar na medida em que chegavam mais colonos e reduzia-se o interesse dos índios pelos objetos insignificantes que antes eram doados a eles. Além disso, a extração do pau-brasil era esporádica e se adequava melhor à natureza nômade dos índios, enquanto o trabalho no cultivo da cana exigia disciplina, com métodos rigorosos e sedentários, muito distante das formas de vida livre dos nativos. E, assim, com a introdução da agricultura da cana, os índios passaram a ser perseguidos e escravizados, gerando muitas lutas e guerras com os colonos. Os nativos se defenderam e foram grandes lutadores, mesmo levando a pior na maioria dos confrontos. Houve certos trechos do atual sul do estado da Bahia e do Espírito Santo, nos quais os ataques dos índios chegaram a destruir os núcleos populacionais nessas regiões.

Diante desse período agitado, a metrópole lançou, em 1570, a Carta Régia estabelecendo o direito de escravidão ao índio. Segundo a carta, o índio podia ser aprisionado em “guerra justa”, ou seja, poderia ser escravizado quando se recusasse a se submeter àquelas condições de trabalho impostas pelo colono. Outras legislações se seguiram, todas justificando as formas de escravidão, que somente seriam abolidas em meados do século XVIII, mas se mantiveram disfarçadas nas formas arcaicas de relações de trabalho, colocando-se, ainda, como um problema contemporâneo.

Naqueles empreendimentos do açúcar com rentabilidade menor, em que não se conseguiam pagar os elevados preços de importação dos africanos, os colonos continuaram a constranger os índios ao trabalho árduo para produção do açúcar. Esse foi o caso da Capitania de São Vicente, na qual as lutas entre os índios e os colonos perpassaram séculos, chegando a ocupar trechos do interior do país através de expedições de capturas ao índio, que ficaram conhecidas, no século XVII, como bandeiras.

Mas, em outras regiões mais ricas, a substituição do trabalho indígena por negro foi rápida. Foram os casos das regiões de Pernambuco e Bahia. Aos portugueses havia um interesse econômico na adoção do escravo africano, pois eles extraíam elevados lucros comerciais pela compra de escravos na África e sua venda no Brasil. Além disso, esses escravos já eram utilizados em outras colônias portuguesas das ilhas africanas do Atlântico e essa experiência foi transplantada para o Brasil. Assim, a adoção da mão de obra de origem africana tornou-se a principal fonte de trabalho do final do século XVI.



### Refleta

Se o negro não era vendido a preço elevado na África, por que o escravo africano era caro? Reflita sobre o assunto.

E, assim, a organização da produção açucareira assentou-se na exploração em grande escala reunindo três características: grande propriedade, monocultura da cana e trabalho escravo ou semiescravo, indígena ou africano. Todas essas circunstâncias determinariam o sentido da colonização brasileira voltada para a exploração de recursos naturais. Essa foi a forma bem-sucedida que Portugal encontrou de garantir a posse de suas terras na América ao ocupar toda a costa litorânea desse novo continente com uma atividade econômica bastante lucrativa.



### Pesquise mais

A colonização da América não se destinou apenas à exploração de recursos naturais. Transformações socioeconômicas e lutas políticas e religiosas na Europa impulsionaram a emigração de europeus para colônias de zona temperada, nas quais o clima se aproximava daquele dos seus países de origem. Os emigrantes que se dirigiram a essa região procuraram abrigo e paz para as suas convicções, constituindo colônias de povoamento, como ocorreu na Inglaterra, no século XVI. A população inglesa foi deslocada em massa do campo, que deixou de ser cultivado para se tornar pastagem para carneiros, cuja lã passava a abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Essa circunstância criou uma corrente migratória de ingleses para a América do Norte.

E como funcionava o cultivo da cana e a produção do açúcar? Pensando como uma unidade completa de produção, o engenho era um estabelecimento complexo, onde se cultivava a cana e depois a transformava em açúcar. Esse sistema nada simples era formado por terras, instalações e aparelhos mecânicos. Grande parte da terra se destinava aos canaviais e pequena porção para outras finalidades, entre elas pastagens para os animais de trabalho, culturas alimentares, mata para fornecimento de lenha e para construção. A moenda espremia a cana, a caldeira fornecia o calor necessário para o processo de purificação do caldo e na casa de purgar se completava a purificação do açúcar. Havia ainda a casa grande e a senzala, onde se estabeleciam, respectivamente, o senhor do engenho e os escravos (PRADO JÚNIOR, 1979).

O número de trabalhadores variava entre os engenhos. Naqueles de condições mais favoráveis, os escravos eram de 80 a 100. Houve engenhos datados do século XVIII que chegaram a ter 1000 escravos (imaginou toda a organização que não devia estar por trás dessa estrutura?). Os trabalhadores livres eram poucos e atuavam em funções específicas. O feitor supervisionava e castigava os escravos, o mestre do açúcar controlava seu beneficiamento, o purgador trabalhava na purificação do açúcar e o caixeiro fazia as caixas nas quais o açúcar era condicionado.

Além do açúcar, do engenho também se extraíam a cana e a aguardente. No caso da aguardente, ela era exportada para a África e utilizada como escambo na aquisição de escravos. As instalações para o preparo da aguardente eram mais simples do que as do açúcar, e ficavam anexas aos engenhos ou em estabelecimentos exclusivos, denominados engenhocas ou molinetes.

Todavia você deve estar se perguntando: será que todo esse processo mercantil era lucrativo? A resposta é: sim, muito lucrativo! Os lucros eram atraentes, tanto na comercialização do açúcar como na transação com os escravos africanos. Entre a segunda metade do século XVI e a primeira do seguinte, o nível de preço do açúcar permaneceu suficientemente elevado para permitir que a fábrica do engenho se autofinanciasse. E, assim, a produção açucareira cresceu rapidamente: no último quartel do século XVI, a produção foi multiplicada em dez vezes (FURTADO, 1989).

A expansão ocorria de forma extensiva, através da ocupação de novas terras que eram abundantes, de novas importações de equipamentos e, na maioria dos casos, também de mão de obra africana. Depois de adquiridos, os escravos exigiam gastos com manutenção, assim como se exigiam os gastos com a manutenção dos equipamentos. Ou seja, os custos de produção eram fixos e interessava aos empresários utilizar, ao máximo, a sua capacidade produtiva (FURTADO, 1989). Por isso, essa estrutura produtiva que se consolidou, ao longo desse período, se mostrou bastante resistente às oscilações nos preços do açúcar. As quedas ocasionais não se refletiam no retrocesso da estrutura produtiva, pois o empresário não incorria em grandes perdas. O ajuste se dava, sobretudo, pela redução nos gastos com importação, seja para reposição de mão de obra escrava ou com artigos de consumo.

Havia, também, a queda no ativo da empresa, mas como esse processo era lento, isso não estimulou mudanças na estrutura da produção, como foi o caso da economia açucareira do Nordeste, que resistiu por mais de três séculos, mesmo passando por prolongadas depressões.

E, assim, se consolidou a primeira atividade econômica no Brasil: um negócio muito lucrativo e com dimensões econômicas relevantes. Podemos, então, afirmar que nossa economia era dinâmica? Sabemos que a produção interna gerava renda, mas quem se beneficiava desses fluxos monetários? Senhores de terra, proprietários dos engenhos, exportadores portugueses e holandeses, trabalhadores livres, escravos? Na verdade, o fato é que grande parte da renda gerada na economia açucareira não impulsionava o mercado interno. Por quais motivos isso aconteceu? Primeiro, porque a renda estava fortemente concentrada: cerca de 90% dela ficava em posse dos proprietários de engenho e de plantações de cana. Mas quais produtos essa classe abastada consumia? Essa classe usava grande parcela dos seus lucros para comprar bens de consumo importados, principalmente de luxo, como vinhos. Além disso, uma parcela ínfima dos recursos financeiros se destinava aos gastos monetários no engenho, como pagamento dos trabalhadores livres, compra de gado para tração e lenha para as fornalhas. Percebe-se, então, como era baixo o fluxo monetário no mercado interno, apesar das grandes dimensões que atingiram a economia açucareira. E, quando a economia açucareira impulsionou outras atividades econômicas, esse impulso gerou poucas relações mercadológicas baseadas em fluxos monetários e voltaram-se, principalmente, para a satisfação das necessidades básicas, como ocorreu com a produção de gêneros de consumo e a pecuária (no caso da pecuária, seu papel também foi importante na ocupação territorial).

A produção de gêneros de consumo era realizada nos domínios da grande lavoura (nos engenhos e nas fazendas) e se destinava para a subsistência daquelas pessoas que trabalhavam e habitavam essas regiões, sendo cultivados em pequenas propriedades de dimensões suficientes apenas para a produção manter a população alimentada. Não havia interesse do senhor do engenho em gerar excedentes alimentares, já que a rentabilidade do açúcar estava num período muito próspero e se buscava aproveitar, ao máximo, as terras para o cultivo da cana, sendo que os principais alimentos extraídos eram a mandioca, o milho, o arroz e o feijão (o milho ainda tinha a vantagem de servir de forragem animal). As verduras eram pouco consumidas e a abundância na disponibilidade de frutas compensava as qualidades nutricionais. Nos núcleos de povoamento mais densos, houve, problemas sérios de abastecimento de alimentos em virtude da opção, sempre mais vantajosa, pelo cultivo da cana. Assim, de maneira geral, excluindo as classes mais abastadas, a população colonial viveu num crônico estado de subnutrição (PRADO JÚNIOR, 1979).

A pecuária também estava inserida na economia de subsistência, com a carne de vaca sendo um dos principais alimentos consumidos na colônia. Tornou-se uma

atividade secundária e dependente da economia açucareira, pois os animais de tração eram empregados nessa produção. Porém o impulso maior da pecuária seria sobre a ocupação do território brasileiro, pois a criação de animais precisou ser praticada mais no interior, já que a cana ocupava as costas brasileiras. Foi o que aconteceu na região do Nordeste, quando os rebanhos alcançaram o sertão da região, para onde as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente. Os centros de irradiação foram Bahia e Pernambuco. Da Bahia, as fazendas se espalharam, principalmente, para o Norte e Nordeste, se direcionando para o rio São Francisco. De Pernambuco, o movimento também seguiu para o Norte e Nordeste, chegando a ocupar o interior dos atuais estados da Paraíba e Rio Grande do Norte (PRADO JÚNIOR, 1979).

Percebeu? O mercado açucareiro atingiu grandes dimensões, mas muitos fluxos monetários derivados dele eram drenados para o mercado externo, pois o mercado interno ainda era pouco interessante. Então, o que havia na economia brasileira? Uma economia rural exportadora que pouco dinamizava a economia local e, em paralelo, uma economia de subsistência, que surgiu para dar suporte à produção açucareira. Simultaneamente, já se configurava uma sociedade bem desigual, num ambiente visivelmente separado entre ricos e pobres, que se tornou um quadro característico do período colonial: de um lado, a prosperidade da atividade econômica que atingiu o mercado externo, mas de outro a escassez de alimentos, com a grande massa da população sentindo fome. Até parece que estamos retratando o nosso Nordeste atual, não acha?



### Assimile

Os pilares da economia açucareira foram as grandes plantações de cana (monocultura), o emprego de mão de obra escrava ou semiescrava e o foco para o mercado externo.

No terceiro quartel do século XVII, essa prosperidade e bons lucros da economia açucareira sofreram com a redução pela metade dos preços do açúcar no mercado externo. Mas por qual motivo isso aconteceu? A colônia brasileira perdeu o monopólio de produção com a entrada das Antilhas nesse mercado, que contaram com a ajuda técnica e financeira dos holandeses que, de parceiros, se tornariam concorrentes. Vamos entender como essa relação se inverteu?

Entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha estiveram reunidos e os holandeses estavam em luta constante com a Espanha. Por isso, eles passaram a ocupar muitos trechos da colônia, usufruindo de uma parcela dos lucros do comércio do açúcar. Em 1630, eles se instalaram em Pernambuco, de onde se estendiam ao sul, até Alagoas, e para o norte, até o Maranhão. Portugal, depois de restaurar sua independência política em relação à Espanha, conseguiu expulsar os holandeses do Nordeste, em 1654. Com a

expulsão, eles começaram a se empenhar para criar outro núcleo de produção do açúcar, pois já detinham conhecimentos sobre os aspectos técnicos e organizacionais dessa produção. Depois de menos de um decênio da expulsão, já operava, nas Antilhas, uma produção açucareira com equipamentos novos, financiados por poderosos grupos financeiros holandeses.

Em linhas gerais, é possível verificar que, a partir da segunda metade do século XVI, houve uma associação entre colonização, cultura do açúcar e escravidão africana dotada de força, estabilidade e longevidade. A economia açucareira, apesar de ser tratada de forma didática como um ciclo que se encerra com a concorrência das Antilhas, continua em alguns locais do Brasil, com a recuperação dos preços do açúcar, no início do século XVIII, principalmente nos engenhos baianos e pernambucanos (depois transformados em usinas), que alongaram sua produção até o século XIX, entrando em decadência novamente com o início do ciclo do café.



### Pesquise mais

No período de vigência da expansão marítima europeia e da inserção das novas terras no capitalismo comercial, os meios de transporte eram os navios, pois não havia automóveis, nem aviões. As rotas comerciais eram delimitadas pelas facilidades promovidas pelos ventos e pelas correntes marítimas. Então, as distâncias eram bem diferentes daquelas que enxergamos hoje. Havia muitas dificuldades na navegação entre o norte e o sul da costa brasileira, o que ajuda a explicar porque a cidade de São Paulo ficou isolada nesse período. Por outro lado, a rota entre Brasil e Angola era bastante calma e, por isso, propícia ao tráfico negreiro. Pesquise mais em: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



### Exemplificando

Interessante notar que, mesmo em condições adversas de baixa pluviosidade, a pecuária se desenvolveu no sertão nordestino, abastecendo os núcleos dos povoados do litoral norte de Maranhão até a Bahia, onde crescia a produção do açúcar. As fazendas se alastraram pelo sertão nordestino, movidas pelo aumento da demanda de carne nesses centros. Os senhores de engenho eram os proprietários e residiam no litoral, delegando a administração das fazendas para um vaqueiro. A expansão das fazendas decorreu também dos baixos recursos iniciais para instalação, sendo necessária a construção de uma casa e do curral, além de cabeças de gado e cerca de dez a doze trabalhadores empregados. No geral, eram trabalhadores livres, índios, mestiços ou foragidos do

litoral, como escravos. Mesmo com a expansão qualitativa das fazendas, a produtividade da carne era baixa, entre uma e duas cabeças de gado por quilômetro quadrado, e a qualidade da carne também fornecia, no máximo, 120 kg de carne por animal (PRADO JÚNIOR, 1979).

### Sem medo de errar

E aí, conseguiu entender o sentido da nossa colonização e como a economia açucareira se estruturou? Espero que sim, pois isso vai nos ajudar a entender de onde vinham os lucros de Martin Abreu Melo e como ele adquiria bens de consumo para sua família, em uma região pouco habitada e urbanizada.

Para chegar a esses entendimentos, pense nas motivações que conduziram Martin Abreu Melo a trazer toda sua família para uma região inóspita como era o Brasil na época. Descreva sobre o funcionamento do engenho como uma unidade produtiva completa e reflita como sua forma de organização permitiu uma elevada concentração de renda, que se destinava fortemente à aquisição de produtos não produzidos internamente. Lembre-se também das razões que promoviam o baixo fluxo monetário dentro do mercado interno, e dos produtos manufaturados no engenho (a quem e para que se destinavam). Essas reflexões lhe ajudarão a pensar como Martin Abreu Melo e sua família enriqueceram, consumiram tantos bens e serviços, mas sem impulsionarem o mercado interno do nosso país.



### Atenção

Os lucros eram elevados na produção açucareira e grande parte deles se destinava à importação de produtos, como bens de consumo de luxo, equipamentos e escravos empregados na manutenção da atividade produtiva.

### Avançando na prática

#### As razões da opção pelo trabalhador escravo africano

##### Descrição da situação-problema

De todas as capitânicas implementadas, poucas obtiveram sucesso, entre elas, a de Martin Abreu Melo. Houve também outro descendente português que conseguiu lucros altos, o Sr. Moises Afonso Domingues. E à medida que Sr. Moises ampliava sua produção de açúcar e conseguia mais lucros, ele passou a ter de lidar com a questão da necessidade de empregar mais mão de obra. Quais eram as formas de trabalho que Moises poderia utilizar nessa época para ampliar a produção na sua fazenda?

## Resolução da situação-problema

A solução dos portugueses para a questão da mão de obra se deu pela expansão e intensificação do comércio de escravos negros já existente na África Ocidental. Além de atender à necessidade de suprimento da mão de obra, a opção pela mão de obra africana abriu um lucrativo comércio da própria mão de obra em âmbito internacional. A captura dos índios circulava as transações apenas no âmbito interno da colônia. E, ainda, a grande perseguição aos índios aumentou sua mortalidade, reduzindo as possibilidades de sua captura, tornando seu recrutamento mais incerto. Em Portugal de meados do século XVI, uma parcela significativa do território encontrava-se inculto, faltavam trabalhadores e os portugueses utilizavam muito os escravos. Os trabalhadores portugueses nutriam desprezo pelos ofícios manuais, típico das sociedades europeias, que colonizaram nosso país. Por volta de 1550, cerca de 10% da população em Lisboa era formada por escravos negros. Poucos foram os portugueses que vieram para trabalhar em tarefas especializadas nos engenhos, entre eles médicos e ferreiros. Esses são argumentos de dimensões sociais e econômicas que se adicionam àqueles relacionados a uma discussão puramente fisiológica de que os negros estavam mais aptos para o trabalho na economia açucareira.

### Faça valer a pena

**1.** “[...] ao nível de preços que prevaleceu na segunda metade do século XVI e a primeira do seguinte, a rentabilidade era suficientemente elevada para permitir que a indústria se autofinanciasse uma expansão ainda mais rápida do que a efetivamente ocorrida” (FURTADO, 1989, p. 51).

Sobre a economia açucareira durante esse período, é possível afirmar que:

- a) O emprego de mão de obra indígena na produção açucareira foi rapidamente substituído pelos escravos africanos em todas as capitanias, pois os índios eram inaptos para as atividades praticadas no engenho.
- b) Possuía alta rentabilidade, elevado grau de especialização e empregava recursos importados na sua produção.
- c) A produção açucareira foi realizada em grande escala, em grandes unidades produtoras, representadas unicamente pelas casas de engenho.
- d) Operacionalizavam-se empregando trabalhadores escravos em todo o processo de produção desde o cultivo da cana até a manufatura do açúcar.
- e) No curto prazo, a estrutura das unidades produtivas era muito sensível às oscilações no preço do açúcar.

**2.** Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela. A etapa de rápida expansão da produção do açúcar, que vai até metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões (FURTADO, 1989, p. 59).

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a pecuária surgiu como projeção da economia açucareira. Baseando-se nessa afirmação, é possível afirmar que:

- a) A possibilidade de crescimento extensivo da pecuária incluiu preocupações de melhora de rendimentos pela introdução de técnicas mais aprimoradas.
- b) A economia de criação de animais promoveu fluxos monetários muito amplos e permitiu o surgimento do mercado interno.
- c) A pecuária se desenvolveu no sertão nordestino com elevada produtividade, impulsionada pela economia açucareira, que passava a exigir muitos animais para a produção do açúcar.
- d) Os principais alimentos extraídos na economia de subsistência eram: verduras, frutas, mandioca, milho, arroz e feijão.
- e) Mesmo com a abundância de terras naquele período, muitas pessoas passavam fome, pois os proprietários de terra e os senhores de engenho buscavam maximizar o uso dos fatores de produção, destinando-os à economia açucareira, cuja rentabilidade era elevada.

**3.** A economia açucareira possuía um mercado de dimensões grandes, com alta rentabilidade, mas o impulso dinâmico se voltou quase que totalmente para o mercado exterior, beneficiando as nações europeias. Com isso, havia, naquele período, poucos fluxos monetários no mercado interno.

Dos elementos a seguir, aquele que conduziu a esse fenômeno econômico foi:

- a) A sociedade escravista.
- b) A pecuária.
- c) A diversidade de culturas.
- d) O mercado consumidor relevante.
- e) A economia industrial.



## Seção 1.2

### O ciclo do ouro

#### Diálogo aberto

Desde sua “descoberta” pelos portugueses em 1500, ao longo dos três primeiros séculos seguintes, a economia do nosso país esteve praticamente subjugada aos interesses de um capitalismo comercial em plena expansão na Europa. As formas de produzir influenciaram a emergência de uma sociedade inicialmente rural, com tarefas produtivas que predominavam nesse meio. A sociedade brasileira nasceu assim, em meio às transformações econômicas, sociais e culturais presenciadas naquele período. Uma burguesia local pouco expressiva, sem autonomia política para impedir uma dependência econômica, política e cultural que predominava.

Para entendermos esses conceitos, vamos voltar aos antepassados do Sr. Raul Abreu Melo? Outro nome que aparece em sua árvore genealógica é o de Pedro Abreu Melo. Ao pesquisar sobre a vida dele, o Sr. Raul descobriu que ele tinha descendência portuguesa e que se deslocou do Nordeste para o Sudeste. As rotas terrestres eram muito difíceis e desconhecidas e, por isso, sua família navegou pela costa.

Dois fatores levaram essa família a se mudar: a decadência da economia açucareira e a ascensão da economia mineira. Pedro Abreu Melo, sua mulher e seus dois filhos viviam no sertão do interior do Nordeste no século XVIII. Pedro era vaqueiro, administrava uma fazenda de gado e não encontrou um cenário favorável para o comércio de carne, cujo abastecimento estava em decadência nos principais centros das capitanias Pernambuco e Bahia. Pelos contatos que fez com os comerciantes dos entrepostos desses centros, ouviu rumores de que a população na capitania de Minas Gerais estava crescendo e demandando muitos gêneros alimentícios. Então, se baseando na sua experiência como comerciante, enxergou oportunidades de lucro no abastecimento desses produtos. Foi assim que ele chegou em Minas Gerais, onde obteve sucesso.

Entre 1750 e 1760, seus lucros eram muito bons. Mas, no fim da vida, já idoso, Pedro presenciou o aumento dos movimentos sociais, como a Inconfidência Mineira, e também a redução gradativa de seus clientes, cada vez mais comprometidos com

pagamentos de impostos, como a cobrança de um quinto de todo o ouro extraído. E, ainda, chegaram rumores de seus clientes europeus que a incipiente manufatura na metrópole sofria com os reflexos do Tratado de Methuen, firmado, em 1703, com a Inglaterra. Diante da situação vivida por Pedro, o Sr. Raul ficou se perguntando: para onde se direcionou todo aquele ouro que era extraído das minas brasileiras?

A análise dos impactos econômicos decorrentes da exploração do ouro no Brasil nos ajudará a conhecer as origens do processo econômico de industrialização no país. Vamos conhecer como os aspectos econômicos e sociais da economia aurífera conduziram, por um lado, o surgimento de um incipiente mercado interno e, por outro, o rápido esgotamento das minas, desdobrando-se no término precoce do ciclo do ouro. Também analisaremos as formas opressivas de fiscalização impostas pela Coroa Portuguesa e seus reflexos sobre as reivindicações sociais. Por fim, identificaremos a ocupação de porções do território brasileiro até então desconhecidos por Portugal. Vamos em frente?

### **Não pode faltar**

Entre os séculos XV e XVII, consolidou-se o capitalismo comercial, cuja economia se baseava na extração de recursos naturais e seu comércio. As nações europeias exerciam uma corrida para realizar mais lucro, conquistando o além-mar e colonizando novas terras para transformá-las em fornecedoras desses produtos, bem como importadoras de bens de consumo de luxo. Você sabe qual era o papel dos metais preciosos nesses fluxos comerciais? Esses metais eram importantes, sobretudo o ouro, pois representavam o lastro dessas relações econômicas. A nação que liderava as relações de comércio também acumulava reservas de ouro, ou seja, os estoques em ouro determinariam o caráter poderoso do valor real da economia.

Por isso, a história da mineração não é parte da história do Brasil, mas está inserida nesse cenário mais amplo, em que as nações europeias competiam pela liderança do comércio, controlando novas terras e novos recursos naturais. A história do advento da mineração de forma regular e sistemática nas colônias portuguesas da América se relacionava com o exercício de determinados poderes políticos presentes naquele momento.

Desde o início da colonização, os portugueses imaginavam poder encontrar ouro no Brasil. Afinal, os espanhóis encontraram ouro no México e Peru, no século XVI, e os portugueses entendiam que também podiam encontrar os metais na porção das terras americanas que lhes pertenciam (PRADO JÚNIOR, 1979).

Conforme estudamos na seção anterior, no final do século XVII, a colônia e a metrópole portuguesa passavam por muitas dificuldades financeiras diante dos elevados gastos com manutenção da produção açucareira. A concorrência no

mercado de produtos tropicais, principalmente com as colônias francesas e inglesas, estava cada vez mais intensa. Em Portugal, a compreensão era de que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. A metrópole decidiu, então, conceder à colônia uma ajuda técnica e financeira para a descoberta de ouro (FURTADO, 1989).

Mas os achados de significativa importância só ocorreram nos últimos anos do século XVII e se realizaram em decorrência das bandeiras paulistas, cujas expedições buscavam capturar índios no interior da colônia para serem empregados na produção açucareira. As primeiras descobertas se realizaram por volta de 1696, na região do centro do (então) estado de Minas Gerais, local onde se encontra a cidade de Ouro Preto atualmente. A partir dessa descoberta, os achados se expandiram até meados do século XVIII, quando a economia de mineração atingiu o seu ponto mais alto de produtividade e sua maior área de expansão geográfica (PRADO JÚNIOR, 1979).

O ouro encontrado era, sobretudo, de aluvião, ou seja, se achava no leito do curso das águas e nas suas margens mais próximas. Esse ouro derivou de um processo geológico milenar, no qual as águas chocaram-se com as rochas matrizes, nas quais se concentravam os metais, e espalharam o ouro por uma área superficial grande. Eram raras as presenças de rochas matrizes e, quando eram encontradas, o teor aurífero era baixo.

À medida que novas minas eram descobertas, um contingente significativo de pessoas passou a ocupar o centro-sul do país, resultando num povoamento esparsa e distribuído em pequenos núcleos.

Entre os séculos XVI e XVII, poucos imigrantes europeus haviam chegado à colônia, mas a população colonial de origem europeia decuplicou ao longo do século seguinte, impulsionada pela expansão da economia da mineração (FURTADO, 1989). Com a emigração motivada pela expansão dessa economia, trechos do centro-sul do país foram ocupados e novas regiões foram integradas economicamente, como a pecuária do Sul, mas a ocupação era bastante irregular.

Lembra quando estudamos a formação da economia açucareira? Essa economia estava concentrada na costa litorânea, por isso o povoamento foi estabelecido, predominantemente, nessa faixa. Mas, mesmo nessas regiões, a população estava largamente dispersa no século XVIII. Havia na costa litorânea alguns núcleos importantes, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Outros dois de menor importância foram Pará e Maranhão. Mesmo que pouco conectados, os diversos núcleos de povoamento formaram um colar de núcleos coloniais que mantiveram a coesão na faixa territorial litorânea de quase 6.000 km de extensão (PRADO JÚNIOR, 1979).

No interior, a irregularidade era ainda maior. No sertão nordestino, as fazendas de gado se instalaram naqueles trechos onde havia mais recursos naturais, como a água. Na região central, a população se estabeleceu no espaço aurífero, que representou um

espaço territorial de 2.000.000 km<sup>2</sup> de superfície, com os destaques para as regiões dos atuais estados das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (norte). Em direção ao sul dos centros mineradores, com menor importância, apareceu São Paulo, com atividades iniciais de renascimento agrícola e papel importante como centro de comunicação. Depois, no Extremo Sul, a atividade pecuária constituiu núcleos de povoamento.

Então, veja que interessante: ao longo do século XVIII, com a consolidação das atividades auríferas, uma vasta porção do nosso território foi se delineando. Até o século XVII, a província do Brasil era mais conhecida pelos estadistas da Coroa portuguesa como América, pois os limites territoriais estavam indefinidos, mas em virtude da ocupação econômica e demográfica das regiões de mineração, bem como da ampliação da economia pecuária nas regiões do Sul, porções do interior do Brasil vão sendo delineadas e nosso território vai se configurando como nos dias atuais. Mas com toda essa extensão territorial seria impossível para a Coroa de Portugal instalar um governo direto e efetivo em todas as partes da colônia e, assim, o governo metropolitano era, deliberadamente, exercido a distância. Por isso, a Coroa portuguesa precisou reconhecer amplos espaços autônomos, cuja governabilidade era exercida nas capitânias.

Além desses reflexos populacionais, também ocorreram reflexos econômicos. A população em crescimento ampliou a demanda por bens de consumo, provocando escassez e preços mais elevados desses produtos. Você consegue perceber como a história da inflação no Brasil é antiga? O aumento nos preços dos alimentos e animais ampliou a rentabilidade e intensificou a produção nessas atividades. As regiões de criação de animais do sertão nordestino e do Sul foram estimuladas tanto pela maior demanda de gado para corte quanto de mulas de transporte. Como havia necessidade de transportar alimentos e trabalhadores até as regiões das minas, localizadas distantes do litoral, a criação de mulas no Sul se desenvolveu em grande escala. As mulas da região rio-grandense se deslocavam para São Paulo, onde se organizavam feiras para as quais se dirigiam compradores de diferentes localizações do país.

E tem mais, os efeitos da atividade de mineração também foram territoriais. A região Sul do país passou a entrar nesse circuito econômico quando se tornou fornecedora de animais para transporte de alimentos para as regiões das minas, que estavam, naquele período, entre a Serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando para Goiás. Portanto, a economia mineira estimulou a economia de alimentos e de animais e com isso integrou o país, ocupando-o por toda a sua extensão. Associada a essas mudanças, ocorreu também a alteração do eixo econômico, que se deslocou dos grandes centros açucareiros do Nordeste para as regiões onde se encontravam ouro no Sudeste (FURTADO, 1989).

Como reflexo desse deslocamento econômico, em 1763, a capital da colônia foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, que se tornou o principal centro urbano da colônia. O porto do Rio de Janeiro facilitou a comunicação entre as minas e

seu escoamento de ouro para o exterior. Mas, em termos políticos, as capitânicas mantiveram sua governabilidade e autonomia, reportando-se apenas à metrópole.



### Exemplificando

Um legado importante da economia da mineração foi que o impulso derivado da descoberta das minas estimulou a ocupação do centro do continente sul-americano, determinando os atuais limites territoriais do nosso país, com dimensões muito extensas. Mas a ocupação ocorreu de forma irregular, mantendo a concentração populacional na costa brasileira ainda nos dias de hoje. Esse fato pode ser visualizado através dos censos demográficos realizados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Do primeiro censo, realizado em 1872, até aquele pesquisado em 2010, é possível verificar como nossa população esteve e está concentrada na costa brasileira, sobretudo nos eixos econômicos no Sudeste, para onde se direcionou nossa economia a partir do século XVIII. Confira você mesmo nas páginas do site do IBGE, que segue:

<<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/ibge-lanca-mapa-de-densidade-demografica-de-2010>> e <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>>. Acesso em: 15 set. 2016.

Diante das sucessivas descobertas de ouro e da atração crescente de pessoas pelos filões de ouro, a Coroa portuguesa percebeu a necessidade de instalar autoridades na colônia. Em 1702, estabeleceu o Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro. Ao contrário dos regulamentos sobre a agricultura, esse regimento submeteu a atividade de mineração sob fiscalização rigorosa. A exploração dos metais era livre, mas o regimento permitiu à Coroa administrar a extração dos minerais, fiscalizá-la e impor cobrança de tributo (PRADO JÚNIOR, 1979).

Vamos entender como esse sistema de fiscalização funcionava? Quando se achava ouro numa capitania, instalava-se uma administração especial denominada Intendência de Minas, que era dirigida por um superintendente. Essa administração era independente dos governadores da colônia e respondia, exclusivamente, aos interesses do governo metropolitano de Lisboa. Os governadores eram obrigados a comunicar à sua respectiva intendência no caso de descobrimentos de jazidas. E quando ocorria o descobrimento, a Coroa enviava os guardas-mores para as capitânicas, que eram responsáveis por demarcar os terrenos auríferos e distribuí-los aos mineiros que se apresentavam no dia e hora previamente estipulados. A distribuição ocorria aleatoriamente ou mediante o maior número de escravos sobre posse dos mineiros. Apenas duas porções de terras eram escolhidas: uma reservada ao descobridor da

jazida e a outra se destinava para a Fazenda Real, que não explorava sua porção e leiloava-a logo após a aquisição.

Depois de iniciada a exploração, vinha a cobrança dos tributos. A Fazenda Real impunha a cobrança de um quinto (20%) de todo o ouro extraído. E assim nasciam as tensões constantes entre os minerados e o fisco, que se prolongaram por todo o século XVIII. A fiscalização era difícil e a tendência a furto de ouro era grande. Os mineradores escondiam pequenas quantidades de ouro para reduzir os pagamentos do quinto, e para evitar essa conduta e proteger os interesses da Coroa portuguesa foram criadas as Casas de Fundição, que reuniam todo o ouro extraído, fundiam-no, transformando-o em barras seladas, deduziam o quinto e devolviam aos seus proprietários. Aqueles que circulassem com ouro em formas de pó, pepita ou barras não marcadas eram penalizados.

Mesmo com o aperfeiçoamento do processo de fiscalização pelas Casas de Fundição, os furtos ocorriam. Então, a Fazenda Real passou a determinar uma quota anual mínima que deveria ser alcançada pelo quinto. Quando a capitania não atingia a quota, procedia-se com o derrame, ou seja, a população era forçada a completar o restante do ouro correspondente do quinto. Você consegue imaginar como isso ocorria? Claro que a violência e os abusos se instauravam e duravam meses. Sendo ou não mineradoras, as pessoas eram obrigadas a contribuir, por exemplo, pagando impostos adicionais sobre o comércio e concedendo suas próprias posses aos cobradores dos tributos. Tamanha era a violência que, em alguns casos, pessoas eram mortas. Os derrames foram decretados apenas nos períodos mais prósperos da exploração aurífera e se tornariam escassos diante da decadência da economia mineira. Tentou-se realizar um último derrame, em 1788, mas ele foi suspenso diante das notícias de que a população faria uma rebelião contra a cobrança forçada. A rebelião efetivamente também não aconteceu, mas dela derivou-se um movimento separatista, em 1789, denominado Inconfidência Mineira. Diante dos abusos administrativos sobre a atividade aurífera, esse movimento reivindicava a independência de Minas Gerais em relação à Portugal.



### Pesquise mais

Note que a Inconfidência Mineira foi um movimento que reivindicava a separação de Minas Gerais em relação aos domínios e abusos de Portugal. Nesse período não havia ainda a concepção de um Brasil nacional e integrado. A atividade de mineração possibilitou a ocupação do território e a integração do sul da colônia, região ainda pouco conhecida na época, mas a ideia de integração nacional vai se consolidar apenas no século XIX. Quer entender mais? O vídeo a seguir explica a ideia de Brasil nesse período: <<https://www.youtube.com/watch?v=1MEcgbJiFmA&index=19&list=PL7E0137A3C2B91E82>>. Acesso em: 17 set. 2016.

Nossa! Que período agitado, não? Agora vamos compreender a forma como se organizava a exploração das jazidas?

Havia dois tipos de organização: as lavras e os faiscaidores. As lavras eram formas organizacionais de larga escala, típicas do período próspero da economia aurífera, pois empregavam equipamentos especializados e um administrador para muitos homens trabalhando, na maioria escravos. Por empregar muitos recursos, se estabeleciam numa região e lá se mantinham fixas. Já os faiscaidores atuavam na extração em pequena escala, utilizavam poucos instrumentos rudimentares e poucos trabalhadores, que eram homens livres ou escravos. Para trabalharem nas minas, os escravos pagavam aos senhores de terra uma quantia fixa em ouro e, quando davam sorte na extração, conseguiam comprar sua própria liberdade.

Diferente das lavras, os faiscaidores eram nômades, pois estavam sempre buscando um lugar não ocupado. Em alguns distritos especiais, os faiscaidores franqueavam, em conjunto, um local, mas, mesmo reunidos, trabalhavam individualmente. Se as lavras só se tornaram viáveis economicamente no período de abundância da extração de ouro, os faiscaidores sempre estiveram presentes na mineração aurífera e se tornaram ainda mais frequentes no período de decadência da economia aurífera, nos fins do século XVIII. Com o esgotamento do ouro nas minas, o rendimento das lavras se reduzia, tornando suas instalações muito custosas, o que permitia aos faiscaidores se aproveitarem do abandono dessas instalações realizando a extração do ouro que restava.

Os movimentos de ascensão e declínio da produção de ouro eram bruscos nas regiões, pois a descoberta de ouro ampliava rapidamente a renda média de certa região, mas quanto mais fácil era essa extração, mais rápido o ouro se esgotava, o que fazia essa renda média cair bruscamente.

A renda média era substancialmente inferior à apresentada na economia açucareira. Por outro lado, ao demandar uma quantidade maior de alimentos e animais, a economia mineira estimulou mais o mercado interno, que passou a abastecer a população com esses produtos. Na economia açucareira, esses alimentos eram abastecidos pela economia de subsistência e a renda era muito utilizada para aquisição de produtos importados, sobretudo de luxo. A população na economia mineira estava mais dispersa e afastada do litoral e dos portos, o que encarecia e desestimulava a importação. Essa população também estava mais reunida em grupos urbanos e semiurbanos, cuja localização centralizada gerava maior demanda por bens de consumo (FURTADO, 1989).



### Assimile

É importante compreender as implicações da economia mineira, pois ela influenciou nossa vasta dimensão territorial, conduzindo sua ocupação para o interior do país, e estimulou o nascimento do mercado interno, baseado, ainda, sobre uma sociedade colonial e escravista.

Apesar dos estímulos ao mercado interno estabelecido nos centros urbanos, a economia mineira não irradiou efeitos econômicos importantes que alavancassem o desenvolvimento de atividades manufatureiras. A incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras não permitiu que os centros urbanos crescessem de forma autônoma, o que criaria condições para o desenvolvimento endógeno do mercado interno, ou seja, baseado no seu próprio mercado.

Essa incapacidade na colônia está associada à própria incapacidade na metrópole. A condição para que o crescimento endógeno ocorresse no mercado interno da colônia seria o desenvolvimento manufatureiro em Portugal, cujo início da indústria foi destruído pelo acordo firmado entre esse país e a Inglaterra, em 1703. O acordo ficou conhecido como Tratado de Methuen e envolveu as trocas de vinhos e tecidos entre os dois países. Portugal retirou os embargos aos tecidos ingleses e a Inglaterra reduziu, em um terço, o preço pago aos vinhos portugueses.

Com esse tratado, Portugal preservou sua posição política no mercado internacional por meio da consolidação definitiva do território de sua colônia americana. Mas, em termos econômicos, as trocas se mostraram muito desvantajosas, pois as exportações de vinho eram pequenas e as importações de panos ingleses alcançaram um nível suficiente para destruir a indústria nascente de tecidos em Portugal. Mas o ouro que fluía crescentemente da colônia para Portugal tornava essa situação sustentável, ou seja, o ouro enviado do Brasil a Portugal cobria os desequilíbrios das importações de tecidos maiores que as exportações de vinho. O acordo, então se manteve. Ao mesmo tempo, as demandas por manufaturas derivadas da colônia eram todas realocadas para a Inglaterra, cuja indústria estava em expansão. Os gastos públicos portugueses cresciam e estavam relacionados às despesas correntes e atividades não produtivas, como monumentos e construções para recuperar Lisboa de um terremoto (FURTADO, 1989).



### Pesquise mais

Sabia que nesse período surgiram manufaturadas na economia mineira? Mas essas manufaturas não se desenvolveram o suficiente para impulsionar a indústria. Dois setores que se destacaram naquele período foram o têxtil

e ferro. Para essas duas manufaturas, a colônia detinha matéria-prima em abundância e um mercado local importante. A manufatura têxtil surgiu na segunda metade do século XVIII como uma atividade autônoma e de dimensões importantes, em especial em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Mas seu progresso foi interrompido quando a metrópole decidiu, em 1785, extinguir os empreendimentos têxteis da colônia, que poderiam se tornar concorrentes do comércio dos portugueses. As únicas manufaturas que se permitiram foram aquelas relacionadas à confecção de panos grossos de algodão, utilizados como roupas dos escravos e sacarias. No caso da metalurgia, também houve imposições, pois a metrópole ganhava lucros pela sua comercialização. Quem soubesse fundir ferro era considerado alguém de ideias extremadas e subversivas. Mas diante da importância dessa atividade derivada das necessidades da economia aurífera, em 1795, a metrópole permitiu o estabelecimento de manufaturas e foram produzidos, em Minas Gerais, instrumentos de trabalho e ferraduras.

Porém, a atividade econômica ainda era conflituosa, rodeada de receios pelas perseguições anteriores. Em 1751, a metrópole proibiu a profissão de ourives nas Minas Gerais, porque podia facilitar o contrabando do ouro extraído e reduzir o pagamento do quinto. Em 1766, a medida é ampliada para as capitanias de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Essas imposições políticas da metrópole constituíram apenas um aspecto dos fatores que impediram a atividade manufatureira na colônia. As questões econômicas foram muito importantes: a condição da colônia como fornecedora de recursos naturais para o mercado europeu foi preponderante para que poucos esforços fossem empreendidos na atividade manufatureira, que surgiria como acessório para a viabilização dos maiores interesses da metrópole (FURTADO, 1989).

Mas os ganhos valiosos que tanto se dirigiam às nações europeias se esgotaram. A decadência da mineração começou em meados do século XVIII, tendo ocorrido por diversas razões. A principal causa foi o rápido esgotamento das jazidas. Os problemas surgiram quando os depósitos superficiais de aluvião se esgotaram, exigindo técnicas mais aprimoradas para extrair ouro do solo, o que fez a extração do ouro entrar em decadência por falta de recursos e de conhecimento técnico. A responsabilidade também foi da administração central, que não se esforçou para introduzir melhoramentos no processo de extração do ouro, não fornecendo, por exemplo, treinamento necessário aos colonos para que conseguissem aperfeiçoar as técnicas de extração. As subseqüentes quedas nas arrecadações do quinto eram vistas pela Administração Geral como decorrentes, unicamente, da fraude (e não do esgotamento das minas), o que explicava a violência imposta à população pelo derrame e os adicionais cobradores fiscais que chegavam à colônia. Os burocratas que

compunham a administração das intendências eram gananciosos e não entendiam de mineração, atuando, quase que exclusivamente, para garantir os interesses do fisco executando os regulamentos, sendo que qualquer crítica dos mineradores podia ser punida com castigos. Diante dessas circunstâncias, viria a prematura decadência da mineração, nos fins do século XVIII, quando praticamente todos os depósitos auríferos superficiais se esgotaram (PRADO JÚNIOR, 1979).

Entendeu como a economia mineira se organizava? Agora, para finalizar, veja a comparação da economia açucareira, conforme o resumo comparativo do Quadro 1.1.

Quadro 1.1 | Comparação entre a Economia Açucareira e Mineira

Características econômicas	Açúcar	Mineração
Necessidade de Capital Imobilizado e Escravos	Alta	Baixa
Possibilidade de mobilidade social na economia	Baixa	Alta
O trabalho escravo era a base da economia	Sim	Sim
O escravo constituía a maioria na sociedade	Sim	Não
Localização da empresa	Fixa	Nômade

Fonte: Furtado (1989).

Vamos entender com mais detalhes essa comparação?

Na economia da mineração, a necessidade de capital imobilizado em equipamentos e em escravos era menor. Como os recursos iniciais exigidos eram menores, era possível estabelecer uma empresa de porções mais reduzidas, até mesmo com um escravo apenas (FURTADO, 1989). Mas as possibilidades de mobilidade social na economia açucareira eram menores.

Na sociedade açucareira, depois dos senhores de engenho ou grandes proprietários, nenhum homem livre conseguia alcançar uma verdadeira expressão social, enquanto que na sociedade mineradora havia maiores possibilidades de mobilidade social aos homens livres, já que o faiscador poderia trabalhar e, com sorte, logo se tornar um empresário.

Continuando com a comparação, vemos que, assim como na economia açucareira, o trabalho escravo era a base da economia mineira, mas os escravos não chegavam a constituir a maioria da população. A forma como o trabalho era organizado nessa economia aurífera permitia que os escravos tivessem maior iniciativa e que circulassem por uma sociedade mais complexa. Algumas vezes, trabalhavam por conta própria para conseguir comprar sua liberdade. Por fim, a empresa na mineração precisava se deslocar de tempos em tempos em busca de mais ouro, o que era bem

diferente da economia açucareira, cuja produção estava relacionada diretamente ao plantio da cana. Mas essa busca podia, ou não, incorrer em sucesso, mas caso fosse bem-sucedida, a lucratividade era muito alta, levando muitos homens a dedicarem seu trabalho e recursos a essa atividade (e essa lucratividade era maior no período inicial da atividade em cada região).

Deu para entender os principais aspectos socioeconômicos vigentes na colônia entre os séculos XVI e XVIII? Espero que sim.

É importante que você visualize de maneira crítica nosso processo de colonização. A riqueza convivia com a fome. A elevada concentração de recursos na atividade mineira resultou em dificuldades de abastecimento de alimentos. Além disso, não houve a emergência de uma nova estrutura da sociedade, que continuou escravista, colonial e sem mobilidade social. Em relação à açucareira, as ênfases eram diferentes, pois um maior número de pessoas de fato lucrou, mesmo que pouco. As possibilidades de exploração eram mais alargadas e, assim, havia melhor distribuição da baixa riqueza.



### Refleta

Durante o período colonial, não se chegou a formar uma economia propriamente nacional, isto é, não havia um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população. Então, o sistema de produção que vigorava estava voltado para qual nação?

### Sem medo de errar

E aí, conseguiu entender o ciclo do ouro em nossas terras? Espero que sim, pois isso vai ajudar você a entender o que se passou na vida de Pedro Abreu Melo, bem como a responder a dúvida do Sr. Raul que ficou intrigado para saber para onde era direcionado todo o ouro extraído das minas brasileiras.

Para caminharmos em direção ao encontro das respostas do Sr. Raul, é preciso lembrar que os portugueses, desde o início da colonização, esperavam encontrar ouro na colônia, e no século XVIII, essa descoberta se mostrou relevante para Portugal, cuja economia sofria diante do cenário competitivo do comércio internacional. As descobertas que se sucederam, no início do século XVIII, moveram, mesmo com oscilações, a economia mineira, cujas especificidades permitiram a ocupação de

trechos desconhecidos e o surgimento do mercado interno. Entender as formas de organização da economia mineira e as necessidades econômicas impulsionadas pela extração de ouro no interior vão lhe ajudar a entender como a família de Pedro conseguiu ganhar lucros com a venda de bens de consumo naquela época.

O comércio de Pedro abastecia uma população que crescia rapidamente nas minas. Por outro lado, as formas rudimentares de extração do ouro e as formas abusivas com que a metrópole fiscalizava sua extração passaram a impactar o número de clientes de Pedro, reduzindo-os. Ajude Pedro a entender o porquê de o declínio de suas vendas estar associado ao declínio da atividade aurífera e, ainda, para onde se direcionou toda aquela riqueza extraída da região.



### Atenção

A organização econômica das minas permitiu o surgimento do mercado interno restrito, sustentado por uma sociedade ainda escravista e colonial.

## Avançando na prática

### Nosso Brasil já era Brasil?

#### Descrição da situação-problema

José João Bonifácio Teixeira era um Intendente da Vila Rica, hoje conhecida como Ouro Preto. Ele era responsável por administrar o recolhimento dos impostos extraídos da região e precisava se reportar para a Coroa Portuguesa. Logo que chegou de Portugal, lembrou-se das conversas com os burocratas próximos à Corte Portuguesa: todos faziam menção à colônia portuguesa como América. Mas à medida que o tempo foi passando, José João passou a entender melhor as dimensões territoriais do lugar onde morava e percebeu que não era a América. Por que José João Bonifácio não enxergava nosso Brasil como hoje ele está constituído? Havia uma unificação política dentro da colônia?

#### Resolução da situação-problema

Até o século XVII, Portugal havia ocupado a colônia de forma efetiva do Nordeste até a Capitania de São Vicente (que mais tarde seria denominada São Paulo). Muitos trechos estavam desarticulados, as fronteiras territoriais na porção sul do país eram imprecisas e grande parte do interior ainda era desconhecido. Nosso país poderia ser analisado como um arquipélago de regiões e, por isso, havia efetivamente muitos Brasis, representados pelos núcleos econômicos açucareiros, mais concentrado no Nordeste e pouco articulado com a porção Sul da colônia.

Mas com o advento da economia mineira houve transformações. A metrópole precisou intensificar suas intervenções na capitania de Minas Gerais com o intuito de evitar os contrabandos e abusou muitas vezes desse controle. O motim da Inconfidência Mineira se faz em relação à capitania de Minas Gerais, e não em relação ao Brasil. Não se projetava uma república independente nesse período, já que ainda não havia uma concepção de uma nação unificada.

Por outro lado, a economia mineira começava a ocupar territorialmente porções antes desconhecidas. E, ainda, a pecuária do Sul se integrou ao eixo econômico que estava emergindo no Sudeste. Dessa forma, a partir do século XVIII, os limites territoriais começaram a ser definidos criando circunstâncias favoráveis ao surgimento da concepção de uma nação que viria a surgir só no século seguinte.

Hoje, sabemos que o Brasil faz parte da América, mas essa concepção foi sendo historicamente construída e você está estudando parte desse contexto tão interessante.

### Faça valer a pena

**1.** As monarquias europeias da chamada Idade Moderna, entre os séculos XV e XVIII, valorizavam a busca, o controle, a extração e o usufruto dos metais preciosos. A importância dos metais preciosos para o capitalismo comercial dos séculos XVI a XVIII explica o papel histórico da mineração na economia mundial.

A história do advento da mineração no Brasil fez parte desse cenário internacional das monarquias europeias na busca e no controle do ouro. Baseando-se nessa afirmação, é possível concluir que:

- a) O advento da mineração na colônia portuguesa está associado à importância dos metais preciosos que eram utilizados como lastro nas relações comerciais internacionais.
- b) Portugal era a principal potência industrial dentre as nações europeias, pois desempenhava papel importante no fornecimento de metais preciosos.
- c) A economia política praticada pelas nações europeias era o mercantilismo, cuja sustentação estava apenas sobre o acúmulo de ouro.
- d) Os metais preciosos eram a base das riquezas das nações e dele se extraíam os benefícios econômicos, sobretudo para a colônia.
- e) A ocupação territorial das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial africana.

**2.** O estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII. De Piratininga, a população emigrou em massa; do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão de obra escrava; e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. O fâcies da colônia iria modificar-se fundamentalmente (FURTADO, 1989, p. 73).

A economia da mineração trouxe implicações para a colônia, entre elas, podemos destacar que:

- a) Ela atraiu uma massa de população europeia que se instalou nas regiões litorâneas.
- b) Ela intensificou a ocupação dos territórios e integrou a região do Nordeste.
- c) Ela promoveu alterações fundamentais na estrutura de sua população, ampliando o número de escravos na sua composição.
- d) Ela permitiu o surgimento do mercado interno na colônia, mas também dificultou seu desenvolvimento endógeno.
- e) Ela propiciou o desenvolvimento manufatureiro na colônia, como ocorreu com a indústria têxtil.

**3.** A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, por volta de 1780, não se alcançavam um milhão de libras (FURTADO, 1989).

Entre as causas do declínio da exploração do ouro, é possível elencar:

- a) O esgotamento lento das jazidas do ouro.
- b) A violência imposta à população pelo derrame.
- c) A falta de recursos e de conhecimentos técnicos para exploração.
- d) A excessiva prática de fraudes pelos mineradores.
- e) As dificuldades no abastecimento de alimentos para a população das minas.

## Seção 1.3

### A questão da mão de obra

#### Diálogo aberto

Nas seções anteriores, estudamos que a nossa economia teve início com a produção do açúcar nos séculos XVI e XVII. No século seguinte, vimos que a agricultura entrou em decadência e surgiu a extração de ouro, cuja localização foi determinante para povoar o interior da colônia e criar condições para o incipiente mercado interno. Tanto o açúcar como o ouro eram recursos naturais demandados no mercado europeu, cujas nações lucravam, sobretudo, com o comércio de produtos. Ou seja, nossa economia foi impulsionada a partir dos interesses do capitalismo comercial liderado pelas nações europeias.

Mas, agora, descreveremos nossa economia no século XIX, num cenário nacional e internacional cheio de mudanças. A predominância do capitalismo industrial substituiu o capitalismo comercial, o Brasil deixou de ser colônia e iniciou o assalariamento da mão de obra. Como será que essas mudanças na nossa economia se relacionam com essa nova lógica do comércio internacional?

Para entendermos essas transformações econômicas, vamos voltar aos antepassados do Sr. Raul Abreu Melo? Outro nome que apareceu em sua árvore genealógica é o de Davi Abreu Melo. Ao pesquisar sobre a vida dele, o Sr. Raul descobriu que ele foi um dos netos de Pedro Abreu Melo, aquele que foi trabalhar em Minas Gerais. E mais, descobriu que Davi, como o avô, foi um aventureiro, pois, ao descobrir sobre a expansão da economia cafeeira para o oeste paulista, viajou para a Praça de Santos, onde se relacionou com comissários e adquiriu conhecimento sobre o preparo e a mistura de diversos tipos de café. Assim, se tornou um comissário de sucesso e estabeleceu residência na cidade. Porém, dos períodos iniciais de sucesso sucederam muitos desafios. Os conflitos de interesses que havia com os exportadores ingleses se intensificavam com a expansão das lavouras e da produção do café. E, assim, os empréstimos junto aos bancos vão ficando cada vez mais difíceis.

A Abolição da Escravatura trouxe novas necessidades de empréstimos. As funções de Davi ainda persistiam, mas se tornavam menos lucrativas. Seria de se esperar que

seus lucros fossem maiores à medida que fossem maiores as produções de café. Mas isso não estava acontecendo. Diante da história de seu antepassado Davi, Raul Abreu Melo se faz a seguinte pergunta: se nesse período a economia cafeeira estava crescendo, por qual motivo os negócios de Davi não estavam prosperando? Há alguma incoerência nessa relação?

Esse fato nos ajudará a conhecer as origens do processo econômico de industrialização no Brasil, pois, ao terminamos essas aulas, você poderá compreender como se organizava a economia cafeeira, baseada na produção rural, em grande propriedade e com emprego de muitos trabalhadores. Entenderá também como os empresários cafeeiros lidaram com as necessidades de trabalhadores, que, ao se tornarem assalariados, criaram um mercado de consumo propício para a expansão do mercado interno. E, por fim, perceberá que a economia cafeeira também gerou um processo de concentração de renda, característica muito marcante no nosso país.

### **Não pode faltar**

Quando analisamos o cenário internacional, identificamos que, até o século XVII, o capitalismo comercial prevaleceu onde os lucros eram predominantes nas transações de compra e venda de produtos. Havia indústria nesse período, por exemplo, na área têxtil e metalúrgica, porém sua organização produtiva era, em sua maioria, artesanal. Mas, a partir da segunda metade do século XVIII, o capitalismo comercial entrou em decadência. As garantias de lucro pelo pacto colonial, em que a metrópole impunha um exclusivismo comercial com sua colônia, começaram a declinar. Foi quando o capitalismo industrial começou a se consolidar, substituindo o comercial (PRADO JÚNIOR, 1979).

Ao contrário do que impunha as amarras econômicas colocadas pelo pacto colonial, interessava para o capitalismo industrial a liberdade de comércio. Você deve se recordar que a nação que liderou a consolidação desse capitalismo industrial foi a Inglaterra. Essa nação possuía acordos com Portugal, que, na época, ainda era nossa metrópole. Então, vamos entender como esse novo cenário internacional repercutiu na nossa colônia, que passará para o status de nação com a independência, em 1822?

O Reino de Portugal, ao longo do século XVII, vai ocupar uma posição limitada no comércio internacional, sendo apenas um intermediário comercial, extraindo os produtos da colônia e ganhando os lucros com sua venda no mercado europeu. De maneira geral, não consumia os produtos da colônia, nem produzia para abastecer o seu mercado. A marinha portuguesa, em decadência, não conseguia satisfazer as necessidades de comércio da colônia, o que explicava os contrabandos ingleses bastante permissíveis no período. Como forma de manter seus lucros pelo exclusivismo comercial, Portugal colocou restrições à colônia, impedindo, por exemplo, a expansão das manufaturas têxtil e de metalurgia. Assim, para a colônia restava apenas se organizar para atender aos interesses de sua metrópole.



### Assimile

Portugal se tornou um intermediário no mercado internacional, explorando nossos recursos naturais.

Sobre essas tensões entre colônia e metrópole surgiram condições para a emancipação política. Um processo lento de mudança que ainda permanece incompleto nos dias atuais, afinal, ainda somos um país em busca de autonomia política e econômica (PRADO JÚNIOR, 1979).

Como o processo de emancipação política começou? Ele iniciou quando a família real veio morar na colônia, em 1808. França e Inglaterra eram nações europeias rivais e em expansão econômica no período. Como a Inglaterra estava aliada a Portugal, os exércitos napoleônicos invadiram e ocuparam o Reino de Portugal com o intuito de bloquear o comércio da Inglaterra. O então Regente D. João, que governava Portugal, decidiu deixar sua nação e fugiu com sua corte, funcionários e comitiva, composta por cerca de 10.000 pessoas, que passaram a residir na sua colônia na América. Ao chegar, em escala, na Bahia, o Regente assinou o decreto que abriu os portos da colônia para todas as nações. E, depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu por 16 anos. O soberano estabeleceu-se no Rio de Janeiro sob a guarda naval da Inglaterra e, na Europa, os ingleses conduziram a expulsão dos franceses do Reino de Portugal.



### Pesquise mais

O legado da vinda da família real para a então colônia portuguesa foi bastante amplo. No campo econômico, deixou uma dívida pública que só veio a crescer depois que nos tornamos uma nação. As despesas públicas cresceram por vários motivos: pela necessidade de financiar guerras, como a ocupação da hoje Guiana Francesa, em 1809; pela criação de serviços indispensáveis no Rio de Janeiro, como a abertura de novas estradas, higiene e obras de urbanismo; e por outros gastos que ocorreram, simplesmente, para financiar regalias para os fidalgos que acompanhavam a família real. Veja mais no capítulo de livro: PRADO JUNIOR, C. Efeitos da libertação. In: **História econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Atente-se para essa mudança, pois nossa economia iniciou um processo de abertura comercial, agora liderado pela Inglaterra. A proximidade entre Portugal e Inglaterra permitiu que os ingleses conseguissem regalias comerciais determinantes para se consolidarem no comércio internacional, excluindo até mesmo Portugal desse protagonismo. Em 1810, a tarifa de importação para a entrada de produtos ingleses na colônia era de 15% ad valorem, menor quando comparado, por exemplo, aos produtos portugueses, que era de 16%. Somente em 1816 essas tarifas se igualaram, mas mesmo nessas condições Portugal encontrou dificuldades para concorrer com a indústria e a marinha mercante da Inglaterra, que eram muito bem aparelhadas. A indústria inglesa estava em plena expansão, aperfeiçoando seus produtos e reduzindo seus preços (PRADO JÚNIOR, 1979).

Se as condições de concorrência para Portugal eram difíceis, imagine para a colônia, que detinha menos capital para organizar uma produção que conseguisse concorrer de forma eficiente com os produtos ingleses. Os preços dos tecidos ingleses estavam se reduzindo tanto que, mesmo impondo tarifas à importação, o tecido produzido localmente não conseguia concorrer com eles. E a imposição de cotas (limitando a quantidade de tecido que poderia ser importada, com o intuito de estimular a produção interna dele) poderia comprometer o abastecimento local e agravar a situação já difícil da população, cuja renda real estava em declínio (FURTADO, 1989).

Note que nossas dificuldades industriais já derivam desse período, enquanto a Inglaterra estava em plena expansão industrial. Assim, o artesão da colônia foi perdendo espaço, a produção têxtil e a metalurgia entraram em decadência na primeira metade do século XIX, o que comprometeu as condições sociais da população urbana (PRADO JÚNIOR, 1979).

Diante desse ambiente econômico em decadência, as condições para a independência estavam todas colocadas. Logo após o retorno do Rei para Portugal, o Brasil se negaria a voltar a ser colônia, e sua independência foi proclamada, em 1822. Mas os problemas econômicos continuaram: entre 1821-1830 e 1841-1850, houve uma queda de 40% no preço dos produtos exportados pela colônia, mas as importações se mantiveram praticamente constantes, o que fez a renda per capita da população reduzir, refletindo em retrocessos econômicos, como o aumento do setor de subsistência (FURTADO, 1989).

Com a economia estagnada e o mercado interno em declínio, novos capitais não se formavam e novas atividades econômicas não eram impulsionadas. O mercado interno, naquele período, não estava organizado de forma complexa e com técnicas produtivas que o tornasse dinâmico, inviabilizando seu crescimento autônomo. Diante dessa situação, não havia estímulos econômicos para a captação

de empréstimos estrangeiros, já que as possibilidades para projetos atrativos eram praticamente nulas.

Notou como as condições econômicas eram difíceis na primeira metade do século XIX? Nós já havíamos alcançado nosso status de nação, mas a emancipação política não se refletiu na estrutura da sociedade, ainda escravista e nitidamente separada entre livres e escravos, os quais sustentavam os lucros da economia.

Ainda na primeira metade do século XIX, muitos africanos continuavam sendo importados para o trabalho escravo. Eram africanos de baixo nível cultural, que pouco compreendiam e falavam português, não estando adaptados à vida na colônia. Às vezes, pertenciam a tribos distintas e rivais da África, o que dificultava a criação de grupos homogêneos na colônia. Os escravos constituíam uma população numerosa, representando cerca de um terço da população da época, mas sua participação nas decisões políticas era muito pequena (PRADO JÚNIOR, 1979).

Até a abolição da escravatura, em 1888, muitos criticavam a escravidão, mas eram raras as ações para combatê-la, pois essa mão de obra ainda sustentava muitas atividades econômicas, viabilizando altos lucros na comercialização dos escravos e nas atividades agrícolas, como o açúcar e o café. No entanto, havia um interessado na abolição dos escravos: a Inglaterra. Desde a chegada da corte portuguesa na colônia, os ingleses pressionaram o Brasil, em termos diplomáticos e militares, até a efetiva abolição da escravatura. Para a Inglaterra, interessava a extinção da mão de obra escrava, pois o assalariamento do trabalho ampliaria a demanda por seus produtos, mas, para os empresários brasileiros e portugueses residentes no Brasil, o tráfico negreiro e a escravidão sustentavam lucros na atividade agrícola e no próprio processo do tráfico negreiro. A nação brasileira, recém-libertada do regime colonial, presenciava uma contradição estrutural que precisou ser organizada politicamente pelo novo Estado: era uma nação livre, porém sustentada, economicamente, por uma sociedade ainda escravista.

Naquele período, estava evidente que um caminho para a abolição era a extinção do tráfico negreiro. O crescimento vegetativo da população africana era muito baixo, pois eram importados mais homens do que mulheres e as condições precárias de vida diminuía as possibilidades de reprodução. Por isso, se houvesse o impedimento do tráfico, a abolição seria o passo seguinte. Foi nesse sentido que os ingleses agiram, em um processo longo, primeiro atuando em termos diplomáticos para, depois, abusar da força militar.

Ações para a manutenção do tráfico de escravos foram intensificadas com a Independência do Brasil, pois os proprietários rurais já detinham poder econômico suficiente para direcionar as decisões políticas do Novo Estado. No entanto, a disputa era dura e a Inglaterra continuou pressionando para a extinção da escravatura. Em

1831, o Brasil promulgou uma lei que proibia o tráfico africano e permitiu que os ingleses navegassem pela costa durante quinze anos para impedir navios suspeitos de tráfico ilegal, ou seja, eles tinham autorização para fiscalizarem se a lei estava sendo cumprida. Apenas os ingleses se esforçaram para aplicar a lei, passando a combater o tráfico ilegal pela costa brasileira. No entanto, havia dificuldades: a costa brasileira era extensa e muitos traficantes passavam despercebidos e, quando eram identificados, jogavam seus escravos no mar para morrerem afogados com pedras enroladas no pescoço, o que extinguiu as provas do crime.

O número de escravos importados cresceu no período que antecedeu a abolição da escravatura e, por isso, as relações entre Brasil e Inglaterra se agravaram, tendo chegado no seu auge em 1845. Em 1846, iria expirar o prazo dos quinze anos que os navios ingleses podiam reprimir os traficantes em alto mar e, como não houve a renovação do prazo, os britânicos passaram a agir de forma unilateral. Em 1845, o parlamento inglês aprovou um ato que permitia o aprisionamento de qualquer embarcação envolvida com o tráfico negreiro. E, assim, se iniciavam os abusos: como não era possível distinguir culpados e inocentes, muitas vezes, as embarcações apreendidas tinham a bordo escravos, mas que não estavam destinados à venda (uma situação natural no período). Na dúvida, os ingleses impunham a pena à força aos culpados e inocentes.

Diante dessas ações, reduziu-se a chegada de escravos e a atividade econômica no país começou a se desorganizar. A soberania brasileira cedeu e, em 1850, expulsou traficantes notórios, que eram, na maioria, portugueses, levando à desorganização do negócio. Além das ações inglesas, outro fator foi determinante para essas atitudes no Brasil: os traficantes não tinham prestígio social, mas tinham acumulado muito dinheiro, incomodando a classe de fazendeiros, fazendo os atritos entre eles crescerem. Com isso, a chegada de escravos no Brasil passou a cair abruptamente, de 54 mil, em 1849, para cerca de 700, em 1852.

Com a extinção do tráfico negreiro, a abolição da escravatura passou a ser uma questão de tempo. Em 1871, foi decretada a Lei do Ventre Livre, que declarou livres os filhos das escravas. Como era uma lei muita descumprida, ela serviu apenas para atenuar a pressão dos grupos emancipacionistas. Mas, em 1880, duas sociedades abolicionistas foram abertas no Rio de Janeiro: a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista. E, desde então, a desordem começou a imperar, com os escravos fugindo das fazendas. Foi por isso que a Lei Áurea foi assinada em 1888, decretando a abolição da escravatura.



### Exemplificando

A Lei Áurea de 13 de maio de 1988 foi um marco na nossa história. Tinha apenas dois artigos. O artigo 1 declarava extinta a escravidão no Brasil e, no artigo 2, constava como revogadas as disposições ao contrário. Mas, mesmo assim, a luta continua nos dias de hoje, pois ainda há muitos trabalhadores brasileiros submetidos a condições de trabalho forçado, que se assemelham ao trabalho escravo empregado entre os séculos XVI e XIX. A escravidão brasileira nos dias de hoje afeta, sobretudo, o trabalhador rural nas atividades relacionadas à pecuária, às lavouras de algodão, milho, soja, feijão, café, à extração do látex e madeira, à criação de porcos e à produção do carvão. Os patrões desses trabalhadores impõem obstáculos à liberdade deles através da retenção de documentos, pela presença de guardas armados ou funcionários com comportamento ameaçador, dívidas impostas de forma ilegal ou ainda pelo isolamento geográfico. Para detalhes sobre como a regulamentação legal está sendo conduzida no nosso país, confira o documento: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil.** Brasília: ILO, 2010. Disponível em <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced\\_labour/pub/combatedotecontemporaneo\\_307.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/combatedotecontemporaneo_307.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2016.

Ainda durante a primeira metade do século XIX, além de lidar com essas tensões diplomáticas e militares referentes à questão da mão de obra escrava, o Brasil precisava encontrar uma nova rota de crescimento econômico, e a saída foi, novamente, o mercado externo (diante da decadência do mercado interno). Então, a outra questão era como promover uma nova rota de desenvolvimento por meio da inserção no mercado internacional. Não havia muitas possibilidades, pois, naquele período, os maiores mercados do país eram o açúcar e o algodão, mas seus preços estavam em queda no mercado internacional. Os EUA e as Ilhas das Antilhas forneciam, respectivamente, o algodão e o açúcar para a Inglaterra, nação em plena expansão. Os demais produtos cultivados no país, como fumo, couro, arroz e cacau, ainda apresentavam poucas possibilidades de expansão no mercado internacional (FURTADO, 1989).

Quais eram os fatores de produção presentes na economia? O fator disponível mais abundante era a terra, já que havia pouco capital e a escassa mão de obra estava imobilizada na produção de açúcar e empregada em serviços domésticos. Por isso, a maior preocupação era encontrar um produto que, ao mesmo tempo,

utilizasse o fator terra na produção e fosse demandado no mercado internacional, pois, em outras palavras, os lucros maiores vinham da exportação do produto extraído da terra.

A decisão pelo café ocorreu em meados do século XIX, quando seu preço aumentou no mercado internacional, diante da desorganização da produção de café na colônia francesa do Haiti. Assim, a formação da economia cafeeira no Brasil ocorreu nas décadas seguintes, pois tinha o cultivo facilitado em nossas terras pelas condições geográficas e climáticas do nosso país.

Vamos entender como funcionava a empresa cafeeira? Assim como a açucareira, a produção do café era intensiva em terra e em mão de obra, ou seja, utilizava esses recursos em grande escala. Também parecida com o engenho açucareiro, a fazenda de café possuía plantações e instalações que formavam um conjunto complexo, muitas vezes autossuficiente. Por exemplo, havia tanques nos quais o grão era lavado depois da colheita, um terreno para expor esses grãos para secar, além de máquinas para decorticação (separação das cascas) e triagem (PRADO JÚNIOR, 1979). Mas, em relação à açucareira, apresentava um grau de capitalização menor. As atividades produtivas açucareira e cafeeira empregavam equipamentos, mas na cafeeira os recursos financeiros necessários para a reposição dos fatores produtivos eram mais baixos.

Outra característica distinta entre as duas economias se refere à formação das classes dirigentes. No caso da açucareira, a tomada de decisões sobre as etapas produtiva e comercial estava separada: a primeira localizada na colônia e a segunda em Portugal e Holanda, nações que monopolizavam o comércio internacional do produto. Como eram as decisões comerciais que dinamizavam o processo produtivo, a classe de dirigentes do âmbito produtivo estava isolada e sem plena compreensão de seus próprios interesses, perdendo, com o tempo, importância sobre o processo decisório e sobre suas funções econômicas. Por isso, esses empresários da etapa produtiva se tornaram uma classe ociosa e isolada no ambiente rural (por exemplo, os patriarcas do Nordeste com espírito ruralista) (FURTADO, 1989). Já durante a formação da economia cafeeira, os interesses da classe dirigente estavam entrelaçados nas duas etapas: produtiva e comercial. O empresário cafeeiro começou seu trabalho desempenhando todas as atividades: aquisição de terras, busca e emprego de mão de obra, organização da produção, transporte do produto e sua comercialização nos portos, além de influenciar o governo sobre a necessidade de política de financiamento. A proximidade com a capital contribuiu para essa articulação, pois os empresários cafeeiros estavam conscientes de seus interesses e identificaram a possibilidade de uma articulação com o governo central para a formação de políticas associadas à execução de seus interesses.

O cultivo de café se iniciou, então, no Rio de Janeiro e se expandiu pela faixa litorânea desse estado, chegando em Angra dos Reis e Parati. Depois, alcançou a costa onde, hoje, é o estado de São Paulo, nas cidades de Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião. A produção era escoada pelo porto do Rio de Janeiro, cidade que se tornou, nesse período, o centro financeiro e comercial do país (PRADO JÚNIOR, 1979). Após essa grande expansão, a região presenciou dificuldades em virtude do esgotamento do solo, com as formas de produção extensivas e descuidadas (a região, por ser montanhosa, sofreu erosões que comprometeram as plantações). Em poucos decênios, os resultados foram danosos: enfraquecimento das plantas, surgimento de pragas destruidoras e rendimentos cada vez menores. Com isso, muitas culturas foram abandonadas e a população foi se reduzindo nessas regiões. Mas, no último quartel do século XIX, outra região ganhou destaque no cultivo do café: o oeste do (hoje) estado de São Paulo. As plantações centralizaram-se em Campinas e direcionaram-se ao norte dessa província até chegar em Ribeirão Preto. Nessa região, as plantações se estendiam por amplas planícies, em condições mais propícias do que os solos irregulares da região pioneira, e a produção do café passou a ser escoada pelo porto de Santos.

Assim, no final do século XIX, a economia cafeeira já estava em condições de financiar sua expansão. Os recursos financeiros para financiar a lavoura de café eram necessários, pois o período entre a plantação e a colheita era longo (em média, apenas no quinto ou sexto ano, a lavoura estava em plena condição para a produção do café). No entanto, os fazendeiros residiam em locais distantes dos bancos, que ficavam no Rio de Janeiro e em Santos. Dessa forma, como eles conseguiam esses empréstimos? Havia um intermediário, o comissário, pessoa próxima e de confiança dos fazendeiros, responsável por comercializar o café e adiantar recursos para a ampliação da lavoura e para a organização da produção para a exportação. O comissário acumulava, assim, duas funções: comerciante e "banqueiro" da lavoura. Naquele período, o comissário também estabelecia relações de confiança com os bancos, pois os empréstimos eram informais, bastando ao comissário ter uma conta corrente no banco. Os comissários ganhavam uma comissão de cerca de 3% sobre a produção e, por isso, interessava para eles que o café atingisse preços cada vez maiores.

Na cadeia produtiva do café também havia os exportadores (alocados em escritórios nos portos do Rio de Janeiro e Santos), que embarcavam a produção para o mercado europeu. Eles se interessavam pela baixa dos preços, pois isso permitia a ampliação de suas vendas no mercado internacional. Enquanto os comissários, normalmente, eram brasileiros ou portugueses, os exportadores eram ingleses, havendo uma tensão entre essas classes, que, em períodos de aumento da produção, tendia a ficar mais favorável para os exportadores, diante da tendência de queda do preço do produto (LACERDA et al., 2006).

Ao mesmo tempo em que essas formas de financiamento e escoamento do produto foram sendo organizadas, os fazendeiros precisaram lidar também com as questões da mão de obra, que se intensificaram com as restrições ao tráfego negreiro (FURTADO, 1989).

Vamos aprender, agora, como a restrição de escravos refletiu na economia cafeeira? Na prática, a extinção do escravismo não constituía a destruição da riqueza no país, mas sua redistribuição. Os problemas estavam, então, na forma como essa redistribuição refletiria nas novas maneiras de organização da produção e no aproveitamento dos recursos produtivos. Será que esses problemas foram solucionados de forma parecida em todas as regiões produtoras de café? A resposta é: não! Esses reflexos foram distintos nas regiões produtoras de café. Nas províncias pioneiras nesse cultivo (que hoje abrangem os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, em menor escala, São Paulo), a agricultura cafeeira utilizava o trabalho escravo. A situação se tornou desfavorável nessas regiões diante do esgotamento da fertilidade das terras e da abolição desses trabalhadores, que forçou os fazendeiros a terem de oferecer salários elevados aos ex-escravos. Mas esses recém-libertos estavam desprovidos de hábitos de consumo e de ideias de acumulação de riqueza e, para eles, o trabalho era uma maldição e o ócio era mais desejável do que os salários elevados. Diante desses problemas, as regiões em expansão para o oeste paulista passaram a preferir outras formas de trabalho, reduzindo o emprego dos antigos escravos. Porém novamente, a questão da mão de obra viria à tona: quem seriam os trabalhadores empregados em substituição aos africanos recém-libertos?

No Brasil, havia pessoas desocupadas, mas seu recrutamento não era viável, por algumas razões. Vamos entendê-las?

Muitas pessoas estavam empregadas no setor de subsistência e ao ocupavam de forma esparsa todo o nosso território, do norte ao sul do país. Estavam alocadas na pecuária e na agricultura e utilizavam técnicas muito simples, levando a uma produção de baixa produtividade. Mas muitas delas não tinham a posse da terra, apesar da sua abundância, estando a propriedade concentrada nas mãos de poucos indivíduos, cujo acesso à corte portuguesa permitia essas vantagens.

Nos latifúndios, havia roças destinadas à subsistência e sustento, pois para os proprietários de terra era interessante manter esses trabalhadores produzindo nelas, já que poderiam utilizá-los nos momentos oportunos, enquanto os trabalhadores mantinham fidelidade ao seu senhor como forma de se manter no grupo social. Assim, apesar de os roceiros não possuírem a posse da terra, eles se mantinham nelas pelos vínculos sociais com os proprietários dela. Ou seja, com exceção de algumas regiões povoadas (como o sul de Minas), o recrutamento dessa mão de obra localizada de maneira esparsa por todo o território brasileiro iria exigir muitos

recursos, tornando-se inviável. Ao mesmo tempo, esse recrutamento exigiria o apoio dos proprietários de terra, que não estavam dispostos a cooperar, pois seu prestígio estava associado ao maior número de trabalhadores disponíveis nas suas propriedades. Havia ainda pessoas desocupadas nas zonas urbanas, mas nesse caso as dificuldades eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola.

Nossa! Quantas questões se colocaram em relação à mão de obra, você não acha? Diante desses problemas de recrutamento da mão de obra nas áreas urbanas e rurais, a opinião vigente era de que as pessoas desocupadas no Brasil não serviam para o trabalho na grande lavoura cafeeira. Assim, os fazendeiros precisaram buscar outras fontes de recrutamento e a imigração europeia se apresentou, naquele período, como uma possibilidade. Mas o sucesso da política migratória dependia da presença prévia de atividades produtivas rentáveis; o desenvolvimento do mercado interno dependia da expansão da economia exportadora, que, mais uma vez, dependia da disponibilidade de mão de obra. Ou seja, era uma questão de difícil resolução.

Em 1860, com a melhora do preço do café no mercado internacional, a questão da mão de obra tornou-se ainda mais séria. Nesse período, somente os fazendeiros mais ricos conseguiram resolver o problema da mão de obra quando começaram a custear as viagens dos colonos e de sua família. Por isso, em 1870, o governo imperial passou a custear a imigração europeia, pagando o transporte dessa mão de obra para a lavoura cafeeira, cabendo aos fazendeiros custear o primeiro ano de atividade econômica desses trabalhadores e também disponibilizar uma porção de terra para que pudessem cultivar gêneros de subsistência. Ao mesmo tempo, países europeus, como a Itália, presenciavam instabilidades sociais, pois como as regiões de menor produtividade na região agrícola do Norte estavam com dificuldades de concorrer com as mais desenvolvidas do Sul, criou-se condições para prover um fluxo migratório para o Brasil.

Conjugando todas essas condições, tanto do lado da demanda por mão de obra quanto do lado da sua oferta, iniciou-se uma grande corrente migratória de trabalhadores de origem europeia para o Brasil. No estado de São Paulo, esse influxo foi bastante significativo: na década de 1870, chegaram 13 mil imigrantes europeus, enquanto na década de 1890, esse número subiu para 609 mil imigrantes (FURTADO, 1989).

Agora, vamos pensar: com esse grande influxo de trabalhadores recebendo salários, será que nossa economia mudou? Será que ela melhorou no último quartel do século XIX? O fato é que novos fluxos monetários dinamizaram o mercado interno, mas a estrutura produtiva manteve-se estagnada, baseada em grandes unidades produtoras com emprego de mão de obra e terra em grande escala.



## Assimile

A organização da economia cafeeira seguiu o modelo tradicional da agricultura no país, tendo como base as grandes propriedades monocultoras, com produção em larga escala, e emprego de um volume elevado de trabalhadores (em princípio, os escravos africanos e, depois, os imigrantes europeus).

Com o emprego do trabalho assalariado, o rendimento recebido com a exportação do café era distribuído entre a renda dos assalariados e a renda dos proprietários. Grande parte dos assalariados gastava a totalidade dos seus ganhos com bens de consumo (roupas, alimentos) e serviços, impulsionando a renda de pequenos produtores e comerciantes, que, por sua vez, também destinavam parcela significativa dos seus rendimentos com gastos de consumo. Assim, essas compras impulsionavam a geração de renda num montante maior do que a renda originada inicialmente com a receita exportadora, ou seja, a renda advinda da atividade exportadora multiplicava-se em mais renda no mercado interno, utilizando melhor os fatores de produção disponíveis no país (como ocorreu com a expansão da produção interna de bens de consumo no Sul, onde a economia de subsistência expandiu-se). Percebia-se, assim, que o mercado externo impulsionava o mercado interno que, nesse período, encontrou condições para crescer significativamente com o assalariamento da mão de obra (FURTADO, 1989).

Se os preços do café se elevavam, os empresários de café tratavam de ampliar a plantação e a produção de café, ampliando a massa de salários dos trabalhadores e estimulando os fluxos monetários no mercado interno. Ou seja, com mais pessoas empregadas, a soma de salários pagos à coletividade também aumentava (mas isso não significava que os salários se elevavam individualmente, já que os salários reais não tendiam a aumentar, diante da entrada de novos imigrantes trabalhadores que ampliavam a oferta de trabalho).

Com essa disponibilidade de mão de obra, não havia estímulos para a ampliação da produtividade com o uso de técnicas mais aperfeiçoadas, como a substituição de máquinas por trabalhadores. Sem a pressão por aumento de salários, os empresários absorviam os maiores ganhos nos momentos de aumento dos preços do café e aplicavam parte desses ganhos na ampliação extensiva da plantação (já que havia abundância de terras), sem melhoras nos métodos de cultivo, o que trazia um esgotamento do solo que forçava os cultivos a migrarem para outros terrenos (claro que essa destruição consciente do solo deixou consequências desastrosas para nosso meio ambiente).

Como eram divididos esses lucros da economia cafeeira? Com a expansão da lavoura e o assalariamento da mão de obra, o fazendeiro ampliava suas necessidades de empréstimos, que ficaram cada vez mais volumosos e difíceis para o comissário, pois as formas de empréstimos eram baseadas na informalidade. Ao mesmo tempo, a ampliação da produção de café também ampliava sua oferta, implicando uma tendência de redução dos preços do produto, que diminuía o valor da comissão apropriado pelo comissário. Como o comissário recebia uma comissão pela produção, com a expansão do café, ele tendia a realizar misturas entre cafés de qualidade distintas, com o objetivo de vender todo o café, prejudicando, muitas vezes, a qualidade do produto. Essa situação prejudicava os fazendeiros e debilitava as relações de confiança com o comerciante. Para piorar ainda mais a situação para o comissário, com a abolição da escravatura, deixou de ser necessário para adiantar recursos na compra (inexistente) de escravos.



### Assimile

Ao longo do século XIX, a economia cafeeira empregava melhor os fatores de produção, até então subutilizados no país. Mas suas formas de produção não criavam estímulos econômicos para ampliar a produtividade física desses fatores, que eram utilizados apenas em maiores quantidades, diante da disponibilidade de terras e de mão de obra, acrescida com a emigração de europeus.

A economia cafeeira, apesar de vinculada ao mercado externo, propiciou a expansão no mercado interno de fluxos monetários e reais ao utilizar fatores de produção até então pouco aproveitados. Mas parte dessa renda multiplicada no mercado interno era destinada às importações. E a grande massa da população era responsável por cerca de 50% do total importado, pois comprava tecidos e alimentos do mercado internacional.

Importante entendermos também que havia uma associação entre os preços do café e a taxa cambial. Uma relação que beneficiava mais os empresários da economia cafeeira. Quer saber como isso funcionava? Quando o preço do café diminuía no mercado internacional, a taxa de câmbio era depreciada, ou seja, o governo desvalorizava o preço da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. Isso era vantajoso para os exportadores de café, pois a queda do preço do café era compensada no momento de converter moeda estrangeira em nacional. A taxa cambial depreciada exigia, na troca, mais moeda nacional por moeda estrangeira recebida. Como os exportadores recebiam pela venda do café em moeda estrangeira, recebiam mais moeda nacional quando trocavam pela estrangeira. Por outro lado, os produtos importados encareciam, pois, na conversão cambial,

precisava-se de mais moeda nacional para trocar pela moeda estrangeira. Como todos importavam produtos manufaturados, todos perdiam. Ou seja, o que era para ser uma perda localizada na economia cafeeira, era socializada para toda a economia brasileira.

Mas esse ajuste cambial era um mecanismo de defesa também dos empregos gerados na economia cafeeira. Se os lucros se reduzissem muito no período de queda do preço do café, muitas pessoas perderiam seus empregos, naquela que era a principal atividade econômica do país. A população que deixasse de trabalhar no cafezal seria transferida para a economia de subsistência e o mercado interno de transações de bens de consumo iria se reduzir drasticamente, o que faria outros empregos deixarem de existir nessa economia.

Ao contrário da decadência da atividade econômica da primeira metade do século XIX, durante a segunda metade desse século, as taxas de crescimento foram elevadas, alavancadas pelo dinâmico comércio externo. As quantidades exportadas se elevaram 214% entre a década de 1840 e a década de 1890. No mesmo período, os preços médios se ampliaram 46%. Mas, ao mesmo tempo, havia uma tendência de concentração de renda: quando o preço do café aumentava, os lucros na economia cafeeira se elevavam e os salários reais se mantinham constantes; já quando os preços do café reduziam, a queda dos lucros era minimizada pela desvalorização cambial, o que trazia uma socialização das perdas (FURTADO, 1989).

Percebeu como nossos problemas socioeconômicos derivaram da própria formação da economia brasileira? Por isso é tão bom estudar e se tornar mais consciente e capaz de buscar soluções para nossos problemas.



### Refleta

Quando tratamos da economia brasileira do século XIX, você consegue identificar semelhanças com a nossa economia atual? A economia brasileira se diversificou bastante desde então, mas o Brasil ainda é protagonista no mercado mundial de café? Veja mais detalhes no documento: EDITORA GAZETA. **Anuário brasileiro do café**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz do Sul Ltda. Disponível em: <<http://www.ico.org/prices/production.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

## Sem medo de errar

E aí, conseguiu entender a questão da mão de obra antes, durante e após a abolição da escravatura, bem como as relações econômico-sociais no período do ciclo do café e o impacto disso sobre a renda?

Todo esse movimento que aconteceu na economia brasileira afetou diretamente o antepassado do Sr. Raul, o comissário Davi Abreu Melo. Ele trabalhava em um período em que a economia cafeeira estava crescendo, mas estranhamente seus negócios não prosperavam, o que trouxe a indagação na cabeça do Sr. Raul se não havia alguma incoerência nesse processo.

Para entendermos o que se passava, precisamos lembrar que os comissários de café eram muito próximos dos fazendeiros e cumpriam um papel importante na etapa de comercialização do café. Eles precisavam entender sobre o preparo da mistura dos grãos, atendendo as exigências do mercado internacional. As relações entre fazendeiros e comissários transcendiam a dimensão comercial. Assim, procure entender como que a expansão da produção e a abolição da escravatura se refletiram em maiores necessidades de empréstimos. Lembre-se de como eram feitos esses empréstimos pelos comissários junto aos bancos, e ainda como as tensões entre comissários e exportadores se intensificaram diante disso.



### Atenção

Da forma como a economia cafeeira estava organizada não havia estímulos econômicos para diminuir a produção. Essa expansão produtiva criou novas necessidades de empréstimos bancários e favoreceu os lucros dos exportadores.

## Avançando na prática

### As respostas dos fazendeiros de café às necessidades de mão de obra

#### Descrição da situação-problema

Lacerda de Campos, com 30 anos, em 1886, vivia na Itália com sua família, que era formada por dois meninos, com 4 e 5 anos cada, e uma mulher cheia de vida. Diante das restrições ao mercado de trabalho agrícola italiano, ele decidiu buscar oportunidades no Brasil. Seduzido pelo transporte subsidiado pelo governo da colônia portuguesa, ele optou pela busca do trabalho que era oferecido no nosso país, chegando ao Brasil em 1888 para trabalhar numa fazenda de café da província de São Paulo. Ao longo da viagem, Lacerda indagou a sua mulher do motivo de os braços brasileiros não estarem

ocupando as oportunidades geradas pela economia cafeeira em plena expansão nas planícies do oeste paulista. Seriam esses trabalhadores preguiçosos? Se você tivesse uma conversa com o Sr. Lacerda, como responderia a esse questionamento?

### Resolução da situação-problema

Naquele período, havia pessoas desocupadas no Brasil. No âmbito rural, elas estavam localizadas em fazendas distantes e esparsas pelo grande território brasileiro, o que exigiria recursos financeiros inimagináveis para a realização do recrutamento deles. Já entre os desocupados nas regiões urbanas, havia dificuldades para eles se adaptarem às condições de vida e de trabalho mais difíceis no meio rural (por exemplo, as residências nas fazendas eram, muitas vezes, senzalas adaptadas). E no caso dos ex-escravos, eles mantinham seus hábitos de consumo restritos às suas necessidades básicas e, por isso, não nutriam ideias de acumulação de riqueza. Ou seja, ao contrário do que Lacerda imaginava, os trabalhadores que moravam no Brasil não eram preguiçosos, no entanto, eles não foram aproveitados nas lavouras de café pelos diversos motivos apresentados.

### Faça valer a pena

**1.** O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar de pacto colonial e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se a isso uma transformação econômica profunda: o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 123).

Com os reflexos dessas transformações, ao longo do século XIX, Inglaterra, Portugal e Brasil assumiram, respectivamente, as seguintes funções no mercado internacional:

- a) Fornecedor de produtos manufaturados; fornecedor de serviços tecnológicos; e fornecedor de gêneros agrícolas.
- b) Fornecedor de produtos manufaturados; fornecedor de produtos manufaturados; e fornecedor de gêneros agrícolas.
- c) Fornecedor de gêneros agrícolas; entreposto comercial; e fornecedor de produtos manufaturados.
- d) Fornecedor de produtos manufaturados; entreposto comercial; e fornecedor de gêneros agrícolas.
- e) Entreposto comercial; fornecedor de produtos manufaturados; e fornecedor de gêneros agrícolas.

**2.** O tráfico [negreiro], embora condenado pela lei e pela opinião confessada de todo mundo (já ninguém mais ousava defendê-lo), se mantinha como dantes, protegido pela tolerância das autoridades e da generalidade do país (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 150).

A afirmação de Prado (1989) refere-se à economia brasileira no período compreendido entre a Independência e a Abolição da Escravatura. Assinale a alternativa que apresenta aqueles agentes que se interessavam pela manutenção do tráfico de escravos africanos.

- a) Comerciantes ingleses, trabalhadores assalariados e traficantes de escravos.
- b) Grandes proprietários de terra, imperador e traficantes de escravos.
- c) Abolicionistas, comerciantes ingleses e traficantes de escravos.
- d) Comissários, abolicionistas e comerciantes ingleses.
- e) Trabalhadores assalariados, comissários e exportadores ingleses.

**3.** A expansão do trabalho assalariado, no final do século XIX, trouxe impactos para a economia brasileira. Nesse período:

I. Houve ampliação do mercado interno no ramo de gêneros de consumo.

II. A pequena disponibilidade de trabalho assalariado impediu que a expansão da renda fosse superior ao impulso original das exportações.

III. A maior dinamização derivada do mercado assalariado alterou a estrutura produtiva antes baseada em grandes unidades produtoras vinculadas ao comércio exterior.

Sobre a economia brasileira na segunda metade do século XIX, é correto o que afirma em:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- e) As assertivas I, II e III estão corretas.



# Referências

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica no Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SOUSA, J. M. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.



# Da economia cafeeira à industrialização

### Convite ao estudo

Olá, na unidade anterior, estudamos 400 anos de história praticamente. Vimos a hegemonia europeia, principalmente portuguesa e espanhola, em termos de descobertas de “novas” terras, como o Brasil, e como esse novo mundo foi colonizado. No nosso país, como o ouro e a prata não foram encontrados inicialmente a economia colonial foi baseada no modelo agroexportador, no qual se produz um produto agrícola voltado para a exportação. A primeira grande mercadoria foi o açúcar, na região Nordeste brasileira, nos séculos XVI e XVII. Porém, em função da concorrência com as Antilhas e de aspectos políticos e econômicos, o preço reduziu-se consideravelmente e o açúcar entrou em decadência. Por outro lado, o ouro foi encontrado no que hoje é o estado de Minas Gerais. A descoberta do ouro foi fundamental para povoar o interior da colônia e criar condições para o incipiente mercado interno.

Quando chegamos ao século XIX, um novo problema surgiu na colônia: a questão da mão de obra. Até este momento, a mão de obra era escrava, mas, com o fim da escravidão, uma nova forma de trabalho surgiu: a assalariada, predominantemente imigrante, o que alterou toda a estrutura social e econômica da época, como o processo de urbanização e o surgimento de um mercado consumidor interno.

Mesmo com todas as mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas nos séculos anteriores, uma característica da nossa economia não mudou: continuamos com a produção e a exportação de uma única mercadoria, no caso, o café. Porém, esse foi nosso último ciclo, e com o término do protagonismo da produção de café, teve início a industrialização brasileira.

Antes de compreendermos como a indústria brasileira nasceu, precisamos entender os problemas e as necessidades da economia cafeeira, bem como as políticas implementadas pelo governo para tentar solucionar tais dificuldades, principalmente aquelas voltadas para assegurar que o preço do café não fosse reduzido (o que diminuiria a renda dos cafeicultores).

Para conhecermos a história econômica do período da economia cafeeira e o início da industrialização no Brasil, teremos a ajuda do italiano Lacerda Bono Pavan, que vivia no seu país com sua família, formada por dois meninos, com 4 e 5 anos, e uma mulher cheia de vida. Diante das restrições ao mercado de trabalho agrícola no seu país, eles decidiram buscar oportunidades no Novo Mundo e, seduzidos pelo transporte subsidiado, optaram pelas condições oferecidas no Brasil. Lacerda chegou ao Brasil em 1907 para trabalhar numa fazenda de café na província de São Paulo. Ao contrário do que Lacerda imaginava, as condições de moradia que foram oferecidas eram precárias, e ele e sua família moravam numa senzala adaptada. Todos sentiram também pelo isolamento, pois as propriedades eram muito distantes umas das outras, o que os obrigavam a adquirir produtos das próprias vendas localizadas nas fazendas. Com o passar do tempo, Lacerda tomou uma decisão que transformaria a vida de toda a família: eles iriam trabalhar mais ainda, a fim de conseguir mais recursos financeiros para saírem o mais rápido possível da fazenda de café, pois todos iriam se mudar para o centro da cidade de São Paulo. Anos depois, ao chegar à zona urbana de São Paulo, Lacerda Bono Pavan começou a trabalhar em uma loja de tecidos e, aos poucos, conseguiu juntar dinheiro para abrir seu próprio negócio. E, assim, ele e seu filho mais velho se tornaram grandes industriais, e sua família de imigrantes italianos se tornaram burgueses industriais paulistanos.

Ao longo das três seções, desta unidade, vamos discutir aspectos históricos e econômicos do início do desenvolvimento industrial da nossa economia, associados aos eventos pelos quais a família do italiano Lacerda Bono Pavan passou.

Na primeira seção estudaremos o início e o fim do último grande ciclo econômico brasileiro, que foi o café. Na segunda seção, veremos os impactos da grande depressão e o início da industrialização em nosso país. E por último, na Seção 2.3, descreveremos o Processo de Substituição de Importações como o modelo de industrialização utilizado no país, a partir da década de 1930. Ao terminarmos essas aulas, esperamos que você consiga compreender a evolução histórica da industrialização brasileira e todas as dificuldades e os atrasos que nossa indústria ainda sofre.

## Seção 2.1

### O último grande ciclo econômico: início e fim da economia cafeeira

#### Diálogo aberto

O italiano Lacerda Bono Pavan, cheio de esperança de ter uma vida melhor, chegou com sua família ao Brasil, em 1907, para trabalhar em uma fazenda de café na província de São Paulo. Sua decisão de se mudar para o Brasil foi tomada por dois principais motivos: as restrições ao mercado de trabalho agrícola na Itália e as oportunidades oferecidas no Novo Mundo, inclusive com transporte subsidiado. Mas, logo ao chegar à fazenda, ele se decepcionou com as formas arcaicas de relações trabalhistas, que se aproximavam das formas de escravidão, e satisfiziam apenas os anseios dos cafeicultores do Oeste Paulista. Mesmo em condições precárias, a família Bono Pavan era muito trabalhadora e mantinha o empenho na cultura do café (eles queriam ter condições financeiras para abrir uma manufatura de tecidos).

Não faltava trabalho na fazenda e a produção do café era transportada nos trens em quantidades cada vez maiores para os portos, para que fosse vendida para outros países. Nos seus poucos momentos de folga, Lacerda gostava de acompanhar as reportagens dos jornais impressos, e ficou impressionado com a Primeira Guerra Mundial que estava acontecendo. Ao refletir sobre aquele cenário, Lacerda percebeu que a guerra deveria estar prejudicando a produção do café, mas isso não estava acontecendo. Assim, ele teve as seguintes dúvidas: para onde ia toda aquela crescente produção de café se os outros países não estavam mais comprando tanto esse produto devido ao momento de guerra? Quem estava comprando aquela grande quantidade de café produzida? E será que isso iria trazer algum problema para a economia cafeeira?

Para ajudá-lo a responder a esses questionamentos, é necessário entender a economia cafeeira, seus problemas, dificuldades e as políticas governamentais que asseguravam o preço do café e a renda dos cafeicultores, e como tais políticas afetaram a indústria, além, claro, do contexto externo, como a Primeira Guerra Mundial. Vamos iniciar nossos estudos!

## Não pode faltar

O último grande ciclo econômico antes da industrialização foi o café, que foi muito importante, não apenas por ter sido, último, mas pelas inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no período as quais tiveram como consequência o fim do modo de produção colonial e o início do capitalismo industrial. Entre essas mudanças, podemos citar, em termos políticos, o fim do domínio político da oligarquia fundiária e da chamada política “café com leite”, a qual trazia um acordo/arranjo político que vigorou durante toda a República Velha entre as oligarquias fundiárias de São Paulo e Minas Gerais, para que paulistas e mineiros se revezassem na presidência da República, daí o nome “café”, produzido em São Paulo, e “leite”, produto produzido em Minas Gerais.

Certamente, você deve estar pensando o motivo desse acordo ter sido entre esses dois estados. O motivo era que São Paulo e Minas Gerais eram as províncias mais ricas (nome que os estados eram chamados) da época, com as duas maiores representatividades na Câmara dos Deputados. Já em termos econômicos e sociais, podemos citar a nova organização trabalhista, em que a mão de obra livre e os avanços tecnológicos nos transportes e no sistema financeiro começaram a ser utilizados e foram fundamentais para a industrialização. Desses fatos, dois merecem destaque, pois alteraram a organização da economia brasileira na época: a questão da mão de obra e a construção de ferrovias. Vamos entendê-los?

Na seção anterior, vimos que a transição do trabalho escravo para o livre teve início em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, a qual proibia o tráfico negreiro, o que reduziu a oferta e, conseqüentemente, encareceu a “mercadoria” (sim, os escravos eram considerados mercadorias como qualquer outra). Além dessa lei, outras posteriores permaneceram, dificultando a continuidade da mão de obra escrava, tais como a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, que declarava livre todos os filhos de escravos nascidos no Brasil a partir daquela data; a Lei do Sexagenário, de 1885, que concedia liberdade a escravos acima de 65 anos, e a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, que libertou todos os escravos.

Assim, para resolver o problema da escassez de mão de obra, os cafeicultores passaram a contratar trabalhadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros. A entrada dos estrangeiros foi intensificada ao longo das décadas seguintes. Em 1884, o governo brasileiro passou a subsidiar a vinda de europeus e japoneses para o Brasil. Apesar disso, a escassez de mão de obra continuava se agravando, principalmente a partir de 1888, quando a Lei Áurea foi promulgada, acabando de vez com a escravidão no país. A consequência desse processo foi a criação definitiva do mercado de trabalho assalariado. Com isso, o mercado consumidor se tornou maior, já que esses trabalhadores passaram a receber salário e a demandar bens.



### Pesquise mais

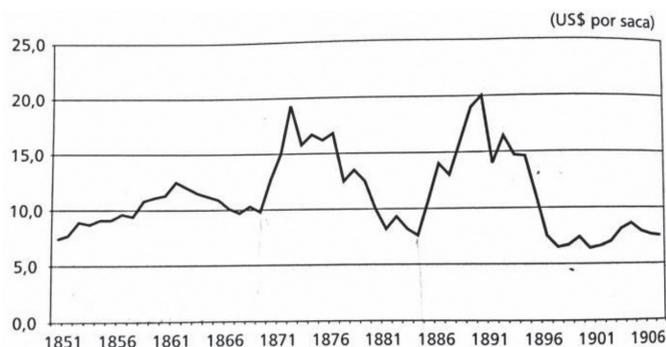
Para saber um pouco mais sobre a criação do mercado de trabalho brasileiro, leia o artigo *A formação do mercado de trabalho no Brasil: uma análise da legislação sobre locação de serviços no século XIX*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

**A construção de ferrovias** tinha o objetivo de facilitar o escoamento da produção de café do interior do país até o porto, para ser exportado para diversos países. Inicialmente, essas construções foram feitas com capital inglês e, depois, com investimento dos próprios cafeicultores paulistas. Nesse período, também começou a se formar o sistema de crédito, no qual os bancos comerciais e outras instituições passaram a financiar novos empreendimentos.

Porém, apesar de todas essas mudanças econômicas e sociais, o preço do café oscilava, pois, como você já sabe, o café é uma commodity. Assim, o desempenho da economia brasileira dependia das condições do mercado internacional (o mercado de café não dependia, exclusivamente, das condições do Brasil).

Nesse sentido, Gremaud et al. (2011) observam que, apesar de o Brasil ser o principal produtor mundial de café, outros países também influenciavam a oferta do produto, além de parte do mercado ser controlada por grandes companhias atacadistas que especulavam com estoques. Os mesmos autores afirmam que a demanda dependia do crescimento mundial, aumentando em momentos de expansão da economia internacional e reduzindo em situações de crises. Para você ter uma ideia de como o preço do café oscilou, vamos analisar o Gráfico 2.1?

Gráfico 2.1 | Preço do café de 1851 a 1906



Fonte: Delfim Netto (1966) apud Gremaud et al. (2011).

Pelo Gráfico 2.1, podemos perceber que, entre 1851 e 1906, três ciclos completos de preço ocorreram, com períodos de ascensão e outros de queda. Segundo Gremaud et al. (2011), as oscilações estavam relacionadas a duas condições: o lado da demanda e o lado da oferta. O primeiro se referia aos ciclos da economia mundial, que refletem na demanda. Por outro lado, mudanças climáticas, como geadas e pragas, fazem reduzir a oferta, e o investimento em novos cafezais aumentava a oferta. Porém, é importante observar que a diferença entre plantar pés de café e colhê-los era de quatro anos, o que explicam, também, as oscilações de preços.

Certamente, você deve ter ficado confuso com a afirmação anterior. Veja a explicação: quando os preços estavam altos, novos investimentos eram feitos, porém somente após quatro anos ocorria o retorno desse investimento. Assim, o aumento do preço era causado por um aumento de demanda que não podia (ainda) ser acompanhado por um aumento da oferta. Quatro anos depois de o investimento ter sido feito, a oferta de café aumentava. Se a oferta estivesse mais alta do que a demanda, o preço do café era reduzido. Caso contrário, se a demanda fosse mais alta do que a oferta, o preço aumentava. Era assim, que mercado do café funcionava, mas como os investimentos eram induzidos pelo preço do café (mas com uma mudança de oferta defasada em razão do tempo de maturação dos investimentos), havia tendência de comportamento cíclico dos preços.

Outro aspecto importante acerca do comportamento dos preços do café é o chamado comportamento tendencial, ou seja, alguns autores defendem a tese que os preços de produtos agrícolas (como o café) possuem comportamento com tendência de queda, principalmente, se os compararmos com os preços dos produtos manufaturados. Assim, Gremaud et al. (2011) afirmam que existe uma tendência de **deterioração dos termos de troca** das economias agroexportadoras, pois os preços das exportações (café) tendem a cair frente ao preço das mercadorias manufaturadas que eram importadas.



### Vocabulário

**Termos de troca:** relação entre os preços das exportações e das importações de uma economia, sendo um termo utilizado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).



### Assimile

As economias agrícolas podem apresentar uma deterioração dos termos de troca, pois os preços das exportações dos produtos agrícolas tendem a cair, enquanto que o preço das importações de bens manufaturados não apresenta essa tendência de queda.

A deterioração dos termos de troca pode ser explicada em função da **elasticidade-renda da demanda** por produtos primários ser inferior à dos produtos manufaturados, ou seja, com a renda mundial maior, as pessoas não aumentam a demanda por café na mesma proporção que um aumento da renda eleva a demanda por tecidos. É importante observar que não existe consenso sobre a deterioração dos termos de troca, mas, no caso brasileiro, os pesquisadores que defendem o tema dizem que a deterioração fez com que surgisse o fortalecimento do setor industrial, já que produtos industriais, como alimentos, tecidos, velas e sabão (primeiros produtos industriais produzidos no Brasil entre 1808 e 1930) tinham mais valor comercial do que produtos agrícolas, como o café, ou seja, eram mais caros para importar estes bens do que para exportar o café.

Como as economias agroexportadoras dependem da exportação das commodities, a oscilação dos preços desses produtos acarretava diversos impactos (tanto positivos como negativos) na economia nacional. Em outras palavras, quando os preços aumentavam, havia aumento da lucratividade, e parte desse lucro era reinvestido na própria plantação do café, o que gerava aumento do número de empregos (mas não de renda, pois existia uma grande oferta de mão de obra europeia). Por outro lado, quando o preço do café estava baixo, os investimentos eram reduzidos, pois os lucros ficavam menores, o que aumentava o desemprego. Porém, apesar de normal, essa oscilação de preços e, conseqüentemente, os desequilíbrios decorrentes dela, não eram bons para a economia nacional.

Outro fato que agravou ainda mais a economia cafeeira e trouxe uma industrialização incipiente no Brasil foi a Primeira Guerra Mundial, que aconteceu de 1914 até 1917. Com o mundo em guerra, o comércio internacional virou um caos, o que reduziu consideravelmente a demanda pelo café brasileiro em outros países. No entanto, a oferta do café não foi reduzida, fazendo com que os estoques da mercadoria fossem ampliados.

Assim, para não haver essas oscilações de preços, o governo utilizou dois mecanismos, de curto prazo, de proteção de preços do café no mercado internacional, que fizeram com que, no longo prazo, os efeitos negativos fossem enormes: a **desvalorização cambial** e a **política de valorização do café**. Vamos entender cada um desses mecanismos e os impactos gerados por eles?



### Assimile

As duas principais políticas de proteção do governo brasileiro que tinham como objetivo proteger o preço do café no mercado internacional foram a desvalorização cambial e a política de valorização do café.

A **desvalorização cambial** era utilizada para proteger o lucro do setor cafeeiro. Para facilitar o entendimento, vamos supor que o preço do café no mercado internacional reduzisse de 15 para 10 dólares a saca. Se o câmbio fosse de 15 mil réis por dólar, cada saca nacional vendida no exterior passaria de 225 mil réis para 150 mil réis. Agora, se o governo resolvesse fixar o câmbio em 25 mil réis (25 mil réis = 1 dólar), a saca do café valeria 250 mil réis, ou seja, mesmo com o preço da saca no mercado internacional mais baixo (10 dólares a saca), os ganhos dos exportadores brasileiros de café não eram tão reduzidos, já que a moeda nacional fora mantida em um patamar desvalorizado. Mas por qual motivo o governo adotava essa medida? Isso era feito tanto para manter a renda dos cafeicultores como para preservar o nível de empregos na economia.

Por causa da desvalorização cambial, dois problemas são gerados: o primeiro é que a desvalorização “camuflava” a situação real do mercado, não deixando transparecer que havia excesso de oferta e fazendo com que os investimentos em novas plantações de café continuassem sendo feitos. Porém, essa é uma situação impraticável a longo prazo, uma vez que, quanto mais investimento, maior é a oferta, e o preço seria reduzido cada dia mais. O segundo problema é que uma desvalorização cambial fazia com que todos os produtos importados ficassem mais caros, e a base de consumo da população brasileira era de produtos importados. Esse fato gerava inflação e toda a população era prejudicada. Esse prejuízo social foi chamado por Furtado (1989) de **socialização das perdas**, já que, para proteger um grupo restrito da sociedade brasileira da época, toda a sociedade era prejudicada.

Já na **política de valorização do café**, utilizada pela primeira vez em 1906, o governo comprava e estocava parte do café, via financiamento estrangeiro, com o objetivo de reduzir a quantidade ofertada do produto no mercado e fazer com que o preço não caísse mais. Dois eram os problemas desse instrumento: o que fazer com o estoque e como financiar a estocagem. O segundo problema foi resolvido pelo financiamento do setor externo, em que o governo brasileiro tomava empréstimos no exterior e financiava os estoques de café. Além disso, foi criado um imposto que deveria ser pago em ouro para cada saca de café comercializada fora do Brasil, e assim o governo poderia pagar os juros cobrados do empréstimo feito. Já o primeiro problema (o que fazer com o estoque), no entanto, é mais delicado.



### Pesquise mais

A primeira vez que o governo brasileiro utilizou a política de valorização do café foi em 1906, após o Convênio de Taubaté, que tinha como objetivo conter a redução de preço do café via compra do excedente produzido. Para saber mais sobre o convênio, leia o texto disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

A prática da estocagem é muito comum na agricultura, a qual é conhecida como política de preços mínimos e de estoques reguladores. Nesse contexto, sabe-se que, quando a safra é abundante, haverá muita oferta, e os preços tenderão a cair consideravelmente. Na entressafra, com pouca oferta, os preços aumentam muito e os consumidores são afetados negativamente. Nessa situação, a ideia é estocar parte da safra e vender o produto na entressafra; em razão disso, os preços reduzem menos na safra e aumentam menos na entressafra.



### Exemplificando

Em 2015, em função de escândalos oriundos da operação Leite Compençado, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o setor de leite desses estados foi afetado. Para tentar amenizar os desequilíbrios, o governo federal disponibilizou R\$ 20 milhões para a compra de excedente de leite em pó e leite UHT da região Sul do país via modalidade de Compra Direta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As compras foram feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que disponibilizou R\$ 10 milhões para a compra de leite em pó do Rio Grande do Sul e mais R\$ 10 milhões para compra de leite UHT de SC e RS.

Naquela época, no entanto, o preço do café não oscilava entre a safra e a entressafra, razão pela qual não era possível vender o estoque do produto futuramente. Portanto, a compra de estoques só fez aumentar ainda mais o problema, pois, quanto mais o governo adquiria café, mais os produtores produziam, uma vez que conseguiam manter sua renda. Ou seja, a política implementada acabou incentivando ainda mais a produção.

Assim, os instrumentos de proteção ao preço do café fizeram com que a produção aumentasse ainda mais, já que, mesmo que o preço do produto no mercado internacional estivesse reduzindo consideravelmente, os cafeicultores não estavam sentindo essa redução e conseguiam manter sua rentabilidade. O incentivo ao aumento da produção do café brasileiro, ainda que sem querer, agravou ainda mais as condições do mercado internacional.



### Refleta

O que poderia ter acontecido se o governo brasileiro não tivesse implementado política de proteção ao café?

Dessa forma, com os mecanismos utilizados para a proteção dos cafeicultores, a oferta desse bem aumentava (mesmo que os preços internacionais da saca permanecessem em queda) sem que houvesse redução na renda desses produtores (não esqueça que o tempo entre os investimentos feitos nos cafezais e a colheita era de quatro anos). A situação chegou ao colapso total em 1930, quando dois elementos estavam presentes: a **grande produção brasileira de café**, que fazia com que o preço do produto fosse reduzido cada dia mais, e a **crise da economia mundial**.

O elemento “crise mundial” merece destaque nesse momento. Lembra-se de que falamos que o governo brasileiro aderiu à política de estocagem para proteção do café, e que o financiamento da compra de estoque era feito por investimentos estrangeiros? Agora, fica a pergunta: com o mundo em crise, quem iria financiar a compra do café para manter os preços altos desse bem? Ninguém mais, razão pela qual a crise mundial do final da década de 1920 afetou tanto a economia brasileira. Como afirma Furtado (1989), era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas internacionais. Então, se nossa balança comercial e a renda nacional dependiam, basicamente, da exportação de apenas um produto, para que o preço do café não fosse reduzido, o governo passou a comprar parte da produção via financiamento estrangeiro, e o mundo, em crise, não teria mais condições econômicas de manter a política de proteção ao café.

E, assim, a crise de 1930 foi um momento de término do modelo de crescimento voltado para a produção e exportação de um único produto agrícola. O Brasil não conseguiu mais proteger o preço do café e foi levado (pelas condições do ambiente interno e externo que se apresentavam) a se industrializar. Nesse sentido, a industrialização virou a principal meta brasileira. Mas isso é um assunto para a próxima seção, inserir!

## Sem medo de errar

Após nossas discussões, você conseguiu compreender o cenário que envolvia a economia cafeeira? Espero que sim, pois os fatos apresentados nos ajudarão a entender as decisões tomadas pelo italiano Lacerda Bono Pavan, que chegou ao Brasil em busca de uma vida melhor para sua família e, após grande decepção com o “novo mundo”, quis compreender melhor o funcionamento da economia cafeeira, principalmente em relação às políticas de proteção ao café utilizadas pelo governo.

Para caminharmos em direção às respostas para as dúvidas de Lacerda, lembre-se de que a economia cafeeira foi o último grande ciclo econômico, que, diferente dos anteriores, tinha mão de obra livre e europeia, tanto que foi por essa razão que

Lacerda chegou ao Brasil. Outro ponto é o preço da mercadoria, o qual oscilava consideravelmente, e, conseqüentemente, variava a renda dos produtores e de todo o país.

Apesar de todo o Brasil sofrer com as oscilações de preço, o governo elaborou inúmeras políticas de proteção do preço do café, o que foi uma forma de tentar preservar a renda dos cafeicultores e, indiretamente, de todo o país.

Assim, entender os problemas enfrentados pela população durante a economia cafeeira, analisar as políticas de defesa do café implementadas pelo governo e, principalmente, o impacto disso na economia brasileira como um todo, irão te ajudar a compreender quem comprava a crescente produção de café em um momento desfavorável do comércio internacional, bem como se essas ações, tomadas para fortalecer os interesses da oligarquia cafeeira, eram sustentáveis a longo prazo.

Bom estudo!



### Atenção

Apesar das tentativas de preservar o preço do café e a renda dos cafeicultores, o objetivo do governo não foi atingido, e a economia dependente de apenas um único produto voltado para a exportação chegou ao fim.

## Avançando na prática

### Crise da família dos produtores de café

#### Descrição da situação-problema

A família de Manuel Ferreira Gomes plantava café no estado de São Paulo desde que esse ciclo econômico iniciou em nossas terras. Manuel tinha um filho, Joaquim Ferreira Gomes, que morava em Portugal, onde estudava engenharia. Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, Manuel faleceu, e Joaquim veio para o Brasil para dar continuidade aos negócios da família. Ao chegar aqui, Joaquim ficou impressionado com o alto valor das mercadorias importadas que ele estava acostumado a consumir em Portugal, que fazia os preços na economia brasileira subirem de forma assustadora. Por qual motivo os preços das mercadorias importadas eram tão altos na economia brasileira?

#### Resolução da situação-problema

O governo brasileiro, para proteger o preço do café e a renda dos cafeicultores, elaborou políticas de proteção a esse produto. Uma dessas políticas foi a desvalorização

cambial, que fazia com que, aparentemente, houvesse aumento da renda nacional, mas que, na que prática, fazia com que o poder de compra dos brasileiros para a aquisição de produtos importados fosse reduzido, pois os bens importados estavam mais caros, uma vez que a moeda nacional estava valendo menos frente ao dólar. Isso afetou toda a economia brasileira.

### Faça valer a pena

**1.** O ciclo do café foi o último grande ciclo econômico e trouxe diversas mudanças para o Brasil, tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos. Além disso, algumas características da economia cafeeira se diferenciam dos ciclos econômicos anteriores. Entre elas, podemos citar a nova organização trabalhista, na qual a mão de obra deixou de ser escrava e passou a ser livre, além dos avanços tecnológicos, mudanças nos transportes e no sistema de crédito para novos investimentos.

Em termos de transporte, tivemos investimentos para a construção de ferrovias. Qual era o objetivo principal delas?

- a) Escoar a produção de café.
- b) Diversificar os investimentos.
- c) Gerar empregos e renda.
- d) Transportar mão de obra.
- e) Colonizar o interior do país.

**2.** O governo, com o objetivo de proteger a economia cafeeira, implementou políticas voltadas para o setor, entre elas a desvalorização cambial e a política de valorização do café. Esta última foi utilizada pela primeira vez após o Convênio de Taubaté, em 1906, no qual o governo comprava e estocava parte do café para que o preço do produto não fosse tão reduzido. Porém, dois eram os problemas desse instrumento, que são as formas de financiamento e o que fazer com o café estocado.

Qual foi a solução para o primeiro problema citado: a forma de financiamento da produção de café?

- a) Financiamento governamental.
- b) Financiamento pelo próprio produtor.
- c) Financiamento externo.
- d) Empréstimos com o FMI.
- e) Financiamento americano.

**3.** Com o objetivo de proteger o lucro dos produtores de café e manter a renda dos produtores e o número de empregos, o governo implementou uma política de desvalorização cambial. Com os réis valendo menos no mercado internacional, as exportações se tornaram atrativas. Porém, essa medida acarretou diversos problemas, entre eles a falsa impressão que o mercado interno estava em expansão, e com o dólar num patamar mais alto, os produtos importados ficavam cada vez mais caros, gerando inflação.

O segundo fato apresentado acima foi chamado por Furtado (1989) de socialização das perdas. De acordo com o texto-base, a socialização das perdas pode ser explicada como:

- a) Uma ação feita pelo governo que protegia a sociedade, mas prejudicava um grupo restrito.
- b) Uma ação feita pelo governo que protegia um grupo restrito, mas prejudicava toda a sociedade.
- c) Uma ação feita pelo governo em que toda a sociedade arcava igualmente com o ônus das políticas cambiais.
- d) Uma ação feita pelo governo que protegia o trabalhador, mas trazia um grande ônus arcado pela sociedade.
- e) Uma ação feita pelo governo em que o excesso de café era distribuído para toda a sociedade brasileira.



## Seção 2.2

### A crise mundial e o início da industrialização

#### Diálogo aberto

Olá! Na seção anterior, estudamos o último grande ciclo econômico brasileiro, que foi o café, e as dificuldades desse mercado que faziam com que a renda dos envolvidos nessa cadeia produtiva fosse constantemente alterada. Entendemos também as políticas de proteção elaboradas pelo governo brasileiro para manter o preço do café, como a desvalorização cambial e a política de valorização do café, que foi feita com a compra do estoque desse produto. Porém, apesar das inúmeras tentativas do governo, a produção só aumentava e o preço reduzia cada vez mais, o que gerava desequilíbrios entre oferta e demanda do produto.

Agora, nesta seção, iremos descrever a nova fase da economia brasileira, a qual trouxe uma ruptura com o modelo agroexportador e iniciou a fase industrial em nosso país. Mas como e por que ocorreu essa mudança?

Para entendermos essa transição, voltaremos à família de Lacerda Bono Pavan, que, após compreender as dificuldades da economia cafeeira brasileira e as políticas do governo para proteger o café, tomou uma decisão muito importante: sair da fazenda o mais rápido possível para se mudar para a cidade de São Paulo. Em uma quarta-feira de novembro de 1916, Lacerda chamou sua esposa e seus dois filhos e comunicou-os da sua decisão, que foi festejada por todos eles. Assim, Lacerda continuou trabalhando arduamente para pagar todas as suas dívidas com o dono da fazenda, juntou dinheiro e, finalmente, após sete longos anos, conseguiu mudar com sua família para a cidade. Em São Paulo, Lacerda passou a trabalhar na loja de tecidos importados Paulistana. Com o tempo, ele ganhou a confiança dos fornecedores e, conversando com seu filho mais velho, Benito, resolveram abrir a própria loja, a Tecidos Italianos, em agosto de 1926. Porém, apesar de serem favoráveis, os lucros oscilavam em virtude da economia cafeeira.

Lacerda e Benito, com uma visão empreendedora e sempre acompanhando as notícias nos jornais impressos, resolveram aproveitar-se da confiança dos fornecedores e da clientela que já tinham conquistado (além da experiência que tinham adquirido com a venda de tecidos), e decidiram abrir a própria fábrica de tecidos. Porém, tinham

uma grande preocupação: em 1929, três anos após a inauguração da fábrica de tecidos Italianos, leram nos jornais que o mundo estava passando por uma grande crise econômica, a maior conhecida até aquele momento, e a economia cafeeira estava chegando ao fim, o que deixava a economia brasileira mais instável do que nunca, e ninguém sabia qual seria a decisão do futuro presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Assim, como as decisões tomadas por Vargas impactaram a fábrica Tecidos Italianos da família Bono Pavan?

Para responder às dúvidas de Lacerda e Benito, é necessário compreender a grande crise mundial, o impacto na economia cafeeira e os novos caminhos que foram seguidos pelo Estado para recuperar a economia brasileira. Vamos lá?

## Não pode faltar

Apesar de todos os problemas que ocorreram no Brasil durante a economia cafeeira, como a oscilação do preço do café e a escassez de fontes de financiamento para as políticas de proteção do café, até o final de década de 1920, a economia brasileira dependia quase que exclusivamente da produção e exportação do café. Por essa razão, em momentos em que não havia uma crise internacional, os recursos existentes no país eram voltados para essa atividade, o que fez com que houvesse uma superprodução nos últimos anos do ciclo cafeeiro. Por outro lado, não existia mais um mercado consumidor tão grande, já que a situação internacional não era das mais favoráveis. E, para agravar ainda mais a situação econômica brasileira, em 1929, estourou uma grande crise mundial chamada de Grande Depressão.



### Assimile

A Grande Depressão foi a maior crise da economia capitalista do século XX. Teve origem na Bolsa de Valores de Nova Iorque e afetou o mundo inteiro, incluindo a economia cafeeira.

A Grande Depressão foi desencadeada na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, quando a Bolsa de Valores nova-iorquina “quebrou”. Todavia como isso ocorreu?

Durante e após a Primeira Guerra Mundial, houve uma superprodução nos Estados Unidos, já que a Europa estava participando ativamente da guerra. Com isso, as empresas norte-americanas estavam tendo lucros enormes, o que fez o país se tornar o mais rico do mundo, produzindo aço, máquinas, carvão, entre outros. Isso perdurou por 10 anos, chegando até a se falar em *American Way of Life*, expressão utilizada por muitos até os dias de hoje, que significa “Modo de Vida Americano”, já que o consumo era enorme e novos produtos eram lançados a todo tempo. Esse boom econômico

fez com que as ações das empresas no mercado de capitais fossem valorizadas, e os americanos passaram a investir cada vez mais no mercado acionário fazendo com que o preço unitário aumentasse significativamente, além disso, para financiar sua produção, e as empresas vendiam mais e mais ações.

Porém, em 24 de outubro de 1929, em uma quinta-feira, os valores das ações caíram significativamente em função do aumento da oferta de ações na Bolsa de Valores, e como você sabe, com os preços mais baixos, os investidores desejam vender rapidamente o ativo para que não continuem perdendo dinheiro. E, foi exatamente isso que ocorreu naquela época: os investidores queriam vender as ações, mas ninguém queria comprar, o que fez com que o preço das ações reduzisse ainda mais, assim, a famosa Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou.

Mas qual foi o impacto desse “*crash*” da bolsa norte-americana? Com os preços baixos das ações de uma empresa (no caso americano, muitas empresas viram o preço de suas ações despencar), os empresários não investiam nela pois, segundo a microeconomia clássica, o ser humano é racional. Sem investimentos, menor era a produção, sendo gerados menos empregos, renda e consumo. Dessa forma, várias empresas faliram, assim como diversos bancos (que fizeram empréstimos a essas empresas e não conseguiram receber de volta o dinheiro emprestado). Ou em outras palavras: a quebra da Bolsa de Valores dos EUA acarretou em desemprego e falência generalizada na economia norte-americana.



### Pesquise mais

Para compreender melhor a Grande Depressão pela ótica norte-americana e a semelhança dela com as últimas crises mundiais, leia o texto disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016

Só que o problema não ficou restrito apenas aos Estados Unidos: as bolsas de Londres, Berlim e Tóquio também quebraram, pois o mercado financeiro é interligado e o pânico foi generalizado. Além disso, existiam relações comerciais e não comerciais dos Estados Unidos com os demais países, fazendo com que o mundo inteiro fosse impactado, já que os Estados Unidos e outros países não importavam mais mercadorias de diversas nações que dependiam dessas exportações, o que aumentava os estoques dessas nações (como aconteceu com a economia cafeeira do Brasil).



### Exemplificando

Nos anos de 1990 e na primeira década dos anos 2000, tivemos algumas crises financeiras de caráter especulativo, como a do México, em 1998, e a da Argentina, em 2004, que foram semelhantes à Grande Depressão, mas com um impacto bem menor.

Você lembra que, naquele período, o Brasil dependia da produção e da venda de café? Então, se o mundo estava em crise, ninguém comprava o café brasileiro, fazendo com que o preço dessa commodity reduzisse. Assim, segundo Gremaud et al. (2011), em 1930, dois elementos estavam presentes: a produção nacional era enorme e a economia mundial estava em crise. A depressão no mercado internacional fez com que o preço do café fosse reduzido ainda mais, obrigando o governo a intervir, comprando e estocando o produto, e desvalorizando o câmbio, conforme vimos na seção anterior.

Neste sentido, Furtado (1989) enfatiza que o impacto da Grande Depressão na economia brasileira teve dois lados: o da demanda e o da oferta. Para esse autor, a superprodução de café somada à redução da demanda por esse produto agravou o déficit do Balanço de Pagamentos, e aumentou a dificuldade de acesso a capitais e empréstimos externos para financiar o déficit em Conta Corrente. Para esse problema, a saída foi a expansão da oferta de moeda e a desvalorização cambial, que alteraram os preços relativos em favor da produção interna, e assim, com as importações mais caras, um mercado interno foi fomentado, criando condições para o crescimento industrial.

Então, a crise mundial deixou claro que não tinha mais como a economia brasileira sustentar a dependência de um único produto agrícola, sendo necessário outro caminho. Assim, a Grande Depressão foi um momento de ruptura da forma como o desenvolvimento econômico brasileiro era feito, trazendo à tona a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento (GRAMAUD et al., 2011). Mas como isso poderia ser feito? Via industrialização!

A industrialização brasileira, que já tinha sido iniciada anteriormente em função de atividades secundárias da economia cafeeira, passou a ser meta prioritária para o país. Porém, para atingir esse objetivo, era necessário deslocar recursos que antes eram destinados ao setor cafeeiro para as indústrias. Nesse ponto tínhamos outro problema: a poderosa elite latifundiária (que estudamos na seção anterior) não queria que isso acontecesse. Só seria possível o incentivo à industrialização brasileira se houvesse uma alteração política que rompesse com o estado oligárquico e descentralizado da República Velha, passando a centralizar o poder e os instrumentos de política

econômica no governo federal. Isso ocorreu com a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas assumiu a presidência da república, pois o Estado Nacional passou a ser fortalecido, e as novas classes econômicas foram fortalecidas, principalmente, a burguesia industrial.

Assim, o primeiro governo Getúlio Vargas durou de 1930 a 1945 e foi dividido em três períodos, com diversas medidas implementadas: governo provisório (1930-1934), governo constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Para você ter uma ideia, durante o governo provisório, Vargas criou uma política centralizadora no poder federal, e a Constituição de 1934 criou o voto secreto, o voto feminino e a ampliação dos direitos individuais e trabalhistas. Já no último período, o Estado Novo, a organização do Estado foi alterada, e foram criados órgãos voltados à censura e à exaltação do governo, que foram os Departamentos de Administração do Serviço Público, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que foi criado em 1924, mas foi usado, efetivamente, no Estado Novo, e o Departamento de Imprensa e Propaganda.

No âmbito econômico, mesmo com a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas conseguiu financiamento dos Estados Unidos para a implantação do polo siderúrgico brasileiro com a criação da Siderúrgica Nacional e da Vale do Rio Doce. Essas medidas do governo Vargas são chamadas de Projeto Nacional Desenvolvimentista, no qual o Estado assume um papel de regulador nas atividades do mercado e de empreendedor ao criar indústrias de base.



### Pesquise mais

Para entender um pouco mais sobre o Projeto Nacional proposto por Getúlio Vargas e as críticas a respeito dele, leia o texto para discussão da Unicamp, *Qual era o projeto econômico varguista?* do pesquisador Pedro Paulo Zahluth Bastos. O texto está disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1791&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1791&tp=a)>. Acesso em: 11 nov. 2016.

Voltando à industrialização em si, parte dela e também da urbanização no Brasil foram originadas da irradiação do setor cafeeiro, principalmente após o surgimento do trabalho assalariado, que é um processo produtivo com um efeito multiplicador, já que os trabalhadores recebem salários e são, portanto, consumidores. Em termos de indústrias, antes de 1930, as fábricas existentes apareceram nas “abas” da economia cafeeira, ou, em outras palavras, existiam para atender as necessidades de um mercado consumidor incipiente, o qual surgiu com a imigração e renda dos trabalhadores assalariados.

Gremaud et al. (2011) afirmam que existem duas correntes que procuram explicar a origem da indústria nesse período: a **teoria dos choques adversos** e a **teoria da industrialização induzida por exportações**. Vamos entendê-las?

Para a primeira corrente, a teoria dos choques adversos, a indústria surgiu como resposta às dificuldades de importar produtos industriais em períodos como a Primeira Guerra e a Grande Depressão. Nesses momentos, o valor das nossas exportações foi reduzido (são os choques adversos), trazendo dificuldades ao saldo do Balanço de Pagamentos. O governo adotava medidas protecionistas, tais como a desvalorização cambial e a elevação das tarifas aduaneiras as quais protegiam a indústria nacional, fazendo com que fossem produzidas internamente as mercadorias que antes eram importadas.

Já na segunda corrente, a teoria da industrialização induzida por exportações, a indústria crescia justamente nos momentos de expansão da economia cafeeira, pois nesse momento ocorria a expansão da renda e do mercado consumidor, uma vez que houve aumento da massa salarial. Isso criava condições fundamentais para a demanda por produtos industriais e, ao mesmo tempo, as divisas geradas pelo bom desempenho das exportações eram necessárias para a importação de máquinas e equipamentos para o setor industrial. Por outro lado, quando havia crise nas exportações de café, essas divisas ficavam escassas e a capacidade produtiva do setor industrial não conseguia ser ampliada.



### Refleta

Agora que você conhece as duas correntes ideológicas que explicam a origem da industrialização brasileira, qual das duas você acredita que melhor explica o início das indústrias do Brasil? Por quê?

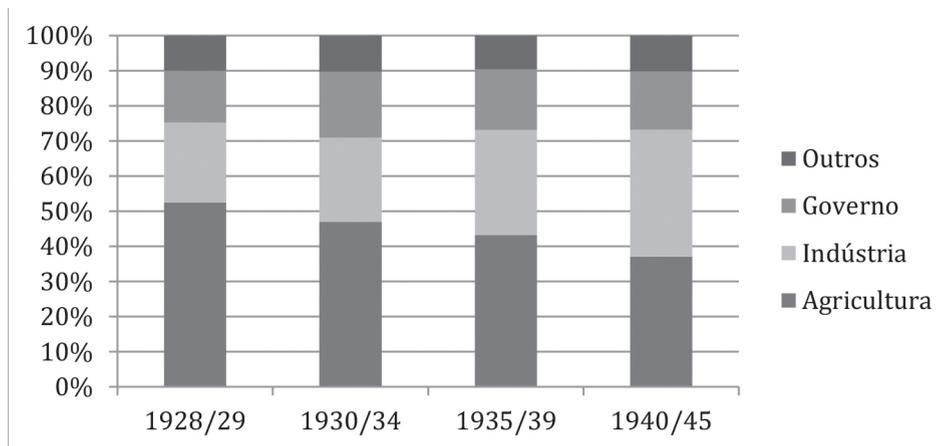
Certamente, você está se perguntando qual das duas correntes é a certa, não é mesmo? No entanto, não existe uma resposta única a esse questionamento. Sabe-se apenas que o investimento industrial ocorreu nas fases de expansão do setor exportador, quando havia divisas para importar as máquinas e a ocupação da capacidade instalada. Além disso, o aumento da produção interna acontecia nos momentos de crise internacional, quando havia dificuldade para a importação de bens (GRAMAUD et al., 2011).

Também, não podemos afirmar que a indústria foi originária das crises do café, mas sim das atividades do complexo cafeeiro. Para você ter uma ideia, a participação do capital estrangeiro no setor industrial era pequena; por outro lado, parte da renda oriunda da exportação de café era transferida para outras atividades, e a indústria surgiu, em parte, para atender as necessidades do capital cafeeiro. Por exemplo, podemos listar como um dos primeiros industriais brasileiros tanto a família Prado, que possuía

vidrarias e curtume, como a família de imigrantes que iniciou com as atividades de comércio, passando para as atividades de assistência a seus consumidores, e acabaram produzindo bens que antes eram importados, que foi o caso da família Matarazzo.

Agora que você conheceu um pouco mais sobre o início da industrialização brasileira, voltaremos a Getúlio Vargas, presidente do Brasil após a crise de 1929, empreendedor e estimulador da industrialização e do Estado regulador. Furtado (1989) batizou de deslocamento do centro dinâmico a maneira com que o governo Vargas encarou a crise, no qual o elemento essencial na determinação do nível de renda deixou de ser a demanda externa, como acontecia antes da década de 1930, passando a ser as atividades voltadas ao mercado interno, como o consumo e o investimento doméstico (GREMAUD et al., 2011). Tal deslocamento pode ser visto no Gráfico 2.2.

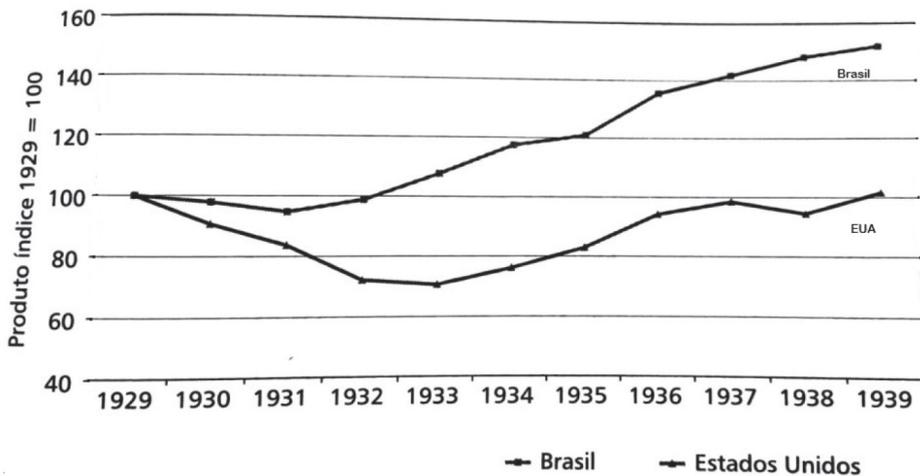
Gráfico 2.2. | Participação dos setores no valor adicionado (1928-1945)



Fonte: Haddad (1978) apud Gremaud et al. (2011, p. 348).

Analisando o Gráfico 2.2, podemos perceber que o setor industrial aumentou sua participação na economia brasileira de 22%, aproximadamente, para 37%, entre 1928 e 1945. Nesse mesmo período, a participação da agricultura é reduzida de 52% para 48%, aproximadamente. Esses dados confirmam que, entre 1928 e 1945, houve uma troca nos produtos produzidos entre a agricultura e a indústria na geração de valor adicionado. É claro que a crise mundial impactou negativamente a economia brasileira, mas os efeitos foram menores e duraram menos tempo do que em outros países. Para entendermos melhor, vamos analisar o Gráfico 2.3:

Gráfico 2.3 | Evolução do produto real na década de 1930 – Brasil versus EUA



Fonte: Gremaud et al. (2011, p. 349).



### Vocabulário

Produto real é a comparação do Produto (soma dos bens e serviços finais produzidos) em dois momentos diferentes (meses, semestres, anos), descontando a inflação (ou deflação) que houve durante esse período. O produto real considera se houve crescimento (ou diminuição) na quantidade de bens e serviços finais produzidos, sem levar em conta se os preços deles subiram ou diminuíram ao longo do período de comparação.

Analisando o Gráfico 2.3, percebe-se que o produto real de ambos os países foi reduzido até 1931. Porém, nos anos seguintes, o produto real brasileiro voltou a crescer, diferentemente do produto real dos Estados Unidos, o qual somente em 1933, foi ter um pequeno aumento.

O desempenho da economia brasileira na década de 1930 pode ser explicado por duas medidas: a manutenção da renda e o deslocamento da demanda (GREMAUD et al., 2011). Vamos entender cada uma delas?

A **manutenção da renda** diz respeito ao governo brasileiro ter mantido o nível de renda por meio da política de proteção de defesa do café, que vimos na Seção 2.1. Até a crise mundial da década de 1930, o financiamento do estoque era feito por capital estrangeiro; depois da crise, parte dessa política foi financiada com crédito e emissão de moeda doméstica. Assim, o nível de emprego e renda da economia como um todo, não apenas do setor cafeeiro, foi mantido. Com relação ao **deslocamento da**

**demanda**, como os produtos importados se tornaram mais caros e difíceis de serem adquiridos em razão da política de desvalorização cambial, a demanda por produtos importados foi deslocada para produtos fabricados no Brasil. Com o deslocamento da demanda, houve queda de rentabilidade do setor cafeeiro, fazendo com que o capital se deslocasse para outros setores da economia. Portanto, os setores que destinavam seus bens para os consumidores internos (indústria) aumentaram sua importância frente aos exportadores (agricultura).

Para você compreender melhor a posição do governo brasileiro frente aos problemas do Balanço de Pagamentos, o Brasil adotou algumas medidas, como a moratória sobre uma parte da dívida externa, a desvalorização da moeda nacional e a regulação dos gastos com as divisas que entravam no país.

Entre essas medidas, a que merece maior destaque é a desvalorização cambial, que encareceu os produtos importados e fez com que os produtos nacionais se tornassem atraentes. Assim, os bens que antes eram importados passaram a ser substituídos por mercadorias fabricadas internamente. E qual foi o impacto disso na economia brasileira? A produção nacional passou a gerar rentabilidade (já que existia demanda pelos produtos produzidos internamente) a qual em função da queda de rentabilidade do setor cafeeiro, atraía capital de outros setores e do próprio setor (reinvestimento do lucro). Daí que vem o termo **“deslocamento da demanda”**, contexto a partir do qual começou o Processo de Substituição de Importações, no qual passamos a demandar produtos produzidos internamente ao invés de bens e importados.



### Pesquise mais

O texto *A crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Valores de Nova York na imprensa brasileira* faz uma discussão sobre a forma como a imprensa brasileira da época apresentou aos leitores brasileiros a crise mundial. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jv3ykyv4QUkJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/a-crise-de-1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/at\\_download/file+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jv3ykyv4QUkJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/a-crise-de-1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/at_download/file+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b)>. Acesso em: 7 nov. 2016.

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, você conseguiu entender os fatos que fizeram o Brasil romper com o modelo agroexportador como protagonista da economia, no qual o café

era o grande astro, e os novos rumos que a nossa economia tomou? Espero que sim, pois o caminho percorrido após a eclosão da crise mundial nos ajudará a solucionar as dúvidas de Lacerda e Benito sobre a nova trajetória do nosso país e, conseqüentemente, da fábrica Tecidos Italianos da família.

Para respondermos às dúvidas de pai e filho, lembre-se, que Getúlio Vargas, o então presidente do país, optou em abandonar a produção de café e incentivar o processo de industrialização brasileiro via deslocamento de recursos, que antes eram voltados para as políticas de proteção ao café, para novas atividades. Esse fato fez com que a elite cafeeira perdesse sua hegemonia, e uma nova classe surgisse: a burguesia industrial.

Assim, descrever como a Grande Depressão criou condições econômicas para a emergência da economia industrial, estudar como a crise do café deslocou recursos para outras atividades, demonstrar o fim da elite cafeeira e o início da burguesia industrial e descrever as ações do Estado para a industrialização te ajudarão a responder às dúvidas de Lacerda e Benito Bono Pavan.

Bom trabalho!



### Atenção

A crise mundial conhecida como Grande Depressão teve início em 1929 e agravou ainda mais a crise da economia cafeeira. Sem mercado consumidor e fontes externas de financiamento, o governo brasileiro teve de abandonar o protagonismo do modelo agroexportador e passou a incentivar a industrialização.

## Avançando na prática

### Mudança nos negócios da família Ferreira Gomes

#### Descrição da situação-problema

Após o falecimento de Manuel Ferreira Gomes, seus dois filhos, Joaquim e João, conversaram sobre o futuro dos negócios. Joaquim, que passou a compreender melhor os motivos que fizeram com que o preço das mercadorias importadas fosse tão alto no Brasil, aceitou discutir com seu irmão o futuro profissional dos dois. João explicou a Joaquim a realidade brasileira e propôs a mudança de ramo (ele queria começar a investir em uma fábrica têxtil), mas Joaquim, inicialmente, não aceitava. Após muitas discussões, resolveram permanecer no negócio de sua família e continuaram plantando café. Porém, à medida que o tempo foi passando, em outubro de 1929, os irmãos resolveram investir na fábrica têxtil. Vinte anos se passaram e o filho de João queria entender melhor a trajetória da família. Perguntou a seu pai o motivo que fez

com que a família deixasse de produzir café e passasse ao ramo industrial e qual foi o impacto social desta mudança, em termos de classe social hegemônica.

### Resolução da situação-problema

A economia brasileira dependia da produção e exportação de café, entretanto em 1929, o preço das ações das empresas norte-americanas caiu consideravelmente, o que fez com que as pessoas tentassem vendê-las, mas sem sucesso. Com isso, o investimento reduziu, o que gerou diminuição na produção, no desemprego e na redução da demanda, fazendo com que diversas empresas falissem. O impacto foi grande, pois, com a crise por nos Estados Unidos, vários países reduziram suas importações, o que afetou o café brasileiro o qual começou a gerar estoques excessivos. No Brasil, inicialmente, houve uma tentativa de proteção ao preço do café, mas a situação era insustentável e a necessidade de industrialização veio à tona. Após o golpe de Estado, Getúlio Vargas assumiu a presidência da república e, com base no Projeto Nacional Desenvolvimentista, passou a estimular a industrialização, que antes era uma atividade secundária da economia cafeeira. Com o novo modelo de desenvolvimento, a elite cafeeira perde sua hegemonia e uma nova classe social entra nessa posição: a burguesia industrial.

### Faça valer a pena

**1.** A maior crise econômica do sistema capitalista do século XX teve início nos Estados Unidos, em 1929, quando a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou. A crise ficou conhecida como Grande Depressão e impactou o mundo inteiro, incluindo a economia brasileira.

Em relação à dinâmica inicial da Grande Depressão, qual é a alternativa correta?

- a) Os preços reduziram e houve uma grande oferta de ações, mas, sem demanda, os preços reduziram ainda mais.
- b) Os investimentos nos Estados Unidos reduziram, pois o mercado consumidor deixou de comprar os bens produzidos pelas empresas norte-americanas.
- c) Aumentou o desemprego em função dos baixos preços das ações no mercado financeiro internacional.
- d) Os Estados Unidos passaram a produzir bens primários e deixaram de comprá-los dos demais países, gerando uma crise.
- e) As Bolsas de Valores de Tóquio e Berlim quebraram, e, como consequência, a de Nova Iorque também quebrou.

**2.** A Grande Depressão teve origem nos Estados Unidos, em 1929, quando, após uma década de crescimento econômico, o preço das ações reduziu consideravelmente e, sem ter para quem vender as ações e com preço baixo, os empresários deixaram de investir, o que gerou redução da produção e desemprego.

Assinale a alternativa correta que explica de que forma, antes da crise, as ações das empresas americanas valorizaram-se significativamente.

- a) Internacionalização das empresas americanas.
- b) Superprodução, o que gerou lucros enormes.
- c) Aumento da demanda por matéria-prima.
- d) Investimento em armas para a Primeira Guerra.
- e) Alta produção devido à abundância de mão de obra.

**3.** Até 1930, a economia brasileira dependia da produção e exportação de um único produto primário. Porém, a crise de 1929 alterou totalmente o objetivo do governo brasileiro, sendo necessária a escolha de um novo caminho, que foi a industrialização.

Assinale a alternativa correta que apresenta uma das dificuldades de iniciar o processo de industrialização na economia brasileira.

- a) A Grande Depressão.
- b) A população rural.
- c) A situação política.
- d) A população urbana.
- e) A seca que acometeu o país.

## Seção 2.3

### O processo de substituição de importação

#### Diálogo aberto

Olá, Na seção anterior, estudamos um período da história econômica brasileira que, apesar de pequeno, foi importantíssimo para nosso país, já que foi um momento de transição do modelo de desenvolvimento agroexportador para o início do processo de industrialização. Isso tudo foi corroborado pela Grande Depressão ocorrida em outubro de 1929, nos Estados Unidos, a qual afetou o mundo inteiro, incluindo o Brasil, que, sem demanda internacional para seu produto (café) e sem recursos para continuar financiando as políticas de proteção à renda dos cafeicultores, sentiu a necessidade de alterar o modelo econômico vigente e passou a incentivar a industrialização. Ou ainda, como alguns teóricos defendem, o início da industrialização no Brasil começou como uma forma de superação dos estrangulamentos externos e do subdesenvolvimento brasileiro. Agora, iremos compreender os próximos passos da nossa economia, ou seja, como o processo de industrialização brasileiro se desenvolveu.

Para isso, voltaremos aos membros da família Bono Pavan, que chegaram da Itália em busca de uma vida melhor, mas logo se decepcionaram com a forma de trabalho no Brasil, e após compreenderem a dinâmica da economia cafeeira se mudaram para a cidade de São Paulo. Na nova cidade, Lacerda e Benito, pai e filho, abriram uma loja de tecidos e, depois, uma fábrica de tecidos, no ano da Grande Depressão. Apesar da grande crise econômica, o governo Getúlio Vargas implementou políticas para proteção à indústria nacional, então, durante a década de 1930, a fábrica de tecidos cresceu muito e, em menos de 10 anos, a Fábrica “Tecidos Italianos” já era referência em São Paulo.

Na década de 1940, o filho mais novo de Lacerda, Henrico, fez uma proposta a seu irmão Benito: “Os negócios estão indo muito bem, temos muitos clientes em São Paulo, produzimos e entregamos tecidos para diversas lojas da cidade, e com todo esse sucesso poderemos expandir nossas vendas para outras cidades”. Porém, para expandir a fábrica, seria necessário comprar mais máquinas (importadas) as quais estavam muito caras, além de contratar mais mão de obra. Diante desse cenário, Henrico se perguntava: se o Brasil estava se industrializando, por qual motivo ainda não existia no país uma indústria de bens de capital (que produz máquinas e equipamentos), o que forçava os empresários a continuarem importando esses itens?

Para responder à dúvida de Henrico, é preciso entender o processo de substituição de importações, os mecanismos de proteção à indústria nacional e o papel da agricultura nesse processo. Vamos lá?

## Não pode faltar

A grande crise econômica mundial, que teve origem nos Estados Unidos, em 1929, com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, fez com que o Brasil visse o preço da saca do café cada vez mais baixo em decorrência da falta de mercado consumidor, sendo cada vez mais difícil financiar as políticas de proteção ao café. Como o Brasil precisava superar o subdesenvolvimento, o governo não encontrou outra solução e acabou incentivando a industrialização.



### Pesquise mais

Existe uma controvérsia na história econômica do Brasil sobre as causas da industrialização brasileira: se ela foi resultado da falta de mercado consumidor para o café, ou se ganhou força como uma forma de superar o subdesenvolvimento. Para saber mais sobre essa discussão, leia o artigo *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*, do pesquisador Flávio Saes. O texto está disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

Assim, a partir da década de 1930, o setor industrial brasileiro avançou consideravelmente. Mas, como esse avanço aconteceu? Esse avanço teve determinadas características que levaram à chamada **industrialização por substituição de importações**, que são: a industrialização fechada e a industrialização por etapas. Vamos conhecer cada uma delas de maneira mais detalhada?

A industrialização fechada estava relacionada com a industrialização brasileira desse período ser voltada para dentro, ou seja, os produtos manufaturados eram produzidos para consumo interno e não mais para exportação, como durante a economia agroexportadora. Essa característica dependia muito de medidas de proteção à indústria nacional para que ela se tornasse competitiva frente aos produtos importados. Certamente, você deve estar se perguntando quais eram esses mecanismos, não é mesmo?

Estudando a história econômica brasileira e as medidas adotadas pelos governos durante o processo de substituição de importações, podemos perceber que o instrumento mais utilizado para proteger a indústria nacional era a política cambial, na qual o governo procurava reduzir as importações e, conseqüentemente, proteger a indústria nacional, o que proporcionava desenvolvimento das nossas próprias fábricas. Essas medidas são apontadas por Gremaud et al. (2011) como sendo a desvalorização real do câmbio; o controle de câmbio; as taxas múltiplas de câmbio e a elevação das tarifas aduaneiras.

A desvalorização real do câmbio (instrumento adotado pelo governo Getúlio Vargas, em 1930), segundo Abreu (1990), foi formalizada, na época, quando havia um regime de taxa cambial única e o governo desvalorizou fortemente a taxa nominal de câmbio. Essa desvalorização foi acima do aumento de preços no mercado interno, método com o qual os produtos importados ficaram muito caros se comparados aos produtos nacionais, protegendo, assim, a indústria nacional. Essa medida tinha a desvantagem que os produtos necessários à produção interna, como matérias-primas e equipamentos que eram importados, ficavam mais caros também, dificultando o investimento.

Com relação ao controle de câmbio, o governo Dutra, em 1947/48, estabeleceu um sistema de licenças, ou seja, uma espécie de autorização para algumas empresas importarem. Assim, como poucas licenças eram concedidas, as importações foram reduzidas. A desvantagem dessa medida era a de que se criava um mercado paralelo de câmbio e havia o aumento da corrupção para obtenção das licenças, além disso, não se geravam estímulos às exportações, já que não se alterava o valor do câmbio.



### Exemplificando

Até 31 de dezembro de 2016, esteve em vigor uma política de comércio exterior no Brasil a qual firmava a alíquota zero para a importação de milho em grãos, com limite de cota de um milhão de toneladas, ou seja, empresas que importassem até um milhão de toneladas de milho não pagariam imposto sobre essa importação. Por outro lado, se houvessem importações acima de um milhão de toneladas, a alíquota deveria ser paga sobre a quantidade excedente.

Outra medida adotada que ia a favor da industrialização fechada era a utilização de taxas múltiplas de câmbio, adotada em 1952, durante o segundo governo Getúlio Vargas. Nesse sistema, o governo estabeleceu vários mercados cambiais, como o de câmbio livre, flutuante, comercial e financeiro, sendo que, em cada mercado, havia uma taxa de câmbio. Por exemplo: definia-se que um dólar valia 100 réis. Nos mercados nos quais produtos com similares nacionais eram produzidos, o governo

desvalorizava o câmbio, tornando o bem nacional mais barato frente ao importado e incentivando a produção nacional naquele mercado. Por outro lado, no mercado onde a matéria-prima e os equipamentos eram negociados, o governo valorizava o câmbio, tornando esses bens mais baratos, ou seja, barateava os novos investimentos.

Por fim, no apoio à industrialização fechada, a elevação das tarifas aduaneiras foi utilizada pelo governo Juscelino Kubitschek, em que as tarifas sobre as importações eram alteradas conforme o objetivo. Para proteger alguns setores, as tarifas sobre alguns produtos eram elevadas; enquanto que, para incentivar a importação de outros bens, reduzia-se a tarifa aduaneira sobre esses itens específicos.



### Refleta

Quais desses mecanismos ainda são utilizados para a proteção da indústria brasileira nos dias atuais?

A industrialização por substituição de importações também tinha como característica uma **industrialização por etapas**, que mostra que a industrialização brasileira aconteceu a partir de um modelo de desenvolvimento que passava por quatro etapas sequenciais:

- I. **Estrangulamento externo**, já que as vendas ao exterior (exportações) diminuíram (pois a Grande Depressão afetou fortemente nossas exportações de café), enquanto a demanda interna continuava existindo, sendo necessário importar. Porém, com baixa exportação, as divisas ficavam escassas para a aquisição desses bens e serviços importados.
- II. **Proteção à indústria nacional**, pois, para controlar a escassez de divisas, o governo tomava medidas (como a desvalorização nominal do câmbio) que acabavam protegendo a indústria nacional preexistente, aumentando a competitividade e a rentabilidade da produção doméstica.
- III. **Produção interna do que antes era importado**, pois, com a proteção à indústria nacional, os investimentos nos setores protegidos aumentavam, assim, o que antes era importado passou a ser produzido internamente. Com isso, houve aumento da renda nacional e da demanda agregada, já que novos empregos eram gerados nessas indústrias.
- IV. **Novo estrangulamento externo**, pois, com a demanda agregada maior, houve aumento das importações em setores nos quais não havia produção interna, e parte do investimento se transformou em matérias-primas e equipamentos importados. Como a demanda por importação aumentava mais rápido do que o crescimento das exportações, novos pontos de estrangulamento

apareciam, e o processo iniciava novamente em outro setor, o que trazia novos estímulos a uma produção manufatureira feita dentro do Brasil, que substituíam os produtos que, até então, eram importados.

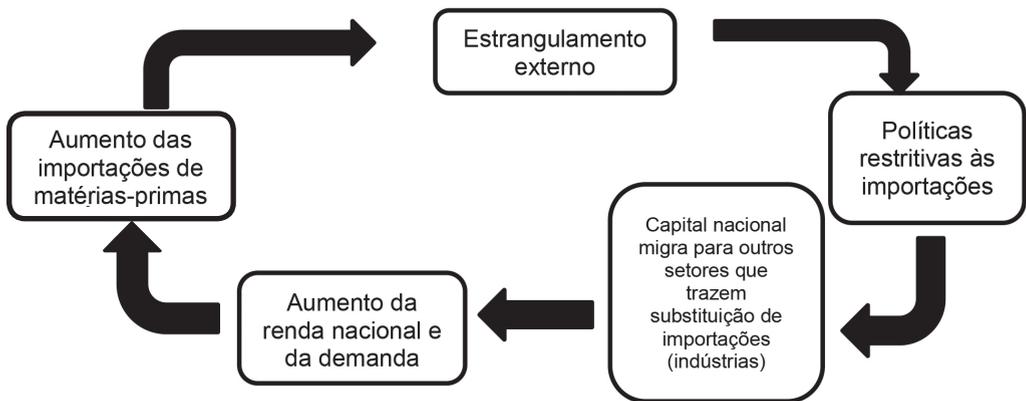


### Pesquise mais

Aprimore seus conhecimentos sobre a industrialização brasileira pela ótica de Celso Furtado, lendo o artigo *Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930* do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca. O artigo está disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/89-9.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

O processo acima é representado na Figura 2.1:

Figura 2.1 | Ciclo do processo de substituição de importações



Fonte: elaborada pela autora.

Analisando a Figura 2.1, podemos perceber que o motor dinâmico, ou melhor, o elemento principal do Processo de Substituição de Importações (PSI) era o **estrangulamento externo**, que era recorrente, já que se repetia sistematicamente, e **relativo**, pois não poderia existir desequilíbrio externo absoluto que significasse limite completo à importação. Assim, os estrangulamentos externos eram um estímulo e limitadores ao investimento industrial, e era esse investimento que ditava o ritmo de crescimento econômico brasileiro.

Assim, conforme o investimento e a produção avançavam em um dado setor, novos pontos de estrangulamento surgiam em outros setores (o setor industrial é

composto por inúmeros subsetores, que são: de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentos), bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), bens intermediários (ferro, aço) e bens de capital (máquinas e equipamentos). A demanda dos demais setores era atendida via importações até que novos investimentos fossem feitos que substituíssem essas importações. Essa lógica caracterizava a industrialização por etapas apresentada na Figura 2.1.



### Assimile

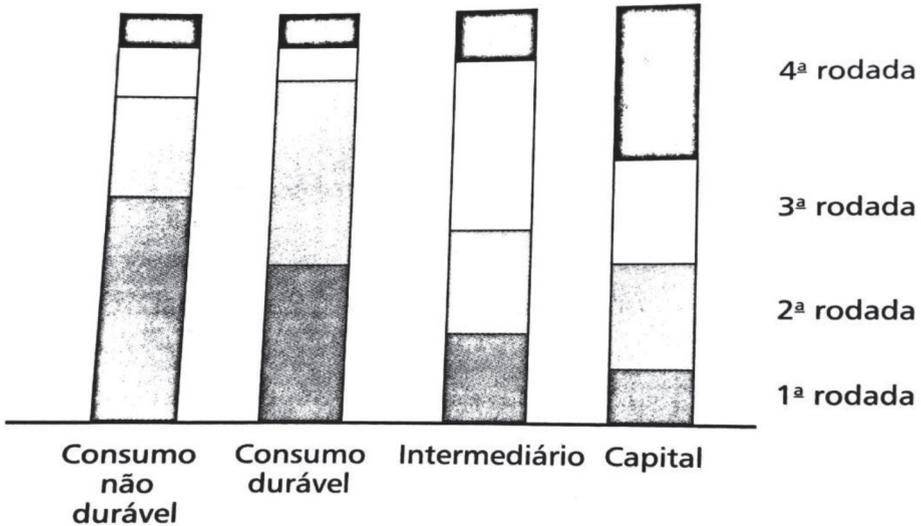
O estrangulamento externo foi o elemento-chave do PSI e ocorria quando o valor das exportações caía e a demanda interna continuava existindo, sendo necessário importar. Porém, com a baixa exportação, as divisas ficavam escassas, gerando estrangulamento externo, o que trazia a necessidade de substituímos esses bens importados por uma produção industrial feita no próprio país.

Todavia por qual motivo o Brasil fortaleceu suas indústrias por um processo de industrialização por etapas? Por acaso não existia outro modelo de industrialização? Claro que sim! Podemos imaginar duas formas de industrializar um país, a partir dos subsetores apresentados:

1) Construir todos os setores industriais ao mesmo tempo, de forma a equilibrá-los, embora nenhum, inicialmente, consiga atender toda a demanda interna, que continua sendo acatada pelas importações.

2) Construir um setor de cada vez, nesta sequência: o primeiro ciclo concentra-se na produção de bens não duráveis, como roupas e alimentos; depois, contempla a produção de bens duráveis, como eletrodoméstico e automóvel; na terceira rodada, o foco é a produção de bens intermediários, como cimento e aço; e, por último, a produção interna é de bens de capital, como máquinas e equipamentos, gerando desequilíbrios em função da demanda não atendida que um setor possui em relação aos outros setores, ou seja, em alguns setores a demanda estaria plenamente atendida e, em outros, ainda era necessário importar os seus respectivos bens e serviços. A industrialização por etapas pode ser vista na Figura 2.2:

Figura 2.2 | Industrialização por etapas



Fonte: Gremaud et al. (2011).

Assim, como vimos, o caso brasileiro se aproximou mais da segunda forma de industrialização, embora não tenha sido exatamente um setor depois do outro o que aconteceu na industrialização brasileira. A ideia do processo de substituição de importações foi caracterizada, segundo Gremaud et al. (2011), pela "construção nacional", ou seja, fazer com que o país alcançasse o desenvolvimento e a autonomia através da industrialização, para, assim, superar as restrições externas e a tendência à especialização de produtos primários para exportação.



### Refleta

Será que o Brasil chegou ao final do processo de substituição de importações? Ou seja, hoje, conseguimos produzir tudo aquilo que necessitamos, ou ainda precisamos importar bens fundamentais?

O Processo de Substituição de Importações durou três décadas, de 1930 a 1960, e foi modificando as características da economia brasileira. No entanto, não foi uma tarefa simples, tendo havido inúmeras dificuldades, entre as quais, segundo Gremaud et al. (2011), podemos citar:

- A tendência ao desequilíbrio externo que aparecia por três razões principais: **política cambial**, que tinha como objetivo estimular o investimento industrial e, com isso, transferia renda da agricultura para a indústria, já que os agricultores

recebiam menos pelas divisas; **indústria sem competitividade**, devido ao protecionismo que visava atender somente ao mercado interno; e **elevada demanda por importações** em decorrência dos investimentos industriais e ao aumento da renda.

- O aumento da participação do Estado na economia o Estado teve de adequar o arcabouço institucional à indústria, como a implantação da legislação trabalhista; gerar infraestrutura, principalmente nas áreas de transporte e energia; fornecer insumos básicos e captar e distribuir a poupança.
- O aumento do grau de concentração de renda durante o Processo de Substituição de Importações houve aumento na concentração de renda em razão do êxodo rural, já que a agricultura foi “desincentivada” e o caráter intensivo do investimento industrial não permitia grande geração de empregos nas cidades.
- A escassez de fontes de financiamento dificuldade de financiamento dos investimentos, pois era necessário um grande volume de poupança para viabilizar os investimentos nas indústrias. Essa dificuldade ocorreu em virtude da quase inexistência de um sistema financeiro e da ausência de uma reforma tributária ampla.

Apesar de todas as dificuldades que o processo de industrialização brasileiro passou, a partir da década de 1930, a agricultura, mesmo não sendo mais a protagonista, exerceu papel fundamental no processo de industrialização. Vamos compreender cada ponto fundamental dessa ajuda agrícola no processo de industrialização?

A agricultura **liberou mão de obra do campo para as indústrias**, ou seja, pessoas que trabalhavam, por exemplo, com a produção de café, passaram a trabalhar nas indústrias (majoritariamente, nos setores operacionais). Certamente, você deve estar se perguntando quem eram esses trabalhadores, certo? Eles eram imigrantes que vieram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café e que estavam procurando oportunidades em outras áreas. Mas, por qual motivo essa “liberação da mão de obra do campo” foi importante para a industrialização? Simples: caso não houvesse essa transferência, haveria escassez de trabalhadores urbanos, o que faria aumentar os salários e, conseqüentemente, os custos de produção (então, a agricultura, ao fornecer trabalhadores, ajudou as indústrias a se desenvolverem).

A agricultura também **fornecia alimentos e matérias-primas**. Com o crescimento urbano e com o desenvolvimento das indústrias, a necessidade por esses itens aumentava, e era a agricultura que, fornecia. Assim, se a agricultura não tivesse suprido as necessidades básicas das cidades, poderia ter havido falta de alimentos e de matéria-prima, inviabilizando a continuidade do processo de industrialização.

Houve também uma transferência de capital do campo para a indústria, ou seja, assim como os trabalhadores estavam concentrados no campo, o capital também estava, e com o processo de industrialização esse capital foi transferido para as cidades, o que ajudou o processo de industrialização.

A agricultura também facilitou a industrialização porque **gerava divisas**. Essa foi uma “colaboração” fundamental que o campo deu para a industrialização, pois a agricultura continuou exportando produtos primários, como café, em menor quantidade do que na época da economia cafeeira, algodão, açúcar, entre outros produtos que podemos visualizar no Quadro 2.1:

Quadro 2.1 | Pauta de exportações agrícola brasileira – 1931 a 1961 (milhões de toneladas)

Produto	Ano					
	1931	1936	1946	1951	1956	1961
Açúcar	11	90	25	22	19	19
Açúcar	21	200	288	353	143	143
Borracha	13	13	11	18	5	3
Cacau	76	123	134	131	102	135
Café	1068	852	660	930	984	1008
Erva mate	77	67	50	49	50	58
Fumo	38	31	18	54	30	31
Carne	-	53	65	9	5	9

Fonte: adaptado de Gremaud et al. (2011).

Por fim, a agricultura ajudou a industrialização do Brasil por ser um mercado consumidor dos produtos gerados pelas indústrias em geral. Assim, quanto mais a agricultura se desenvolvia, mais ela necessitava de implementos agrícolas que são fornecidos pelo setor industrial, como tratores, produtos químicos, entre outros.

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, você conseguiu responder à dúvida de Henrico? Espero que sim. Lembre-se, que o Brasil adotou um modelo de industrialização que ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações, que tinha duas características principais. A primeira refere-se à industrialização fechada, ou seja, a industrialização era voltada para dentro, sendo os produtos manufaturados produzidos para consumo interno e não mais para exportação, como durante a economia

agroexportadora. Essa característica dependia muito de medidas de proteção à indústria nacional (desvalorização cambial, controle de câmbio, taxas múltiplas de câmbio e elevação das tarifas aduaneiras) para que ela se tornasse competitiva frente aos produtos importados. A segunda característica é que a industrialização foi feita por etapas, tendo a seguinte sequência: estrangulamento externo, proteção à indústria nacional, produção interna do que antes era importada e um novo estrangulamento. Assim, o setor de bens de consumo não durável foi o primeiro a passar pela sequência apresentada acima, seguida por bens de consumo duráveis, bens intermediários e, por último, bens de capital.

Bom exercício!



### Atenção

A industrialização brasileira foi feita por etapas.

## Avançando na prática

### Vamos trabalhar na cidade?

#### Descrição da situação-problema

Após o fim da escravidão, a família Silva resolveu continuar trabalhando na fazenda de café dos Ferreira Gomes, como trabalhadores livres e não mais como escravos. Porém, com a mudança nos negócios dos seus patrões, que deixaram de plantar café e resolveram abrir uma fábrica, eles não sabiam o que fazer da vida, afinal, sempre trabalharam na roça de café e não sabiam fazer outra coisa. Mas, como a economia brasileira não dependia mais exclusivamente da produção e exportação do café, onde a família Silva iria trabalhar? O que aquelas pessoas iriam fazer para se sustentar? Essas eram as grandes dúvidas da época. E, para desespero dos seus pais, em 1935, José Luiz Silva, filho do meio, comunicou a sua família que iria deixar a fazenda (que quase não produzia mais nada), com sua esposa e três filhos, e iria tentar a vida na cidade. Seu pai, Luiz Silva, apesar de desesperado, aceitou a decisão do filho e quis saber um pouco mais sobre os motivos que levaram José Silva a tomar essa decisão, já que não se plantava café na cidade grande, pois o objetivo do governo era o de estimular a industrialização. Com base no exposto, ajude Luiz a compreender o novo papel que sua família (que sempre trabalhou no campo) passaria a exercer na economia brasileira (após o início da industrialização).

#### Resolução da situação-problema

A partir da década de 1930, apesar do objetivo do governo ser o de estimular a industrialização, a agricultura exerceu um papel fundamental nesse processo, pois

transferiu mão de obra do campo para as indústrias (como a de José Luiz Silva, que deixou o campo e foi trabalhar na indústria como carregador de tecidos, já que sua mão de obra não era qualificada, pois sempre trabalhou na roça; assim, o salário e a produtividade dele eram mais baixos do que dos imigrantes, que sabiam manusear as máquinas e os equipamentos); forneceu alimentos e matéria-prima que ajudaram no desenvolvimento das cidades; e transferiu capital do campo para a indústria; gerou divisas (a agricultura ainda exportava produtos primários) para a compra de máquinas e equipamentos importados; ampliou a demanda por bens industriais, já que os agricultores também demandavam tais mercadorias.

### Faça valer a pena

**1.** O governo brasileiro adotou um modelo de industrialização que ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), no qual o país passou a produzir internamente o que antes era importado. Porém, isso era feito por etapas, ou seja, com o desenvolvimento de um setor industrial de cada vez.

Qual foi a etapa inicial do Processo de Substituição de Importações?

- a) O estrangulamento externo.
- b) A proteção à indústria nacional.
- c) A produção interna do que era importado.
- d) A implantação de cotas de importação.
- e) A desvalorização cambial.

**2.** Para proteger a indústria nacional que estava nascendo, os governos adotavam alguns mecanismos de proteção, como a desvalorização cambial utilizada pelo primeiro governo Getúlio Vargas e o controle ao acesso ao câmbio utilizado durante o governo Eurico Dutra, que durou de 1946 a 1951.

Em relação ao mecanismo de proteção adotado por Dutra, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) Dutra utilizou a desvalorização real do câmbio, que barateava as exportações e encarecia as importações.
- b) Dutra utilizou o controle de acesso ao câmbio, com a imposição de um número limitado de licenças para importações.
- c) Dutra utilizou as taxas múltiplas de câmbio, deixando a moeda nacional desvalorizada para produtos que já eram produzidos no Brasil.

- d) Dutra utilizou a elevação das tarifas aduaneiras, que encareciam o valor das importações, favorecendo a produção interna desses bens.
- e) Dutra não utilizou a política cambial.

**3.** A partir da década de 1930, a agricultura deixou de ser o foco principal do governo brasileiro, que passou a incentivar as indústrias nacionais. Apesar disso, a agricultura exercia papel fundamental no processo de industrialização brasileiro. Com base no exposto, leia as afirmativas abaixo:

- I – Transferência de mão de obra da agricultura para a indústria.
- II – Fornecimento de alimentos para as pessoas que moravam nas cidades.
- III – Fornecimento de matéria-prima para as indústrias.
- IV – As pessoas que viviam da agricultura demandavam produtos industrializados.

Em relação ao papel da agricultura para a industrialização brasileira, quais assertivas estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

# Referências

ABREU, M. P. (org). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica no Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GREMAUD, A. P. et. al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

LACERDA et al. **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1979.



## Brasil: industrialização e crescimento econômico

### Convite ao estudo

Olá, tudo bem com você?

Na unidade anterior, estudamos um momento da história brasileira que, apesar de relativamente curto, trouxe fatos (economia cafeeira e o início da industrialização) que acarretaram em inúmeras mudanças econômicas. Assim, iniciamos a unidade compreendendo a dinâmica do ciclo econômico do café. Além disso, estudamos os problemas e as necessidades da economia cafeeira, como as políticas de proteção do preço do café e, conseqüentemente, da renda dos cafeicultores, implementadas pelo governo.

Porém, em outubro de 1929, estourou a maior crise econômica mundial: a Grande Depressão. Essa crise teve início com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e afetou o mundo inteiro. No início da década de 1930, o novo presidente do Brasil, Getúlio Vargas, alterou o foco da economia: deixamos de depender da produção e exportação do café e passamos a ter como objetivo econômico prioritário a industrialização.

Seja por não haver outro caminho a ser seguido em função da crise mundial, ou em função da necessidade de superar o subdesenvolvimento, o fato é que, a partir da década de 1930, passamos à fase industrial. E para isso, optou-se pelo modelo de industrialização fechado e por etapas, que ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI). Esse modelo tem como ideia básica produzir internamente o que antes era importado, mas por setores econômicos separadamente, ou seja, bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis etc.

Agora, nesta unidade, iremos conhecer, já no Brasil industrializado, as origens do processo econômico de industrialização, mas relacionando-as ao crescimento econômico. Para isso, teremos a ajuda de outra família, os Ferreira

da Silva, mais exatamente do avô Ricardo Ferreira da Silva e seu neto Ricardo Ferreira da Silva Neto, que chamaremos apenas de Neto.

Um dia, Neto foi passar as férias na casa do avô e pediu para Seu Ricardo contar novamente um pouco mais da história da sua vida. Assim, Seu Ricardo começa a falar: “As histórias que eu conto são de quando eu era criança até os dias de hoje. Mas, lembrando da minha infância, o vovô nasceu na roça no início dos anos 1930, aproximadamente 20 anos antes da volta ao poder de Getúlio Vargas pela segunda vez e próximo do início da Segunda Guerra Mundial. Ainda criança, eu deixei o meu reino encantado (a roça), pois minha família mudou-se para a cidade. O pai do vovô dizia que o emprego na cidade era melhor! Por muito tempo nós moramos em casa de aluguel, até que compramos um terreno, onde, aos poucos, fomos construindo a nossa casa.

A televisão já existia no Brasil, mas era coisa de rico! Eu ouvia no rádio que o presidente Juscelino Kubitschek havia inaugurado Brasília, a nova capital do país, e que muitos carros começaram a ser montados no Brasil e que tínhamos uma dívida externa grande. Depois, veio outro presidente que, no mesmo ano, renunciou; e no seu lugar assumiu outro, que lançou um plano com medidas urgentes para combater o dragão da inflação, entre outras medidas. Entretanto, o clima no nosso país foi ficando cada vez mais tenso, até que os militares assumiram o poder, através do golpe de 1964. Eu pensei que iria explodir outra revolução armada dentro do país, mas dessa vez isso não aconteceu”.

Ao longo das três seções desta unidade, vamos identificar os efeitos das políticas governamentais sobre o modelo de industrialização substitutiva de importação, assim como conheceremos o cenário da Segunda Guerra Mundial. Compreenderemos o projeto nacional de Getúlio Vargas, e o papel do Estado como indutor da industrialização, assim como analisaremos as deficiências do aprofundamento da industrialização. Outros pontos que estudaremos são o segundo governo Vargas, suas políticas econômicas e sociais, o governo JK e o chamado Plano de Metas. E claro, entenderemos a crise dos anos 1960 que, novamente, alterou o contexto político brasileiro. Sempre passando pela infância e juventude de Seu Ricardo.

Na primeira seção, estudaremos o Estado e a industrialização. Na segunda seção, veremos o Brasil exportador, pois o nosso país deixou de simplesmente importar e passou a exportar também (e o produto exportado não ficava restrito ao café). E, na última seção, falaremos sobre as conquistas sociais alcançadas no Brasil e o chamado “50 anos em 5” de JK. Preparado para refletir sobre um novo período da economia brasileira e para relacioná-lo ao momento atual?

## Seção 3.1

### O Estado e a industrialização

#### Diálogo aberto

O jovem Ricardo Ferreira da Silva Neto adora ouvir as histórias da vida de seu avô. Um dia, Neto pediu, mais uma vez, para que seu avô contasse um pouco mais sobre as histórias que ele vivenciou. Assim, o Sr. Ricardo escolheu o seu período da infância e adolescência, das décadas de 1940 a 1960, aproximadamente, que foi um momento econômico marcante da economia brasileira, no qual a Segunda Guerra Mundial estourou e terminou, e Getúlio Vargas voltou ao poder pela segunda vez. Sem falar no governo JK.

Logo no início da conversa, Seu Ricardo contou que seu primeiro emprego na cidade foi em uma indústria automobilística na linha de produção. Porém, as peças dos carros eram importadas e vinham para o Brasil somente para que o automóvel fosse montado e vendido, já que o nosso país não tinha um setor de bens de capital totalmente formado, e isso atrasava (e muito) a produção, e encarecia ainda mais o bem. Na montadora, Seu Ricardo, mesmo muito jovem, percebia que os “chefes” da empresa tinham certa dificuldade de administrá-la, pois pareciam meio perdidos naquilo que faziam. Assim, ele ficava se perguntando: será que eram apenas aquelas deficiências da chefia que impediam a produção daquelas peças automobilísticas no Brasil, ou existiam outros fatores que dificultavam essa produção dentro da empresa no nosso país?

Para entender a situação vivida por Seu Ricardo em seu primeiro emprego, é necessário compreendermos os obstáculos à consolidação dos setores produtores de bens de capital e bens intermediários no nosso país nessa época. Vamos em frente?

## Não pode faltar

O choque externo causado pela Grande Depressão afetou a Balança Comercial brasileira, pois os preços das exportações caíram consideravelmente. Assim, as reservas internacionais, que somavam 31 milhões de libras, em setembro de 1929, caíram para 14 milhões, em agosto de 1930, e desapareceram em 1931; por outro lado, as importações, em volume, decresceram 60% de 1928 a 1932. Só que houve aumento nos preços das importações em 6% e redução dos preços das exportações em 25% (ABREU, 1990), agravando ainda mais o problema no Balanço de Pagamentos.

Esses dados comprovavam a necessidade de proteção à indústria nacional, e como discutido na Seção 2.3, durante o processo de industrialização brasileira, diversas políticas de proteção à indústria foram implementadas, praticamente todas relacionadas com a taxa de câmbio. Certamente, você deve estar pensando: “mas qual foi o efeito real dessas políticas sobre o modelo de industrialização substitutiva de importações? Conseguimos de fato proteger e incentivar as indústrias nacionais?”

O capital nacional que deu base para o desenvolvimento do Processo de Substituição de Importações (PSI) teve origem na elite cafeeira, o que trouxe um deslocamento do centro dinâmico da nossa economia, conforme afirma Furtado (1989), ou seja, os investimentos foram deslocados do setor agrário e realocados no setor industrial.

Como sabemos, a indústria brasileira não nasceu na década de 1930, tendo aparecido como uma “franja” da economia cafeeira anos antes, ou seja, as indústrias nasceram como um “anexo”, como uma atividade secundária que dava suporte à economia do café. Assim, havia capacidade ociosa no parque industrial, que pôde ser utilizada, após 1931, com as políticas de proteção à indústria. Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, optou-se pela desvalorização cambial, que encarecia os produtos importados e incentivava a demanda por produtos nacionais. Porém, todos os produtos importados ficavam mais caros, incluindo máquinas, equipamentos e insumos necessários à produção, dificultando o investimento industrial.

Em 1946, o Brasil voltava à democracia e tinha um novo presidente, Gaspar Dutra, enquanto, em 1951, foi iniciado o segundo governo Vargas. Esse período ficou marcado por uma política cambial liberal, que levou ao aumento explosivo das importações em 115%, em 1946/47, o que consumiu rapidamente as reservas internacionais acumuladas na Segunda Guerra Mundial, fazendo com que o Brasil tivesse que recorrer pela primeira vez ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para tentar amenizar esse problema, o governo Dutra, em 1947, passou a adotar o sistema de câmbio fixo, e criou a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil. Segundo Furtado (1989), a CEXIM foi criada em maio de 1941, durante o Estado Novo, com o objetivo de estimular e sustentar a exportação de produtos

nacionais e assegurar condições favoráveis à importação, e foi substituída pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), também do Banco do Brasil, em dezembro de 1953. Isso era feito com base no sistema de licenciamento de importações e de exportações, que funcionava da seguinte forma: se a importação de determinado produto fosse essencial e não competitiva com a indústria nacional, era concedida a licença de importação a uma taxa que, apesar de ser fixa, era sobrevalorizada. O impacto dessas medidas foi positivo, beneficiando o setor industrial.

Em 1949, as exportações foram favorecidas em função, principalmente, do aumento do preço do café no mercado internacional, em função do aumento da demanda pelo produto, o que trouxe um superávit para a Balança Comercial. Com saldo comercial positivo, a CEXIM relaxou na política de restrições às importações, provocando rapidamente um novo desequilíbrio do Balanço de Pagamentos. Esse desequilíbrio foi maior do que o registrado anteriormente, em 1946, e, novamente, o Brasil foi obrigado a apelar ao Fundo Monetário Internacional, em 1951. Apesar de toda a instabilidade, inclusive com altas taxas de inflação, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 7,6%, no governo Dutra, e 6,2% sob o comando de Vargas, já que a produção industrial crescia cada vez mais.



### Assimile

A CEXIM foi criada em maio de 1941 durante o Estado Novo, com o objetivo de estimular e sustentar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação, e foi substituída pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX), também do Banco do Brasil, em dezembro de 1953.

Ainda na década de 1950, duas medidas foram criadas para combater o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, mas que contribuíram para o crescimento industrial: a **Instrução 70**, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e, em 1955, a **Instrução 113** da SUMOC. A primeira discutiremos na próxima seção, mas posso adiantar que se refere à criação dos leilões de câmbio. Já a Instrução 113 liberava a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, ou seja, sem a necessidade de adquirir as divisas correspondentes no leilão da SUMOC por subsidiárias de empresas estabelecidas no país. Em outras palavras, as reservas cambiais não eram utilizadas (e, portanto, não eram reduzidas) para a compra de máquinas e equipamentos importados; com isso, o Balanço de Pagamentos era preservado, o que ajudava a combater os desequilíbrios em moeda estrangeira. Resumindo, as políticas cambiais adotadas durante o PSI não geraram efeitos de longo prazo, mas, no curto prazo, protegeram a indústria nacional.

Como você pode perceber, o Banco do Brasil desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento das indústrias no país, não apenas em termos de política

comercial e cambial, mas também ao conceder crédito para a indústria. Nesse sentido, em 1936, foi criada a **Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)** do Banco do Brasil, que tinha como objetivo principal atender a demanda crescente da sociedade brasileira por crédito orientado ao financiamento de longo prazo da economia (DUTRA; CARVALHO, 2011). De acordo com os mesmos autores, a assistência dada pela CREAI estava voltada à(ao): aquisição de meios de produção, sementes, adubos e matérias-primas para fins industriais; aquisição de gado destinado à criação e melhoria de rebanhos; custeio de entressafra; aquisição de máquinas agrícolas e reprodutores; e reforma ou aperfeiçoamento de maquinaria tanto do campo quanto industriais.



### Exemplificando

Desde 1952, nós temos, no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, atualmente, é o principal instrumento do governo federal para financiamento de longo prazo.

Para esses financiamentos, estabeleceram-se quatro prazos diferentes, em função de cada modalidade de empréstimo, com taxa de juros máxima de 8% ao ano (a.a.): prazo de um ano para custeio de entressafra, aquisição de sementes e adubos, e aquisição de matéria-prima; prazo de dois anos para empréstimos destinados a custear a aquisição de gado para a criação e o melhoramento de rebanhos, de reprodutores, máquinas agrícolas e animais de serviço para os trabalhos rurais; prazo de três anos para empréstimos destinados à reforma e ao aperfeiçoamento de maquinaria nas indústrias de transformação; e prazo de quatro anos para empréstimos destinados às demais indústrias e à reforma ao aperfeiçoamento e à aquisição de maquinaria (DUTRA & CARVALHO, 2011).

Certamente, você deve estar se perguntando sobre a origem dos recursos, não é mesmo? Segundo Dutra e Carvalho (2011), os recursos eram oriundos da emissão de bônus, de acordo com o montante de empréstimos contratados, ou seja, o Banco do Brasil, para financiar essas atividades, emitia e negociava títulos da empresa, os chamados bônus. Essa emissão poderia ser somente até o valor do empréstimo contratado. Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 574, de 1938, e do Decreto-Lei nº 2.611, de 1940, foram fixados as fontes de recursos e o seu custo para o financiador e o financiado, nos seguintes termos:

- Fixada em 15% a parcela de contribuição do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões para a compra de bônus, os quais seriam remunerados à taxa de 5,5% a.a.
- Fixados os depósitos compulsórios provenientes das consignações em pagamentos.



### Pesquise mais

A lei que autorizou o Tesouro Nacional a subscrever ações do Banco do Brasil e a emitir bônus para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias foi a Lei nº 454/1937, disponível no link: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-454-9-julho-1937-503317-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

Os empréstimos eram disponibilizados para diferentes grupos econômicos, conforme Tabela 3.1:

Tabela 3.1 | Totais de empréstimos por grupos econômicos

Anos	Agricultura, Indústria Florestal e Extrativa (%)	Indústria Manufatureira (%)	Indústria da Construção (%)	Indústria de Transportes (%)	Comércio (%)	Diversos (%)	Total (%)
1937	17	16	5	17	40	5	100
1938	23	16	7	12	36	6	100
1939	23	20	13	8	31	5	100
1940	28	17	13	6	31	5	100
1941	32	15	10	10	28	5	100
1942	41	15	9	6	25	4	100
1943	41	20	8	5	22	5	100
1944	49	21	4	3	19	4	100
1945	58	16	1	3	19	3	100
1946	54	17	2	3	18	6	100
1947	45	20	2	2	20	11	100
1948	40	23	2	3	20	12	100
1949	41	24	4	5	19	7	100
1950	42	26	4	1	23	4	100
1951	33	29	2	2	30	4	100
1952	34	33	3	2	23	5	100

Fonte: adaptada de Dutra e Carvalho (2011, p. 16).

Enquanto a industrialização brasileira passava por altos e baixos, entre setembro de 1939 e agosto/setembro de 1945 aconteceu um conflito militar mundial em que 72 países estavam direta ou indiretamente envolvidos: a **Segunda Guerra Mundial**. Essa foi a maior catástrofe provocada pelo ser humano, com mais de cinquenta milhões de mortos e quase trinta milhões de mutilados.

Quais foram as causas dessa grande guerra? A sua origem estava relacionada com o fim da Primeira Guerra Mundial, já que os países derrotados (Alemanha e Áustria-Hungria) sofreram severas imposições fiscais, econômicas e políticas estabelecidas pela França e Inglaterra, através do Tratado de Versalhes. Esse documento obrigava a Alemanha a assinar um acordo e a pagar taxas altíssimas de indenizações e tributos aos países vencedores (Rússia, França, Inglaterra e Estados Unidos), chamados de Tríplice Entente, entre outras medidas. E, para piorar ainda mais a situação germânica, a Alemanha recebia recursos financeiros dos Estados Unidos, mas, em 1929, houve a Grande Depressão e os recursos para os alemães acabaram, o que afetou ainda mais o país. Para você ter uma ideia, 80% da população da Alemanha estava desempregada. Nesse momento, apareceu o regime nazista para combater os problemas, como a fome e o desemprego, além de reestruturar a economia do país.

A Itália estava na mesma situação, fazendo surgir o fascismo. Assim, dois países arrasados pela Primeira Guerra e com a economia totalmente desestruturada tinham grupos de extrema direita no poder e fizeram uma aliança para delinear os rumos das duas nações. Então, na década de 1930, os territórios que haviam sido perdidos pelo Tratado de Versalhes foram retomados sem nenhuma intervenção francesa ou inglesa (eles estavam gerenciando os acordos de paz na Europa). Além disso, Itália e Alemanha formaram o chamado Eixo, que foi uma política que delineou os blocos rivais durante a Segunda Guerra.

Em setembro de 1939, a Polônia foi invadida pelo exército alemão e, imediatamente, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha, formando assim dois grupos: os Aliados (liderados por Inglaterra, União Soviética, França e Estados Unidos) e o Eixo (com Alemanha, Itália e Japão). Nos primeiros anos, o Eixo ganhava a guerra, mas, de 1941 a 1945, os Aliados tinham cada vez mais força, principalmente, com a entrada dos Estados Unidos na batalha.

E como o Brasil participou dessa guerra? O Brasil, que estava apoiando os Aliados, enviou cerca de 25 mil soldados para a Itália, os chamados “pracinhas”, e ajudou a tomar o território conhecido como Monte Cassino, que é uma colina rochosa que se localiza, aproximadamente, a 130 km do sul de Roma, capital da Itália, e a 1,5 km da cidade de Cassino.

Então, em agosto/setembro de 1945, Alemanha e Itália se renderam, e o Japão, que não aceitava assinar a rendição, sofreu um ataque com bombas atômicas pelos Estados Unidos, sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o que fez a Segunda Guerra

Mundial acabar.

E qual foi o impacto da Segunda Guerra Mundial no nosso país? Segundo Abreu (1990), a eclosão da guerra resultou na perda dos mercados da Europa que importavam produtos brasileiros e na mudança da estrutura das nossas exportações, com o deslocamento de produtos não essenciais para essenciais, ou seja, o Brasil passou a exportar somente mercadorias consideradas fundamentais para a Europa. Por outro lado, as nossas importações foram dificultadas em razão: do bloqueio econômico inglês, da guerra submarina da Alemanha, que afundava os navios dos Aliados, inclusive os que levavam e traziam mercadorias do Brasil para os países europeus; da escassez de divisas e do esforço de guerra em diversos países, que afetou as possibilidades de manter o suprimento dos países periféricos, como o Brasil.

Vamos entender melhor esse impacto analisando a ordem cronológica dos fatos?

Em 1939, um pouco antes do início da Segunda Guerra, o Brasil reduziu o comércio com a Alemanha (o Brasil era o principal fornecedor de algodão para os alemães). Com isso, o comércio com os Estados Unidos e a América Latina ganhou mais importância, e o principal parceiro comercial brasileiro na Europa passou a ser o Reino Unido, em 1940.



### Pesquise mais

Para conhecer a relação comercial entre Brasil e a Alemanha entre 1937 e 1945, leia o artigo "*Relação Brasil – Alemanha (1937-1945): Evolução e Paradoxos*": Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276651062\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_-\\_Anpuh\\_2010final.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276651062_ARQUIVO_Artigo_-_Anpuh_2010final.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2016.

Nesse mesmo ano (1940), o preço do café brasileiro caiu, e os Estados Unidos, com receio da desestabilização da economia dos países latino-americanos, estabeleceram um acordo (o Interamericano do café), que tinha como objetivo sustentar o preço do produto. Esse acordo gerou benefícios ao Brasil, pois amenizou as consequências da guerra sobre nossas exportações. E, para melhorar ainda mais a situação brasileira, em 1942, os Estados Unidos passaram a demandar produtos brasileiros necessários à guerra, como o cristal de quartzo (utilizado para a fabricação de armas de guerra) e o óleo de mamona (utilizado para o combustível dos aviões).

Além disso, o governo norte-americano também apoiou diversos projetos industriais no Brasil, em coparticipação com o governo brasileiro. Como afirma Abreu (1990), enquanto na década de 1930 a maior parte das iniciativas governamentais era em relação à ação do Estado de caráter normativo (criação de órgãos normativos, como o Departamento Nacional de Café e o Conselho Nacional de Petróleo), no

início da década de 1940, as ações estatais começaram a concentrar-se na iniciativa do governo federal na esfera produtiva, ou seja, o Estado passou a formar o departamento produtor de bens de capital, através do **Projeto Nacional**.



### Refleta

Qual é o papel do Estado brasileiro atualmente?

E como isso foi feito? Para responder à sua pergunta, vou dar exemplos de duas empresas: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce. Assim, após um longo período “pensando”, o Estado decidiu instalar no Brasil a chamada “grande siderurgia”, ou seja, a siderurgia que utiliza fornos a carvão mineral. Para que isso fosse posto em prática, uma empresa americana, a *United States Steel*, foi contratada pelo governo brasileiro para elaborar um estudo de viabilidade para uma usina integrada, mas, para decepção do governo Vargas, a empresa não se interessou em colocar o projeto em prática. Mesmo assim, o governo dos Estados Unidos aceitou apoiar o negócio, pois tinha receio de que a Alemanha pudesse se interessar pelo projeto brasileiro.

Então, a CSN surgiu a partir de um acordo assinado entre o governo brasileiro e os Estados Unidos, denominado Acordo de Washington, que previa a construção de uma usina siderúrgica que iria fornecer aço para os Aliados durante a Segunda Guerra e iria ajudar o Brasil a se desenvolver após o fim da guerra. Para isso, o Brasil se comprometia a exportar 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano para os Aliados. O financiamento da usina foi feito pelo EXIMBANK (*Export-Import Bank of the United States*), um fundo norte-americano, pois a iniciativa privada norte-americana não se interessou pelo projeto. E, assim, em 1946, em Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro, a primeira chapa de aço no país foi produzida.

Já a decisão de criar a Companhia Vale do Rio Doce, que estaria voltada para a mineração de ferro, segundo Abreu (1990), não foi brasileira, e sim uma decisão externa, mais exatamente oriunda da preocupação da Inglaterra com a disponibilidade de minério de ferro com baixo teor de fósforo para utilização nas siderurgias inglesas. Por razão dessa preocupação, o Brasil obteve empréstimos norte-americanos para a modernização da Estrada de Ferro Vitória a Minas (que liga Belo Horizonte a Vitória no Espírito Santo), e para a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, que, em 1949, passou a ser responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro.

Então, em 1950, após a conclusão das obras do cais de minério do Atalaia, no porto de Vitória/ES, o acordo firmado com os Estados Unidos foi finalmente concluído, e, assim, em 1952, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo da Vale do Rio Doce.

Para melhor entendimento das ações do Estado no governo Getúlio Vargas em prol da formação da indústria de base no Brasil, vamos analisar a Figura 3.1:

Figura 3.1 | Ação do governo Vargas para formação da indústria de base no Brasil



Fonte: Souza (2009, p. 202).



### Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o segundo governo Getúlio Vargas e suas políticas, leia os quatro primeiros capítulos do livro *Política, churrasco, poder e chimarrão: A Política no Rio Grande do Sul de 1930 a 1964*. Os demais capítulos são voltados para o estado do Rio Grande do Sul

COLVERO, Ronaldo B. (Org.). **Política, churrasco, poder e chimarrão: A Política no Rio Grande do Sul de 1930 a 1964**. São Borja: Faith, 2012. 124 p. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2011/09/ebook-pol%C3%ADtica-churrasco-poder-e-chimarr%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Como você pode perceber, Getúlio Vargas, através do seu Projeto Nacional, tinha como objetivo desenvolver o Brasil através da industrialização (esse não é um consenso dentro da história econômica brasileira, pois alguns autores rejeitam essa ideia e defendem que Vargas não tinha um projeto coerente de industrialização pesada no país, mas apenas um modelo de superação dos estrangulamentos setoriais). Para isso, ele investia em setores que tinham **estrangulamentos**, como energia elétrica, transporte, siderurgia e petróleo, para tentar superar o estágio de industrialização restringida (BASTOS, 2009), sendo esse o caminho utilizado para tirar o processo de industrialização brasileiro da natureza **restringida**, ou seja, investir em setores de bens

intermediários e de capitais adequados às realidades brasileiras de financiamento, tecnologia e escala de produção.



### Assimile

Projeto Nacional foi um projeto do governo Getúlio Vargas que tinha como objetivo principal desenvolver o Brasil, através, por exemplo, da formação do setor de bens de capital. Nesse sentido, o Estado exercia papel fundamental no desenvolvimento industrial do país.



### Vocabulário

**Industrialização restringida:** indústria constituída, basicamente, de bens de consumo, que recebia esse nome por não ter completado suas bases técnicas, sendo dependente das divisas, do mercado e do excedente gerado pelo setor primário exportador. Ou seja, era uma industrialização que não tinha indústrias de bens de capital e bens intermediários, o que dificultava nossas indústrias terem capacidade de crescer diante da demanda.

Porém, o estrangulamento não era apenas setorial, mas também cambial, já que para execução do projeto nacional, eram necessários investimentos estatais e privados, principalmente estrangeiros. Em outras palavras, para desenvolver o Brasil, era preciso deixar de depender dos insumos importados, mas isso ia ao encontro de restrições financeiras, e essa situação se agravou ainda mais durante e após a Segunda Guerra, já que o foco dos países centrais estava na economia da guerra, limitando o comércio exterior, o que provocava o desabastecimento de insumos estratégicos, como aço e ferro.

Então, para que a industrialização fosse possível, era preciso insumos básicos, como energia elétrica, aço, petróleo, entre outros. Só que ter acesso a esses insumos era um problema para as indústrias brasileiras, pois existiam **três barreiras (organizacional, tecnológica e financeira)** para a produção desses bens (RATTENER, 1984).

A primeira barreira, a organizacional, refere-se à questão que a maior parte dos industriais brasileiros vinham do setor agrícola ou de serviços, ou ainda eram imigrantes, com pouco ou nenhum pessoal técnico, ou seja, sem mão de obra qualificada, principalmente para gerir a empresa e, assim, contribuir para a formação e o desenvolvimento da indústria de bens intermediários.

O segundo obstáculo era o problema tecnológico, pois se hoje em dia ainda temos atrasos na tecnologia, imagina nas décadas de 1940/50? Assim, existia um

abismo entre os produtores internacionais e os brasileiros. Ou seja, as empresas brasileiras precisavam comprar tecnologia de fora do país, mas, para isso, era preciso, segundo Rattener (1984), obter licenças e associações com o capital externo, o que, pelo desconhecimento do processo adquirido, colocaria em risco a autonomia da empresa. Para a escolha da tecnologia a ser aplicada, um dos obstáculos a serem vencidos consistia na necessidade de um corpo de pessoal técnico, a nível de assessoria, inexistente no país.

Já em termos de obstáculos financeiros, os recursos internos disponíveis aos empresários brasileiros eram escassos, ou seja, a demanda por esses recursos era maior do que a oferta deles. Além disso, por outro lado, o capital estrangeiro, com exceção do setor energético, não tinha interesse em abrir subsidiárias no país. As pequenas dimensões do mercado nacional ocasionavam um retorno extremamente lento, comparado aos investimentos realizados na Europa, no pós-guerra, onde já havia a mão de obra especializada, exigindo um investimento significativamente menor (RATTENER, 1984).

Diante desse cenário, o Estado brasileiro precisou administrar recursos limitados e priorizar linhas de produção e investimentos. Assim, o controle do Estado na economia brasileira aumentou. Além disso, durante a guerra ampliou-se a política de indução seletiva de investimentos privados, através de instrumentos cambiais e creditícios (BASTOS, 2009).



### Refleta

Será que a economia brasileira ainda apresenta estrangulamentos? Para auxiliá-lo nessa tarefa, leia o texto *Estrangulamento externo da economia brasileira* de Nali de Jesus Souza. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/117187944/Desenvolvimento-Economico-Nali-de-Jesus-complemento>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, você conseguiu compreender o papel do Estado na industrialização brasileira? Espero que sim, pois os fatos apresentados nos ajudarão a entender a questão que Neto fez ao seu avô Ricardo Ferreira da Silva: será que eram apenas as deficiências da chefia que impediam a produção das peças automobilísticas no Brasil, ou existiam outros fatores que dificultavam essa produção dentro da empresa no nosso país?

Lembre-se de que, após a Grande Depressão, o governo brasileiro alterou o foco e passou a ter a industrialização como objetivo econômico. Para isso, optou-se pela industrialização baseada no modelo chamado Processo de Substituição de Importações, conforme vimos na Seção 2.3. Nesse ponto, quero fazer uma observação sobre a diferença entre modelo e processo de substituição de importações, já que utilizamos os dois termos ao longo das nossas aulas. Processo refere-se às atividades que devem ser realizadas para se chegar ao objetivo que, no caso, era produzir internamente o que antes era importado. Já modelo é uma espécie de molde, ou seja, em qual sequência que as atividades devem ocorrer.

Agora que você já compreendeu a diferença entre modelo e processo, voltamos às nossas discussões. A industrialização brasileira foi feita por etapas, gerando estrangulamentos setoriais, principalmente nos setores de bens intermediários e de capitais, ou seja, era preciso importá-los para produzir. Nesse momento, surgiu o Projeto Nacional Desenvolvimentista de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo desenvolver o Brasil através da industrialização, para isso, o Estado interviu na economia em prol da formação da indústria de base no país, como a construção da CSN e da Vale do Rio Doce, por exemplo. Apesar disso, a consolidação dos setores produtores de bens de capital e bens intermediários não foi simples, pois tínhamos deficiências organizacionais, técnicas e financeiras para implantar o núcleo da indústria de bens de produção, e a intervenção do Estado para formar a indústria de base gerou um impacto positivo nesse contexto, pois conseguiu amenizar (e não solucionar) o problema.

## Avançando na prática

### O mundo está em guerra, e agora?

#### Descrição da situação-problema

João Pedro Barbosa era um grande empresário paulista do ramo alimentício, tendo aberto sua indústria, em 1934, após o incentivo dado pelo governo Getúlio Vargas para a industrialização do Brasil. João Pedro optou pela indústria alimentícia, a JP Alimentos, em função de que o processo de industrialização brasileiro estava sendo feito por etapas, e o setor de bens de consumo não duráveis era o primeiro a ser estruturado. Apesar dos lucros que vinha alcançando, o empresário tinha um receio: a Segunda Guerra Mundial. O tempo passou, a guerra acabou e a JP Alimentos conseguiu sobreviver, apesar de ter sido impactada pela batalha. Diante desse cenário, quais foram os impactos da Segunda Guerra Mundial sobre as indústrias brasileiras (como a JP Alimentos)?

#### Resolução da situação-problema

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945, e a participação brasileira nesse embate foi no envio de 25 mil soldados para a Itália. A guerra impactou o Brasil na perda

de mercados na Europa que importavam produtos brasileiros, como açúcar, café, carnes, entre outros. Por outro lado, as importações brasileiras foram dificultadas em razão do bloqueio econômico inglês, da guerra submarina da Alemanha, da escassez de divisas e pelo esforço de guerra em diversos países que afetou as possibilidades de manter o suprimento dos países periféricos, como o Brasil. E como a Segunda Guerra impactou a JP Alimentos? Para a JP Alimentos produzir, era preciso importar máquinas e equipamentos, e exceto quanto às indústrias siderúrgica e de cimento, houve pouca formação de capital durante a Segunda Guerra Mundial, e a produção foi sendo aumentada somente pela utilização da capacidade produtiva já existente.

### Faça valer a pena

**1.** O período compreendido entre 1946, quando Gaspar Dutra se tornou presidente do Brasil, e 1951, no início do segundo governo de Getúlio Vargas, a política cambial utilizada foi considerada liberal, o que impactou no aumento das importações em 115% em 1946/47.

Com base no exposto, assinale a alternativa correta que mostra o impacto do aumento das importações no período apresentado.

- a) Aumento das reservas internacionais.
- b) Redução das reservas internacionais.
- c) Aumento considerável da renda nacional.
- d) Aumento da produção de bens de capital.
- e) Redução do número de empregos agrícolas.

**2.** Em 1947, durante o governo Dutra, foi criada a Carteira de Exportação e Importação, a CEXIM do Banco do Brasil, com o objetivo de estimular e sustentar a exportação de produtos brasileiros e também de assegurar condições favoráveis à importação.

Analisando a CEXIM, assinale a alternativa que explica corretamente o seu funcionamento.

- a) Caso o produto importado fosse fundamental e, não competisse com a indústria nacional, poderia ser importado, mesmo a uma taxa de câmbio mais baixa.
- b) Caso o produto importado fosse fundamental e, mesmo que competisse com a indústria nacional, poderia ser importado, mesmo a uma taxa de câmbio mais alta.
- c) Caso o produto exportado fosse essencial e não competisse com a indústria nacional, poderia ser exportado a uma taxa de câmbio mais baixa.

d) Caso o produto importado não competisse com a indústria nacional, poderia ser importado, mesmo a uma taxa de câmbio específica.

e) Caso o produto importado fosse essencial e não competisse com a indústria nacional, poderia ser importado, mesmo a uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

**3.** Na década de 1950, o Balanço de Pagamentos do Brasil estava em desequilíbrio. Para amenizar esse problema (o que acabou contribuindo para o crescimento industrial), foram criadas as Instruções 70 e 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

Em relação à Instrução 113, podemos afirmar que:

a) Ela liberava as exportações de produtos agrícolas sem cobertura cambial.

b) Ela bloqueava a importação de bens de capital e bens intermediários.

c) Ela incentivava a produção de bens de consumo duráveis no Brasil.

d) Ela liberava a importação de bens de capital, sem cobertura cambial.

e) Ela desestimulava a produção e exportação de produtos agrícolas.

## Seção 3.2

### Mudança no comércio exterior: o Brasil exportador

#### Diálogo aberto

Olá, tudo bem? Na seção anterior, estudamos os efeitos das políticas cambiais adotadas sobre o modelo de industrialização brasileiro e as políticas de crédito do Banco do Brasil. Essas medidas foram implementadas com o objetivo de proteger a indústria nacional da concorrência dos produtos importados (política cambial), e assim, industrializar o nosso país, além de financiar a compra de máquinas e equipamentos para a produção (política de crédito). Porém, o efeito desejado não foi totalmente atingindo, e acabou, em alguns momentos, atrasando o processo de industrialização.

Entenderemos, também, como a Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945, impactou a economia brasileira como o Estado, comandado por Getúlio Vargas, reagiu à batalha e às dificuldades da industrialização brasileira; e como ele criou o Projeto Nacional para, dentre outras medidas, formar o departamento de produtos de bens de capital e solucionar os constantes estrangulamentos externos, fazendo com que o papel do Estado fosse alterado.

Nesta seção, estudaremos os governos da década de 1950, com foco no segundo governo Getúlio Vargas e no governo Juscelino Kubitschek (JK). Além disso, analisaremos as mudanças no comércio exterior brasileiro que alteraram a nossa pauta de exportação e, conseqüentemente, as políticas cambiais adotadas. Mas quais foram os motivos dessas mudanças?

Para responder a esse questionamento, voltaremos à família Ferreira da Silva. Após Neto escutar de Seu Ricardo as histórias do primeiro emprego do avô na montadora de automóveis, o bate-papo entre eles prosseguiu. Assim, Seu Ricardo continuou a falar sobre o trabalho na fábrica, e lembrou que, na década de 1950, ele leu uma vez no jornal impresso que o governo tinha lançado uma espécie de programa/plano (Instrução 70, da SUMOC) que impactaria todas as fábricas, as importações e as exportações brasileiras, incluindo a montadora de automóveis que ele próprio trabalhava, e começou a refletir sobre aquela reportagem: “Como o governo, através

de uma medida (Instrução 70, da SUMOC), poderia alterar o processo de fabricação dos carros da empresa em que ele trabalhava?”, questionava Seu Ricardo, naquela época.

Para entender um pouco melhor essa medida que Seu Ricardo se refere, será necessário contextualizarmos o segundo governo de Getúlio Vargas e o governo JK, inserir o Brasil no mercado mundial, estudando o deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira, em razão da industrialização, além de analisar a Instrução 70, da SUMOC. Vamos lá?

### Não pode faltar

Em 1951, após seis anos, Getúlio Vargas voltou a ser presidente da República Federativa do Brasil, mas diferente do primeiro mandato, dessa vez, por meio do voto popular, com 48,7% dos votos. Seu governo foi marcado por importantes iniciativas nas áreas social e econômica, através do Projeto Nacional (estudado na Seção 3.1), em que o Estado passou a exercer forte presença em áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. Assim, podemos afirmar que o segundo governo Vargas foi fundamentado na política desenvolvimentista, baseada no fortalecimento da indústria de bens de capital, as chamadas indústrias de base, como siderurgia, petroquímica, energia e transporte.

Para você ter uma ideia, já no primeiro ano do segundo mandato, Vargas estabeleceu o monopólio estatal sobre o petróleo com a construção, em 1953, da Petrobrás. Essa política, que tinha o slogan que utilizamos até hoje, “O petróleo é nosso”, teve forte apoio popular, como quase todas as outras medidas implementadas pelo presidente. A Petrobrás, que hoje é uma organização mista (ou seja, parte estatal e parte privada), monopolizou as atividades de exploração e refino de todas as reservas de petróleo encontrados no território nacional. Outra empresa estatal proposta por Vargas em seu segundo governo foi a Eletrobrás, que era responsável pela geração e distribuição de energia elétrica em todo o território nacional.

Outro ponto muito marcante do segundo governo Vargas foi a política pública com característica “populista”. Certamente, você já ouviu esse termo, mas você sabe o que, de fato, significa populismo? **Populismo** foi um fenômeno muito presente na América Latina, no qual os políticos (nesse caso, Getúlio Vargas) buscavam apoio popular com o objetivo de obter vitórias nas eleições e, assim, conseguir implementar os seus projetos políticos. Para isso, em troca, eles ofereciam benefícios econômicos e sociais à população das camadas mais baixas.



### Refleta

O populismo é uma prática polêmica: algumas pessoas acreditam que as políticas populistas são prejudiciais ao país, enquanto outras a veem como medidas que geram bem-estar social. E você, o que pensa sobre as políticas populistas?

Com as políticas populistas, o processo acelerado de modernização aumentou, consideravelmente, as migrações do campo para as cidades, o que fez com que surgisse uma grande massa de trabalhadores urbanos (os operários), que criou a classe média. Com isso, houve aumento considerável de greves; e para tentar solucionar esse problema, Vargas convocou João Goulart para assumir o Ministério do Trabalho, que tinha como proposta de governo um reajuste salarial de 100% do salário mínimo.

Essas medidas não eram bem aceitas pelas elites, e diversas críticas foram feitas. Um dos principais críticos do governo Vargas era Carlos Lacerda, que, através da imprensa, acusava o governo de promover a “esquerdização” e praticar corrupção. Em agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado promovido pelo segurança pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Esse fato somado ao aumento e, radicalização dos movimentos populares saíram do controle do governo, dando origem a uma grande crise política, na qual os opositores exigiram a renúncia do presidente. Assim, em 24 de agosto de 1954, o segundo governo de Getúlio Vargas chegou ao fim, com o suicídio do presidente, e Café Filho, vice-presidente, se tornou o novo presidente do Brasil.

Agora que você teve um panorama do segundo governo de Getúlio Vargas, vamos compreender um pouco mais sobre o comportamento econômico do período, principalmente, em termos de comércio exterior e industrialização?

A conjuntura econômica herdada por Vargas pode ser resumida por altas taxas de inflação e desequilíbrios financeiros do setor público, ou seja, dívida pública. Certamente, você está se perguntando sobre os motivos que levaram a essa conjuntura econômica, certo? O processo inflacionário brasileiro teve início em 1934, quando os preços internos começaram a subir em função do aumento do mercado consumidor, mas a grande explosão inflacionária ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a inflação chegou a 215,6% entre 1940 e 1949.

Munhoz (1997) explica que o decênio terminado em 1949 deve ser visto em duas fases, cada qual com características distintas e opostas: a primeira, até 1944, com taxas de inflação elevadas e crescentes, em função da influência dos reflexos econômicos decorrentes das restrições próprias do conflito mundial; já a segunda, a partir de 1945, com taxas moderadas de inflação, quando o governo manteve congelados os preços das moedas estrangeiras, evitando assim maiores impactos internos por força dos aumentos nos preços das importações no pós-guerra. Os anos 1950 registraram uma

substancial elevação do patamar inflacionário, com aumento acumulado próximo de 460%, mais que o dobro da taxa de crescimento dos preços em relação à década anterior.

Já o aumento da dívida pública pode ser explicado, principalmente, em decorrência da crise de 1929, já que o Brasil teve dificuldades para exportar seus produtos, pois o mundo estava em crise, o que desequilibrou a Balança Comercial. Com menos fluxo de capital externo e a necessidade de começar a produzir internamente o que antes era importado, as reservas foram reduzindo. Com a Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira se recuperou em termos de reservas cambiais, mas a forte política para a industrialização fez com que a dívida pública voltasse a aumentar.

Por outro lado, o setor externo estava em uma situação melhor na década de 1950, já que o preço do café brasileiro tinha aumentado no mercado internacional. Além do preço do café, os Estados Unidos, com receio do “socialismo” chegar na América Latina, alterou a sua política em relação aos países latino-americanos. Mesmo com o contexto econômico apresentado, a vitória de Vargas acelerou a boa vontade norte-americana de colaborar com o Projeto Nacional, principalmente nos programas voltados para a expansão dos setores de infraestrutura básica, que alterou o eixo dinâmico da economia brasileira. Assim, em 1950, mesmo antes da posse de Vargas, foi constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que propunha a elaboração de projetos concretos que seriam financiados pelo Banco de Exportação e Importação (EXIMBANK) e pelo Banco Mundial.

Os objetivos da política econômica estavam voltados para solucionar os déficits públicos, através do corte nas despesas governamentais e do aumento da arrecadação tributária e pela adoção de políticas monetárias e creditícias contracionistas. Os impactos dessas ações foram: redução das despesas, já em 1952; continuação da inflação (pois as políticas contracionistas não surtiram o efeito esperado); e crescimento do Produto Interno Bruto.

Em termos de comércio exterior, as perspectivas eram favoráveis em razão do bom relacionamento com o governo norte-americano e da elevação do preço internacional do café. Assim, a política cambial nos dois primeiros anos do governo Vargas manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada, e o regime de concessão de licenças para importar.

Porém, logo no primeiro ano de governo, optou-se pela liberação de mais licenças para importar, já que as condições internacionais estavam melhores. Além disso, a liberação da licença a importar tinha como objetivo a prevenção a uma possível generalização mundial da guerra que estava acontecendo na Coreia (essa guerra dividiu o país em dois, e hoje temos a Coreia do Sul e a Coreia do Norte); e a utilização das importações feitas a uma taxa de câmbio favorável para combater as persistentes pressões inflacionárias.

O resultado da liberação das licenças para importar foi que as importações atingiram uma média de US\$ 950 milhões ao ano, entre 1948 e 1950; passaram para US\$ 1,7 bilhão, entre 1951/52, sendo que 55% do aumento das importações foi de bens de capital e 28% de outros bens de produção, conforme era o objetivo do projeto de Vargas. (MIANNA & VILLELA, 2005)

Por outro lado, os desequilíbrios na Balança Comercial foram ficando cada vez maiores. Ao contrário do que era esperado, as receitas com as exportações caíram em 20%, em 1952. Como resultado, o governo limitou a concessão de licença de importações, mas que não surtiu o efeito desejado.

Dessa forma, em 1953, havia um colapso cambial no nosso país, com enorme volume de atrasados comerciais. E, para piorar ainda mais a situação econômica brasileira, o General Eisenhower venceu as eleições norte-americanas e modificou a política naquele país. Assim, o combate ao comunismo passou a ser prioridade, e os projetos brasileiros de infraestrutura não foram mais financiados pelos Estados Unidos. Nesse mesmo ano (1953), para que o país solucionasse suas dificuldades econômicas e seus problemas políticos, Vargas alterou a política e promoveu uma reforma ministerial, com o objetivo de enfrentar as pressões mundiais. Além disso, para amenizar os problemas cambiais e fiscais, em 9 de outubro de 1953, foi criada a **Instrução 70 da SUMOC** (Superintendência da Moeda e do Crédito), que implementou os leilões de câmbio, condicionando as importações aos interesses industriais, favorecendo às manufaturas substitutivas de importações.

As principais mudanças introduzidas no sistema cambial foram o restabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil; a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio; em relação as exportações, houve substituição das taxas mistas por sistemas de bonificações incidentes sobre a taxa oficial.

De acordo com Vianna & Villela (2005), com a Instrução 70 passaram a existir três tipos básicos de cobertura cambial para as importações brasileiras: a **Taxa oficial sem sobretaxa**, válida para importações especiais, como trigo, material ou papel de imprensa; a **Taxa oficial acrescida de sobretaxas fixas**, para importações diretas dos governos federal, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; e a **Taxa oficial acrescida de sobretaxas variáveis**, válida para todas as demais importações, onde as sobretaxas variáveis eram determinadas em leilões de câmbio realizados em bolsas de fundos públicos no país.

Mas como funcionavam esses leilões cambiais?

Para a realização dos leilões, as importações foram divididas em cinco categorias, de acordo com sua essencialidade e em ordem decrescente, ou seja, do mais essencial ao menos essencial. A oferta disponível de cada moeda era distribuída pelas autoridades monetárias entre as diferentes categorias, sendo que as três primeiras absorviam

mais de 80% da oferta de moeda total, contemplando, por exemplo, trigo, papel de imprensa, fertilizantes, petróleo e derivativos, e a última categoria (que contemplava os bens supérfluos, como tecidos), menos de 3%. Os leilões (venda de moeda estrangeira) eram feitos separadamente para o dólar americano e para moeda de outros países. Para cada categoria foi fixado um valor mínimo para a moeda estrangeira que seria vendida, que era crescente, de acordo com a menor essencialidade do bem, ou seja, quanto menos essencial era o bem a ser importado, maior era a taxa de câmbio para a aquisição dele, e vice-versa.



### Exemplificando

Ainda hoje, o Banco Central (Bacen) brasileiro tem instrumentos para intervir na cotação do dólar. Um desses instrumentos é o Swap cambial, no qual o Bacen realiza uma operação que equivale a venda de dólar no mercado futuro, fazendo com que a pressão sobre a alta da moeda se reduza.

Em julho de 2016, por exemplo, o Banco Central vendeu 10 mil contratos de swap cambial reverso, reduzindo o estoque de swaps tradicionais em mais de US\$ 500 milhões.

Swap é um instrumento utilizado pelo Banco Central que permite a troca de rentabilidade dos ativos, através da compra ou venda de um contrato padronizado de derivativos negociados na BM&FBovespa. Por convenção de mercado, quando a operação é de compra, o nome é swap cambial tradicional e, se for de venda, a operação é chamada de swap cambial reverso.



### Assimile

A Instrução 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), instaurou um sistema de taxas múltiplas de câmbio, com os objetivos de tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional, desencorajar as importações e proteger a indústria nacional e a Balança Comercial do país.

Assim, as taxas múltiplas de câmbio que eram determinadas via leilões permitiam a realização de amplas desvalorizações cambiais, que passaram a substituir o controle de importações como instrumentos para o equilíbrio da Balança Comercial e, ao mesmo tempo, conseguia manter a política de importações seletiva, onerando mais alguns produtos e favorecendo a aquisição de outros, sempre em função do critério

da essencialidade, o que acabava protegendo a indústria nacional (VIANNA; VILLELA, 2005). Mas, e as exportações? No caso das exportações, as taxas de câmbio fixas foram substituídas por uma bonificação de Cr\$5/US\$ para o café e Cr\$10/US\$ para os demais produtos. E como isso favorecia as exportações? As bonificações incentivavam as exportações, portanto, a produção dos setores que o governo queria desenvolver. Assim, a bonificação do café era menor, pois o objetivo do governo era desenvolver os bens industrializados.

Para podermos compreender melhor as categorias de essencialidade e as taxas de câmbio, vamos analisar a Tabela 3.2:

Tabela 3.2 | Taxas médias de câmbio sob o Regime de Instrução 70, da SUMOC

	1953*	1954
Taxa oficial	18,82	18,82
Taxa do mercado livre	43,32	62,18
Leilões de importação		
Categoria I	31,77	39,55
Categoria II	38,18	44,63
Categoria III	44,21	57,82
Categoria IV	52,13	56,70
Categoria V	78,90	108,74
Taxas de exportação **		
Café	–	23,36
Demais produtos	–	28,36

\*Outubro-dezembro (exceto mercado oficial e livre).

\*\* De 9.10.53 a 15.8.54.

Fonte: Simonsen (1962, p. 53).

Qual foi o impacto da Instrução 70? Desaceleração econômica, inflação em torno de 20,5% ao mês, déficit público e aumento dos custos de produção das empresas em decorrência da desvalorização cambial (VIANNA; VILLELA, 2005). Em outras palavras, apesar da Instrução 70, da SUMOC, ter como um dos objetivos a redução do déficit público, ela não conseguiu atingir o efeito desejado.

Em 1954, havia perspectiva de melhorias do setor externo, pois a Balança Comercial que, em 1952, era deficitária, em 1953, foi superavitária em quase US\$ 400 milhões.

Mas como pode ter acontecido uma mudança tão drástica em um ano? Esse superávit aconteceu em decorrência da redução, em um terço, do valor das importações, já que diversos bens que eram importados agora passaram a ser produzidos internamente, conforme podemos ver na Tabela 3.3:

Tabela 3.3 | Participação relativa das importações na oferta doméstica – 1950, 1952 e 1956

Gêneros	Importações/Oferta Doméstica			Tx. de Cresc. das importações		Tx. de Cresc. da Produção	
	1950	1952	1956	1950/52	1952/56	1950/52	1952/56
Minerais não metálicos	7,9	11,0	1,3	78	-82	23	71
Metalúrgica	18,3	19,00	15,5	18	13	13	44
Mecânica	60,3	64,6	34,0	64	-60	36	41
Material elétrico	40,4	39,8	12,2	46	-70	50	41
Material de transporte	50,7	45,0	11,2	78	-78	124	41
Papel e papelão	26,1	21,8	14,4	-17	-12	6	45
Química	47,5	44,7	12,4	23	-20	22	318
Têxtil	2,4	2,1	0,9	-13	-49	2	23
Alimentos	2,7	4,2	3,3	71	-16	5	10
Bebidas	2,7	2,2	0,9	27	-59	29	7
TOTAL	13,5	16,0	7,2	44	-42	16	40

Fonte: Vianna e Villela (2005, p. 41).

Por outro lado, o problema da inflação continuava e havia dificuldades com a exportação do café, que, mesmo com seu preço alto no mercado internacional, teve redução nas exportações do produto, principalmente, em função de um boicote dos consumidores norte-americanos, que afirmavam que os países exportadores de café praticavam condutas monopolistas.

Resumindo, Getúlio Vargas se suicidou quando o Brasil apresentava uma conjuntura econômica complicada, com diversas pressões populares, e Café Filho assumiu a presidência de 1954 a 1955. Esse novo governo enfrentou uma grave situação cambial oriunda da queda do preço do café (o preço aumentou, mas sem demanda para o produto, o preço do café foi logo reduzido). Para fazer frente a essa situação, o Ministro Gudin removeu os obstáculos à livre entrada de capital estrangeiro, e criou, em 1955, a Instrução 113, da SUMOC (discutida na Seção 3.1), que liberava a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

E qual foi o impacto das políticas de estabilização de Gudin? Essas políticas de estabilização ampliaram a crise de liquidez, elevaram o número de falências e concordatas e trouxeram uma queda de 15% na Formação Bruta do Capital Fixo. E, para piorar ainda mais a situação, os cafeicultores não estavam felizes com a taxa de câmbio valorizada para a exportação de café, fazendo Gudin pedir demissão do cargo, e o banqueiro José Maria Whitaker assumiu o ministério em seu lugar.



### Pesquise mais

O artigo *A política econômica no período 1954/55: algumas notas*, de Fausto Saretta, trata de algumas questões da política econômica do período de agosto de 1954 a novembro de 1955, durante o governo Café Filho. Para lê-lo, acesse: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2003\\_fausto\\_saretta\\_a-politica-economica-no-periodo-1954\\_1955-algumas-notas.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fausto_saretta_a-politica-economica-no-periodo-1954_1955-algumas-notas.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

Em outubro de 1955, aconteceu a eleição presidencial e Juscelino Kubitschek, com um discurso sobre a necessidade de desenvolver o país, se tornou o novo presidente do Brasil, com 36% dos votos válidos. Ao assumir a presidência, JK se deparou com uma população que crescia a uma taxa anual média de 3%; assim, na década de 1950, o Brasil tinha, aproximadamente, 60 milhões de habitantes, sendo que a maior parte ainda vivia no campo. O país também contava com a participação do setor agropecuário em 21% do Produto Interno Bruto brasileiro, em 1956, mesma participação da indústria de transformação. E foi este último fato (a participação dos setores econômicos no PIB brasileiro) que JK queria alterar. E assim, criou o Plano de Metas o qual discutiremos na próxima seção.

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, você entendeu as mudanças e dificuldades enfrentadas pelos governos na década de 1950? Espero que sim, pois o contexto apresentado nos ajudará a entender a questão do Seu Ricardo sobre a medida implementada (Instrução 70, da SUMOC) pelo governo brasileiro na década de 1950 a qual afetou a fábrica de automóveis em que ele trabalhava.

Lembre-se de que o governo Getúlio Vargas tinha como objetivo criar a indústria de base no Brasil. Para isso, optou-se pela liberação das licenças para importar nos dois primeiros anos do seu mandato. Assim, a Balança Comercial brasileira sofreu um forte impacto, e Vargas alterou novamente a política cambial, o que gerou um colapso cambial. Para amenizar os problemas cambiais, o governo criou a Instrução 70, da SUMOC, que trouxe um sistema de taxas múltiplas de câmbio, que tinha como objetivos tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional, desencorajar as importações, e proteger a indústria nacional e a Balança Comercial do nosso país.



### Atenção

A Instrução 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) instaurou um sistema de taxas cambiais múltiplas.

## Avançando na prática

### As dúvidas de um alemão

#### Descrição da situação-problema

Thomas Klauss, um engenheiro civil alemão, chegou ao Brasil em 1954 para trabalhar em uma grande empresa na cidade do Rio de Janeiro. Seus colegas de trabalho falavam muito sobre as medidas populistas do presidente Getúlio Vargas que, segundo alguns deles, eram benéficas para a classe trabalhadora, enquanto os donos da empresa criticavam essa postura populista do presidente. Ao ouvir tantas críticas, Thomas começou a refletir: o que seria esse tal de populismo e como as medidas populistas impactaram a economia e a população brasileiras?

#### Resolução da situação-problema

Para ajudar Thomas Klauss a compreender o tal populismo e o impacto de tais medidas, lembre-se de que Getúlio Vargas era considerado populista, pois implantava políticas públicas voltadas para as camadas mais pobres da população, o que não agradava muito a elite brasileira, e suas medidas fizeram com que surgisse a classe média e uma grande quantidade de trabalhadores urbanos. Nesse momento, houve bastante insatisfação popular, fazendo com que Vargas tomasse certas medidas, que não agradaram a elite.

## Faça valer a pena

**1.** Em 1951, Getúlio Vargas venceu as eleições com 48,7% dos votos válidos e retornou ao poder após seis anos. Seu governo era considerado populista e foi marcado por importantes iniciativas nas áreas social e econômica. Além disso, suas propostas foram implementadas através do chamado Projeto Nacional.

Com base no exposto, podemos afirmar que o segundo governo Vargas foi baseado na política desenvolvimentista, pois:

- Fortaleceu a indústria de bens de capital.
- Aumentou a importação de insumos.
- Reduziu as exportações de café.

- d) Visava distribuir renda de forma mais justa.
- e) Criou postos de trabalhos no setor de serviços.

**2.** Getúlio Vargas tinha como objetivo principal acabar com os estrangulamentos que atrasavam a continuidade do processo de substituição de importações, iniciado em seu primeiro governo. Para isso, precisava desenvolver o setor de base da economia brasileira.

Para atingir o objetivo proposto, que era desenvolver o setor de base da economia, Vargas ajudou a criar duas empresas estatais. Quais empresas foram criadas nesse período?

- a) Banco do Brasil e BNDES.
- b) CSN e Ponte Rio-Niterói.
- c) Petrobrás e Eletrobrás.
- d) Casa de convenção e Telebrás.
- e) CACEX e CEXIM

**3.** Para que o Projeto Nacional de Getúlio Vargas desse certo e, assim, a indústria de base brasileira se desenvolvesse, era preciso ajuda externa para financiar os projetos de desenvolvimento industrial. Assim, em 1950, após as eleições que deram vitória a Vargas, foi constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU).

Quem financiaria os projetos propostos pela CMBEU?

- a) O Fundo Monetário Internacional.
- b) O Banco Mundial.
- c) O governo alemão.
- d) O banco norte-americano.
- e) O governo brasileiro.



## Seção 3.3

### As conquistas sociais e os "50 anos em 5"

#### Diálogo aberto

Olá, tudo bem? Na seção anterior, estudamos as mudanças no comércio exterior brasileiro nos governos da década de 1950, com foco no segundo governo Getúlio Vargas, que teve início em 1951 e término em 1954, com o suicídio do presidente. Só por esse fato podemos ver quão movimentado econômica e politicamente foram os anos 1950. Porém, esse período foi marcado também pela alteração do eixo dinâmico da nossa economia em função, principalmente, da criação da Instrução 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1953, que instaurou o sistema de taxas múltiplas de câmbio com objetivos de: tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional, desencorajar as importações e proteger a indústria e a Balança Comercial.

Agora, nesta seção, estudaremos as políticas econômicas e sociais do governo Getúlio Vargas, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que alterou toda a estrutura do fator mão de obra, no campo e nas indústrias, e que ainda rege o trabalho no Brasil até os dias atuais. Veremos, também, o famoso Plano de Metas, que transferiu a capital federal para a cidade de Brasília, e impactou em diversas variáveis econômicas, entre elas, a dívida pública. Além disso, entenderemos a crise dos anos 1960 que, definitivamente, mudou todo o contexto político da época. Assim, você pode confirmar que, definitivamente, a década de 1950 foi movimentada economicamente. Mas, como e por qual motivo todas essas mudanças ocorreram?

Para respondermos a esse questionamento, voltaremos à estória da família Ferreira da Silva, mais exatamente do avô Ricardo Ferreira da Silva e seu neto Ricardo Ferreira da Silva Neto, que chamaremos apenas de Neto. Um dia, Neto foi passar as férias na casa do avô e pediu para seu Ricardo contar, novamente, um pouco mais da história da sua vida. Seu Ricardo nasceu nos anos 1930, na roça, e trabalhou em uma fábrica de automóveis na década de 1950. Com o desenrolar do bate-papo entre avô e neto, seu Ricardo contou que sua família se mudou para Brasília, em 1956, quando a nova capital federal estava em construção. Seu Ricardo disse que a cidade era linda e sua construção fez parte do Plano de Metas do presidente JK, mas que deixou uma

dívida muito grande para o governo brasileiro. Ele também contou a Neto que, após a transferência da sede da capital do Brasil, arrumou um emprego como terceirizado no Ministério da Educação e Saúde Pública, como se chamava na época, e que sua vida profissional, em Brasília, era bem diferente de quando trabalhava na fábrica de automóveis, não apenas por ser outro tipo de trabalho, mas também por uma “tal lei” criada no primeiro Governo Vargas, que trouxe, efetivamente, ganhos trabalhistas para todos os trabalhadores brasileiros, alguns anos depois, como afirmou o Seu Ricardo. Essas benfeitorias trabalhistas, inclusive, ajudaram seu Ricardo a juntar dinheiro para ele realizar um de seus sonhos: fazer uma viagem de 10 dias para uma praia de Santos. Nesse momento, Neto perguntou ao seu Seu Ricardo: “vô, de que forma essa ‘tal lei’ (a Lei nº 5.452) te ajudou a guardar dinheiro para fazer essa tão sonhada viagem e quais garantias ela trouxe aos brasileiros, as quais ainda não existiam nos momentos anteriores?”

Para ajudar Neto a entender os direitos trabalhistas conquistados naquela época, é preciso entender a importância das políticas econômicas e sociais do governo Getúlio Vargas. Vamos lá?

### Não pode faltar

O governo Getúlio Vargas foi marcado por políticas econômicas e sociais consideradas de caráter populista, pois eram voltadas para as camadas sociais mais carentes. Nesse sentido, uma ação ocorrida naquela época que merece destaque é a **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**, que ainda rege o trabalho no Brasil até os dias atuais, tendo sido um marco para os trabalhadores do campo e das indústrias.

Mas qual foi o motivo que fez com que o governo Getúlio Vargas criasse a CLT? Como é de seu conhecimento, durante muitos séculos, ou seja, durante praticamente toda a economia agroexportadora, a mão de obra no Brasil era escrava (estudamos bastante isso, você lembra?). Com as políticas voltadas para o fim da escravidão, no final do século XIX, o nosso país recebeu um grande número de imigrantes, principalmente italianos, que começaram a trabalhar nas plantações de café, sem nenhum direito trabalhista. E, para agravar ainda mais a situação, com o surgimento das indústrias no Brasil, muitas pessoas deixaram o campo e passaram a trabalhar nas indústrias. Além disso, mulheres e crianças também trabalhavam, e os trabalhadores não tinham nenhum direito, como férias remuneradas, salário mínimo, carteira de trabalho, entre outros.

Com o crescimento da mão de obra livre, inúmeros conflitos trabalhistas surgiram, principalmente, no meio operário, e legislações foram sendo elaboradas, inclusive com a Constituição de 1934, com o objetivo de regulamentar a relação do trabalho. Porém, o grande passo para essa finalidade foi a elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A CLT foi aprovada e promulgada através do Decreto-lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, durante o primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945), entrando em vigor a partir de 10 de dezembro do mesmo ano. Ela estabeleceu um conjunto de normas/regras que tinham como objetivo proteger todos os trabalhadores, garantindo a eles diversos direitos trabalhistas.

Dentre os direitos do trabalhador garantidos por lei estavam: o salário mínimo, a carteira de trabalho, a jornada de oito horas por dia, as férias remuneradas, **o trabalho noturno, a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o descanso semanal**. Além disso, a CLT regulamentou o trabalho feminino e de menores de idade.

De lá para cá, muitas normas foram alteradas e adequadas à realidade de cada época. Agora, você está convidado a entender cada uma dessas mudanças e como elas impactaram o trabalho no campo e nas indústrias. Vamos vê-las?

Até a década de 1930, a remuneração paga ao trabalhador era definida pelo empregador, não tendo um valor mínimo que deveria ser seguido. Em 1936, foi criado o **salário mínimo** e, em 1938, ele foi regulado. Assim, com a CLT, foi definido, de fato, um valor mínimo que o trabalhador iria receber pela sua mão de obra, sendo que esse salário era fixado por região, de acordo com as necessidades normais da vida de cada área.



### Exemplificando

Nos últimos anos, o Brasil passou a reajustar, anualmente, o salário mínimo. O Ministério do Trabalho, por exemplo, definiu que, a partir de 01/01/2016, o salário mínimo passasse de R\$ 788,00 mensais para R\$ 880,00 por mês, ou seja, houve um reajuste de 11,67%. Em 2016, o salário mínimo no Brasil beneficiava 48 milhões de trabalhadores e aposentados, tanto urbanos quanto rurais. Esse aumento do valor do salário mínimo trouxe um incremento de renda na economia do nosso país de R\$ 51,5 bilhões, em 2016 (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015).

**A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** foi adotada como carteira profissional pela CLT, e foi definido que qualquer pessoa maior de 18 anos, independente de sexo, para exercer qualquer emprego ou prestar serviço em qualquer parte do território nacional, precisava ter carteira de trabalho. Em 1969, foi definido que a Carteira de Trabalho e Previdência Social seria obrigatória, inclusive em empregos de natureza rural e temporária.



### Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a Previdência Social, leia o texto do IPEA. O material está disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/05\\_capt02\\_7e.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_capt02_7e.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2016.

Outras conquistas do trabalhador brasileiro alcançadas nessa época foram: a definição da **jornada de trabalho** de 8 horas diárias, sem computar o tempo de deslocamento de casa ao trabalho (nesse sentido, foi definido que, entre duas jornadas de trabalho, é obrigatório um descanso de 11 horas entre elas, e descanso semanal consecutivo de 24 horas); o **trabalho noturno**, definido para o período das 22 horas às 5 horas do dia seguinte, passou a receber um salário maior do que o salário do período diurno, e a hora noturna é de 52 minutos e 30 segundos; e o direito a **férias remuneradas** a cada 12 meses.



### Pesquise mais

Para conhecer o Decreto-lei que aprovou a CLT, acesse: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 8 dez. 2016.

No entanto, no primeiro governo Vargas, alguns desses benefícios trabalhistas eram reservados apenas aos empregados sindicalizados, e a não universalização dos direitos trabalhistas representava um limite ao pleno exercício da cidadania (ERA, 2016).

Dessa forma, no segundo governo Getúlio Vargas, a questão trabalhista não ficou de lado, muito pelo contrário. Para você ter uma ideia, Vargas ganhou a eleição em 1951 prometendo aumento do salário mínimo e a extensão da legislação trabalhista para os agricultores. Em relação à promessa de Vargas em expandir ainda mais a legislação trabalhista ao campo, esta não ocorreu, pois os proprietários rurais resistiram a essas mudanças até 1960, o que acabou, na prática, excluindo os trabalhadores rurais. Já em termos de salário, o aumento era necessário, pois o custo de vida tinha aumentado consideravelmente nos últimos anos da década de 1940. Assim, João Goulart, que antes de se tornar presidente foi Ministro do Trabalho do segundo governo Vargas, propôs, em fevereiro de 1954, que o salário mínimo dobrasse, passando de 1.200 cruzeiros para 2.400 cruzeiros. Porém, o projeto não foi aprovado pelo Congresso e Goulart foi demitido do cargo. Mas, em 1º de maio de 1954, Vargas anunciou o novo salário mínimo, e as greves, que estavam ocorrendo com frequência, acabaram.

Porém, uma medida que ficou muito marcada durante o segundo governo Vargas, ampliando os direitos trabalhistas dos brasileiros, foi a liberalização dos sindicatos, ou melhor, os sindicatos já existiam, mas o movimento sindicalista ganhou força, tendo durado até 1964, quando aconteceu o golpe militar (estudaremos o golpe na próxima unidade). Ou seja, a organização dos trabalhadores em sindicatos era um dos pilares de sustentação do segundo governo de Getúlio Vargas, cujo objetivo era incorporar ao sistema um grande número de trabalhadores excluídos (ERA, 2016). Assim, os trabalhadores começaram a se articular e a reivindicar que os seus direitos previstos na CLT de 1943 fossem de fato cumpridos (pois, apesar da CLT ter sido aprovada em 1943, suas normas ainda não eram efetivamente cumpridas por todas as empresas empregadoras). Além disso, os trabalhadores puderam reivindicar aumento de salário, e lutaram pela expansão dos seus direitos.



### Pesquise mais

Para entender um pouco melhor a história dos sindicatos do Brasil, do governo Vargas ao golpe militar, leia o artigo *O sindicato brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos*. Ele está disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/21723/19717>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

Como você pôde ver, a CLT trouxe mudanças muito grandes para a economia ao regular o trabalho urbano e, de certa forma, o rural, independente do sexo. Sendo assim, foi uma conquista do trabalhador que dura até os dias de hoje.

Como já discutimos na Seção 3.2, em 1954, Getúlio Vargas se suicidou, e seu vice, Café Filho, assumiu a presidência. Porém, em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente com 35,68% dos votos, menor votação das eleições presidenciais desde 1945, assumindo a presidência em 1956. O grande legado do seu governo foi o Plano de Metas. Vamos a ele?

O **Plano de Metas** foi considerado o auge do período de industrialização brasileira, uma vez que o rápido crescimento do Produto e da industrialização, à época, amenizou os problemas deixados por Café Filho, que discutimos na Seção 3.2. No entanto, é importante observar que a lógica do Plano de Metas foi mais profunda do que o Processo de Substituição de Importações (PSI), já que esse plano tinha como objetivo construir uma estrutura industrial e não somente responder aos estrangulamentos externos gerados (como foi feito ao longo do PSI).

Segundo Gremaud et al. (2011), a racionalidade do plano tinha como base os estudos do grupo BNDE/CEPAL, que identificavam a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis no Brasil. Eles conseguiam enxergar nesse

setor uma importante fonte de crescimento econômico pelos efeitos interindustriais que gerariam sobre a demanda por bens intermediários e por meio da geração de empregos, além de que estimulariam o desenvolvimento de novos setores, principalmente, os fornecedores de matéria-prima para as indústrias de bens de consumo duráveis.

Por exemplo, pela lógica do modelo, ao incentivar o desenvolvimento do setor automobilístico, o setor de autopeças também iria se desenvolver. Com isso, novos empregos eram gerados.

Assim, o Plano de Metas pode ser dividido em três principais pontos, conforme o Quadro 3.1:

Quadro 3.1 | Principais pontos do Plano de Metas

- Investimentos estatais em infraestrutura, ou seja, investimento nos setores de transporte, principalmente rodovias (já que o objetivo era desenvolver o setor automobilístico), e energia elétrica.

- Estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, principalmente, aço, carvão, cimento e zinco.

- Incentivo a introdução dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital (tais como máquinas e equipamentos).

Fonte: adaptado de Gremaud et al. (2011).

Para atingir os pontos do Plano de Metas, alguns instrumentos foram utilizados: os investimentos feitos pelas empresas estatais, o crédito com juros baixos e a longa carência dada pelo Banco do Brasil e pelo BNDE, a política de reserva de mercado e a concessão de empréstimos externos. Para atrair as empresas multinacionais, o governo brasileiro incentivou o capital estrangeiro através da permissão do investimento estrangeiro, sem cobertura cambial, oferecendo isenções fiscais e garantias de mercado.

Nesse sentido, ao ofertar infraestrutura, o plano atacava os pontos de estrangulamento e evitava que novos pontos surgissem. Além disso, alguns setores foram colocados como pontos de germinação, que são setores que, ao receberem investimentos, geram novas demandas, e essas novas demandas geram novos investimentos, e assim o Brasil poderia crescer e se industrializar. A construção de Brasília (nessa época) e a transferência da capital para a nova cidade são exemplos de pontos de germinação.



### Refleta

Quais foram os pontos positivos da construção de Brasília para a economia brasileira?



### Assimile

Pontos de germinação são setores que, ao receberem investimentos, geram novas demandas, e elas geram novos investimentos. Em outras palavras, são áreas (pontos) que conseguem gerar demanda derivada.

As metas estabelecidas pelo Plano foram, na maioria, atingidas, razão pela qual houve um rápido crescimento econômico e mudanças estruturais significativas. A evolução do crescimento dos setores econômicos pode ser vista na Tabela 3.4:

Tabela 3.4 | Taxas de crescimento percentual do Produto nos setores econômicos no Brasil, entre 1955 e 1961

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviço
1955	8,8	11,1	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: Gremaud et al. (2011).

Conforme podemos perceber na Tabela 3.4, a agricultura foi o setor econômico que teve pior desempenho durante o governo Juscelino Kubistchek, chegando, em 1956, a decrescer. Por outro lado, o setor industrial cresceu consideravelmente. Esses fatos estão de acordo com as metas do plano, que tinham como prioridade o crescimento da industrialização.

Para ilustrar as mudanças trazidas pelo Plano de Metas, vamos analisar, no Quadro 3.2, a taxa de crescimento da produção industrial de alguns setores específicos, entre 1955 e 1962, no Brasil.

Quadro 3.2 | Taxa de crescimento da produção industrial brasileira – 1955 a 1962

Setores industriais específicos	Taxa de crescimento – 1955 a 1962
Materiais de transporte	+711%
Materiais elétricos e de comunicações	+417%
Alimentos	+54%
Têxtil	+34%
Bebidas	+15%

Fonte: adaptado de Gremaud et al. (2011).

Analisando o Quadro 3.2, é possível perceber, claramente, a mudança do foco da produção industrial brasileira, que antes era de bens de consumo não duráveis e, no governo JK, passou a ser o setor de bens de consumo duráveis.

Mas será que o Plano de Metas trouxe apenas coisas positivas para o Brasil? A resposta é não! Este não foi um plano que gerou somente impactos positivos na economia brasileira. Os problemas trazidos por ele consistiam na questão do financiamento, pois, com tantos investimentos públicos, sem reforma fiscal (não foram feitas mudanças na estrutura tributária brasileira), os gastos do governo aumentaram muito e, para financiar essas despesas, optou-se pela emissão de moeda. E, como você já deve saber, ao emitir moeda, mais ela circula, o que, conseqüentemente, dá a falsa impressão do aumento do poder aquisitivo, o que faz os preços subirem, gerando inflação. Além disso, também podemos citar como problemas gerados pelo Plano de Metas a deterioração do saldo em Transações Correntes, o crescimento da dívida externa e o aumento da concentração de renda.

Ou seja, com base em nossas discussões, você pode perceber que, apesar de rápidas e profundas transformações na economia brasileira, como a ampliação e a diversificação da matriz industrial brasileira, o Plano de Metas aprofundou diversos problemas econômicos.

Diante desse contexto, o governo Juscelino Kubistchek terminou em 1961, e logo, em 1963, aconteceu uma grande crise econômica no Brasil, a primeira na fase industrial. O cenário econômico brasileiro era o seguinte: queda significativa nos investimentos e na renda e altas taxas de inflação (mais de 90% ao ano, em 1964) herdada do governo anterior (JK), conforme Tabela 3.5:

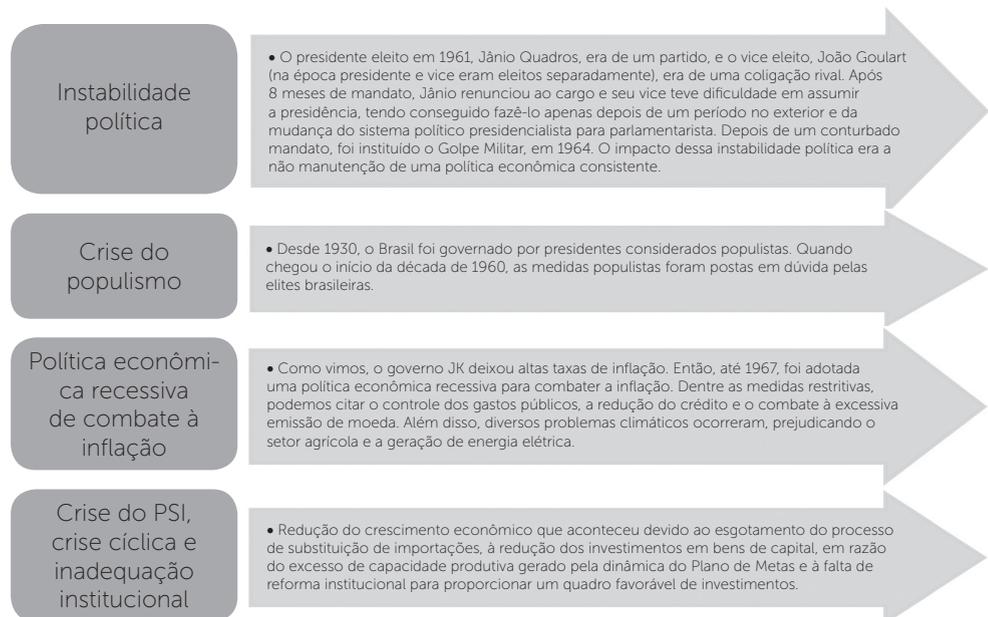
Tabela 3.5 | Situação econômica do Brasil entre 1961 e 1965

Ano	Crescimento do PIB	Crescimento da produção industrial	Taxa de Inflação anual
1961	8,6%	11,1%	33,2%
1962	6,6%	8,1%	49,4%
1963	0,6%	-0,2%	72,8%
1964	3,4%	5,0%	91,8%
1965	2,4%	-4,7%	65,7%

Fonte: adaptada de Abreu (1990).

Como podemos ver na Tabela 3.5, comparativamente aos anos anteriores (Tabela 3.4), o PIB brasileiro aumentou pouco no período, chegando a crescer menos de 1%, em 1963, assim como a produção industrial, que decresceu em 1963 e 1965. Por outro lado, a taxa de inflação quase dobrou de 1961 a 1965. A crise mostrada na Tabela 3.5 é explicada por Gremaud et al. (2011) em quatro grandes grupos, sendo os dois primeiros de caráter político e os dois últimos de caráter estrutural, conforme Quadro 3.3:

Quadro 3.3 | Explicações para a crise dos anos 1960



Fonte: adaptado de Gremaud et al. (2011).



### Refleta

Como a crise da década de 1960 impactou a economia brasileira? Quais resquícios dessa crise permanecem até os dias atuais?

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, você conseguiu compreender o contexto econômico em que a vida de Seu Ricardo está inserida? Espero que sim!

Lembre-se de que o governo Getúlio Vargas implementou políticas econômicas e sociais que alteraram muito a sociedade do nosso país. E entre essas políticas estava a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que regulou o fator de produção trabalho. Assim, a partir de 1943, os trabalhadores rurais e urbanos, homens e mulheres, passaram a ter direitos e deveres estabelecidos pela CLT, o que impactou diretamente a vida de Seu Ricardo, alguns anos depois, ajudando-o a guardar dinheiro para fazer uma viagem a Santos, que ele tanto sonhava.



### Atenção

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, foi um enorme ganho do trabalhador. Essa lei passou por algumas adequações ao longo do tempo, mas, ainda hoje, rege o trabalho no Brasil.

### Avançando na prática

#### Plano de Metas sim, mas e a agricultura?

##### Descrição da situação-problema

João Pedro Santos e Tiago Henrique Santos nasceram em uma fazenda no interior do estado de Minas Gerais, na década de 1920. Apesar de serem irmãos, seguiram caminhos diferentes: João Pedro se mudou para o Rio de Janeiro, em 1948, quando começou a trabalhar no Ministério da Defesa Nacional; enquanto Tiago Henrique (que sempre gostou de plantação) ficou na fazenda para dar continuidade aos negócios do seu pai. Os anos passaram e João Pedro foi transferido para a nova capital federal, mas seu irmão continuou trabalhando na fazenda da família. Com a vida que seu irmão tinha em Brasília, Tiago Henrique queria entender os motivos que levaram sua vida como agricultor se tornar tão difícil com o governo JK.

Um belo dia, os irmãos começaram a discutir sobre o governo JK e surgiu a seguinte dúvida entre eles: como as políticas implementadas pelo presidente JK afetaram a agricultura?

### Resolução da situação-problema

O governo de JK foi marcado pelo chamado Plano de Metas, que era um programa de industrialização e modernização da economia brasileira, que deu continuidade ao Processo de Substituição de Importações. Esse programa tinha três pontos principais, que eram: o investimento em infraestrutura, principalmente energia e transporte; o estímulo à produção de bens intermediários; e o incentivo à introdução dos setores de consumo durável e bens de capital. Como podemos ver, apesar da agricultura não ser um dos objetivos principais do Plano de Metas (o plano não enfatizava o crescimento da agricultura), ela também não era excluída pelo plano. Por esse motivo, Tiago Henrique teve a impressão de que o setor agrícola tinha sido deixado de lado pelo governo JK, mas esse não foi o caso: apenas, diferentemente dos governos anteriores que tinham implantado inúmeras medidas voltadas para a agricultura, o Plano de Metas não implementou medidas, exclusivamente, para o setor.

### Faça valer a pena

**1.** Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por duas vezes: entre 1930 e 1945, e entre 1951 e 1954. Durante esses períodos, ele elaborou políticas econômicas e sociais que marcaram, e muito, seu mandato. Inclusive, uma das políticas sociais feitas no governo dele vigora até hoje, apesar de ter passado por algumas alterações e adequações.

Em relação a uma “criação” voltada para os trabalhadores durante o governo Getúlio Vargas, assinale a alternativa correta.

- a) Criação do Plano de Metas.
- b) Criação do PAEG.
- c) Criação da CLT.
- d) Criação do PSI.
- e) Criação do populismo.

**2.** Uma grande conquista do trabalhador brasileiro aconteceu, em 1943, durante o governo Getúlio Vargas, quando foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A CLT surgiu, dentre outros motivos, em razão dos inúmeros conflitos trabalhistas que aconteciam na época.

Assinale a alternativa correta que diz respeito ao fato que desencadeou os conflitos trabalhistas no Brasil.

- a) Fim do trabalho escravo.
- b) Entrada da mulher no mercado de trabalho.
- c) Início da industrialização.
- d) Término da democracia.
- e) A Revolução de 1930.

**3.** A CLT foi aprovada em primeiro de maio de 1943, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Ela estabeleceu um conjunto de normas/regras que tinham como objetivo proteger o trabalhador rural e urbano, garantindo diversos direitos a eles. Entre os direitos conquistados pelos trabalhadores, podemos destacar:

I – Férias remuneradas.

II- Salário mínimo.

III- Fundo de Garantia.

IV – Jornada de trabalho de 8 horas diárias.

De acordo com os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores com a CLT, quais assertivas estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

# Referências

ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

AZEVEDO, M. V. Relação Brasil - Alemanha (1937-1945): Evolução e Paradoxos. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. 12 p. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276651062\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_-\\_Anpuh\\_2010final.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276651062_ARQUIVO_Artigo_-_Anpuh_2010final.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2016.

MONOGRAFIAS BRASIL ESCOLA. **A Era Vargas e a construção da cidadania**: avanços e recuos da cidadania, cujo recorte temporal abrange o período de 1930 à 1964. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/a-era-vargas-construcao-cidadania.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista? **Texto para Discussão**, Campinas, IE/UNICAMP, n. 161, 2009.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

DUTRA, L. D. CARVALHO, G. L. N. P. de. O papel do Banco do Brasil via CREAL no financiamento do desenvolvimento econômico brasileiro (1937-1952). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 39., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu-Paraná: ANPEC, 2011. 19 p. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/encontro\\_2011.htm#TRABALHOS](http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm#TRABALHOS)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica no Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GREGÓRIO, M. O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos. **Em Debat**: Rev. Dig., Florianópolis, n. 2, p. 57-70, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/21723/19717>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MUNHOZ, D.C. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Revista Brasileira Contemporânea**, n. 1, jan./jun. 1997. 1997. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC\\_1.1\\_03\\_Inflacao\\_brasileira\\_os\\_ensinamentos\\_desde\\_a\\_crise\\_dos\\_anos\\_30.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

RANJEL, L. A. et al. Conquistas, desafios e perspectivas da previdência social no Brasil vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. In: BRASIL. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal**. v. 1, cap. 2. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/05\\_capt02\\_7e.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_capt02_7e.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2016.

RATTENER, H. **As empresas estatais brasileiras e o desenvolvimento tecnológico nacional**. Revista Administração de Empresa, São Paulo, v. 24, n. 2, 1984.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Reajuste: Salário mínimo será de R\$ 880 em 2016**. 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2015/12/reajuste-salario-minimo-sera-de-r-880-em-2016/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SIMONSEN, M. H. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/117187944/Desenvolvimento-Economico-Nali-de-Jesus-complemento>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SOUZA, J. M. de. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson, 2009.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. O pós guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

## O golpe militar e o impacto na economia brasileira

### Convite ao estudo

Olá, aluno. Na unidade anterior, estudamos grandes momentos da história econômica brasileira que alteraram o rumo da nossa economia. Nesse sentido, iniciamos a Unidade 3 discutindo, entre outros temas, os efeitos das políticas cambiais adotadas sobre o modelo de substituição de importações e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Além disso, compreendemos o chamado Projeto Nacional implementado por Getúlio Vargas, que tinha como principal objetivo desenvolver o país e, para isso, era preciso acabar com os estrangulamentos externos.

Ainda sobre o primeiro e segundo governos Vargas, compreendemos a importância das políticas econômicas e sociais enfatizando a Consolidação das Leis Trabalhistas, criada em 1943, que assegurou os direitos dos trabalhadores, tais como as férias remuneradas, o salário mínimo, entre outros. Entendemos, também, o governo Juscelino Kubistchek (JK) e o Plano de Metas implementado para fazer com que o Brasil crescesse, como o próprio presidente defendia, "50 anos em 5". Porém, apesar desse plano ter trazido mudanças estruturais importantes e fundamentais para o processo de industrialização brasileira, ele acarretou em um aumento considerável da dívida pública em função da necessidade de financiamento dos projetos de expansão industrial. E, para finalizar a unidade, falamos sobre a crise dos anos 1960, que trouxe a base para as discussões desta quarta e última unidade, o golpe militar e o impacto dele na economia brasileira.

Para entendermos os assuntos que serão tratados na Unidade 4, teremos a ajuda de Marcelino dos Santos, filho de um grande compositor musical dos anos 1960, estudante de economia, que iniciou seus estudos em 1963, aos 19 anos, e que sempre defendeu a democracia e a liberdade. Marcelino passou parte da sua vida adulta no regime militar brasileiro, vivenciando inúmeros acontecimentos do nosso país, mas sempre teve um sonho: a volta da democracia (tendo lutado durante mais de duas décadas por ela). As

histórias que ele viveu nessa época nos ajudarão a compreender como a economia brasileira se comportou durante alguns anos de governo militar.

Assim, ao longo das três seções desta unidade, iremos relatar os aspectos estruturais e conjunturais decorrentes da instabilidade política e econômica, além de entender os governos Jânio Quadros e João Goulart. Contextualizaremos também o golpe militar e os governos militares, assim como analisaremos o Plano Trienal e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e os impactos do PAEG sobre a inflação e a dívida pública. Além disso, entenderemos o chamado Milagre Econômico e os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Ao estudarmos a década de 1970, não poderemos deixar de relatar a primeira e a segunda Crise do Petróleo e seus impactos sobre a economia brasileira.

Para isso, na primeira seção, entenderemos os governos militares; na Seção 4.2, destacaremos o período do milagre econômico e, por último, compreenderemos o crescimento econômico brasileiro, mas com o aumento da dívida. Assim, teremos como objetivo relatar o período em que o governo militar ficou à frente da presidência do país, mostrando o impacto dele sobre a economia brasileira.

## Seção 4.1

### Os governos militares

#### Diálogo aberto

Marcelino dos Santos, um jovem idealista e empolgado em estudar a economia brasileira, se deparou, no segundo ano de faculdade, com o golpe militar e entrou em desespero, já que sempre defendeu a democracia. O regime militar mudou totalmente a vida de Marcelino, que foi obrigado a se exilar na Argentina por alguns anos, uma vez que seu pai era um famoso compositor que escrevia músicas com letras que criticavam o golpe militar, precisando fugir para outro país, levando toda a sua família junto com ele. Durante os anos que ficou no país vizinho, Marcelino tinha a seguinte dúvida: “o golpe militar surgiu de repente ou diversos fatos econômicos e políticos ocorreram após o término do governo JK, dando origem ao golpe militar e alterando totalmente minha vida e meus sonhos?”

Para ajudar Marcelino dos Santos a compreender os acontecimentos ocorridos na economia brasileira no início dos anos 1960 (e que alteraram totalmente sua vida), é necessário relatar os aspectos estruturais e conjunturais decorrentes da instabilidade política e econômica, assim como entender os curtíssimos governos Jânio Quadros e João Goulart (Jango). Além disso, precisamos contextualizar o golpe e os governos militares e analisar o Plano Trienal do governo Jango.

Vamos estudar?

#### Não pode faltar

Caro aluno, após cinco anos do governo JK (1956 – 1961), a década de 1960 foi iniciada com uma grande instabilidade econômica e política, que durou até 1964 com o golpe militar. Veja a Tabela 4.1 para entender melhor o significado dessa “instabilidade”.

Tabela 4.1 | Variação do PIB e da Inflação no Brasil entre 1961 e 1964

Ano	Variação do PIB	Inflação (IGP-DI)
1961	8,6%	47,8%
1962	6,6%	51,6%
1963	0,6%	79,9%
1964	3,4%	92,1%

Fonte: Souza (2011, p. 208).

Conforme podemos verificar na Tabela 4.1, o crescimento percentual do PIB, durante os curtos governos Jânio Quadros e João Goulart, foi menor a cada ano, passando de 8,6%, em 1961, para 0,6% dois anos depois. Por outro lado, a taxa de inflação anual só aumentou, chegando a 92,1% em 1964. O comportamento dessas variáveis foi explicado por Baer (1996) em função da crise política que o nosso país estava vivendo.

Para entendermos a crise citada por Baer (1996), precisamos analisar o ano de 1960, no qual houve novas eleições presidenciais e os cargos de presidente e vice-presidente foram eleitos separadamente, ou seja, os eleitores davam um voto no candidato a presidente e outro voto era dado para a escolha do vice. Assim, Jânio Quadros e João Goulart se tornaram os novos governantes do Brasil, sendo Jânio o presidente, que assumiu em meio a um cenário crescente de instabilidade econômica e política.

Porém, em seu curto mandato, Quadros, que renunciou em apenas oito meses após a posse, tentou recuperar a estabilidade utilizando, principalmente, a política cambial, através da desvalorização da moeda e da unificação da taxa de câmbio. Nesse caso, os subsídios à importação de bens considerados essenciais, como trigo e petróleo (tema discutido na aula passada), que antes eram concedidos, foram reduzidos consideravelmente. Apesar dessa medida ter aumentado o preço de alguns produtos, como do pão e do transporte público, já que esses bens usam trigo e petróleo, respectivamente, como insumos, ela ajudou o governo a reduzir o déficit orçamentário.

Outras medidas econômicas de Jânio foram restringir o crédito e congelar os salários, o que fez com que a inflação, já em meados de 1961, crescesse em um ritmo menos acelerado. Além disso, Jânio renegociou as obrigações da dívida externa que estavam vencendo e conseguiu empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com base no exposto, Baer (1996) acreditava que o empenho para implementar as reformas estruturais e o esforço para a estabilização econômica foram as principais causas das pressões que parte da sociedade fazia, principalmente a classe média e os militares, para que Jânio renunciasse, o que aconteceu em agosto de 1961. E assim terminou o mandato do então presidente sem a concretização de qualquer política econômica mais consistente (SOUZA, 2011).



### Exemplificando

A partir de 2016, o Brasil passou a discutir os argumentos da chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos. Com essas mudanças, os servidores públicos poderiam ter os salários congelados e até o salário mínimo poderia ficar sem ganhos reais.



### Exemplificando

O congelamento de salários foi um instrumento utilizado, no Brasil, por muitos planos econômicos de combate à inflação, tais como os Planos Cruzado I, Cruzado II, entre outros. Eles visavam à estabilização da economia brasileira (antes do Plano Real, de 1994).

Com a renúncia de Jânio, quem assumiria a presidência do nosso país seria seu vice, João Goulart (apelidado de Jango), mas os militares e parte da sociedade civil queriam impedir a posse dele, pois consideravam Goulart um esquerdista radical. Para tentar amenizar a situação, foi adotado o parlamentarismo como sistema de governo, e Tancredo Neves tornou-se o primeiro-ministro do Brasil.



### Exemplificando

Atualmente, o sistema de governo brasileiro é presidencialista, mas países como Canadá, Alemanha e Portugal adotaram o parlamentarismo como sistema de governo, em que o Poder Executivo é exercido por um primeiro-ministro indicado pelo Legislativo, que é o Parlamento.

Nesse contexto político, João Goulart assumiu a presidência e, para tentar amenizar sua rejeição e ganhar credibilidade junto à sociedade, ele escolheu o banqueiro Walter Moreira Salles como Ministro da Fazenda, que tinha um perfil mais ortodoxo, ou seja, seguia os modelos da economia clássica, defendendo, por exemplo, a não intervenção do Estado na economia. Como resultado, em 1962, tivemos a formulação de um plano de estabilização com medidas consideradas antipopulares, tais como a contenção de gastos, o aumento de impostos e a limitação do crédito público. Porém, Salles, sem conseguir apoio nem mesmo do presidente, pediu demissão.



### Refleta

Será que o parlamentarismo seria a solução para qualquer crise política enfrentada por um país com regime presidencialista?

Em 1963, o presidencialismo retornou como sistema de governo através de um plebiscito, mas Goulart enfrentava: a exigência de rápidos ajustes salariais por parte dos líderes trabalhistas; a insistência dos empresários para evitar restrições ao crédito; a pressão popular para não abandonar o subsídio inflacionário de taxas de câmbio múltiplas aplicadas às importações de petróleo e trigo e, ao mesmo tempo, a pressão de não reajustar as tarifas de serviços públicos e de transporte. Além disso, pressões para que fossem feitas reformas institucionais básicas e políticas nacionalistas frente ao capital estrangeiro tornavam-se cada vez maiores. Crescia também a agitação pelas reformas agrária, tributária e educacional (BAER, 1996).



### Vocabulário

**Plebiscito** é uma consulta à população sobre um determinado tema antes de a lei ser constituída, podendo ser, muitas vezes, confundido com **referendo**, que é uma consulta à população, após a constituição da lei, sendo uma espécie de ratificação.

Em 1993, tivemos, no Brasil, um plebiscito sobre o sistema de governo que seria adotado, no qual a República presidencialista ganhou. Já um referendo ocorreu em 2005, quando a população votou sobre o estatuto do desarmamento.



### Refleta

O artigo *Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart*, dos professores Fonseca e Monteiro, analisa as políticas dos dois governos brasileiros que são consideradas populistas. Ao ler o artigo, sugiro que reflita sobre a seguinte questão: os dois governos citados eram populistas? O que suas políticas tinham em comum? Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402005000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402005000200004)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

Diante desse cenário, em 30 de dezembro de 1962, foi apresentado o chamado Plano Trienal para Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a coordenação do Ministro Extraordinário para assuntos do desenvolvimento econômico, Celso Furtado, que tinha uma formação cepalina, sendo um dos percursores da Cepal no Brasil. Esse plano seria uma resposta à deterioração externa, ou seja, ao aumento da dívida externa, e também uma tentativa de amenizar a aceleração inflacionária.



### Pesquise mais

Para conhecer as origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino em que Celso Furtado era um dos fundadores, leia o artigo de Pedro Cezar Dutra Fonseca, disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402000000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402000000300004)>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Porém, como afirma Abreu (1990), apesar do Plano Trienal ter sido elaborado por um economista de tradição **cepalina** (Celso Furtado), ele diagnosticava a causa da inflação como excesso de demanda via aumento do gasto público, e tinha como solução a correção de preços defasados, a redução do déficit público e o controle da expansão do crédito ao setor privado. Assim, foi estabelecida a meta da inflação como 25% para o ano de 1963 e 7% para o crescimento do PIB, além disso, o déficit público, que estava em 50% da despesa programada, seria reduzido em 60%. Porém, o Plano Trienal não surtiu os efeitos desejados, pelo contrário, e a inflação aumentou em torno de 20% no índice de preços industriais por atacado, em janeiro de 1963.



### Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre o Plano Trienal, leia o artigo de Fábio Pestana. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:wD9TxiC8vtgJ:sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_9310o\\_plano\\_tbienal\\_de\\_desenvolvimento\\_econymico\\_e\\_social\\_do\\_govebno\\_joyo\\_goulabt\\_docx.docx+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:wD9TxiC8vtgJ:sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_9310o_plano_tbienal_de_desenvolvimento_econymico_e_social_do_govebno_joyo_goulabt_docx.docx+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

Já em meados de janeiro de 1963, o governo anunciou o aumento do preço do trigo e dos derivados do petróleo, como gasolina e diesel, em 70% e 100%, respectivamente, e trouxe um aumento nas tarifas de transporte público (esses aumentos foram em função da abolição dos subsídios). Outras medidas implementadas foram o estabelecimento dos limites nominais de expansão de crédito ao setor privado em 35% e o aumento de 24% para 28% no valor dos depósitos compulsórios para os depósitos à vista.

Assim, diante das pressões de certos grupos, como os nacionalistas e os sindicalistas, e do resultado não alcançado pelo Plano Trienal, esse plano foi abandonado no final de 1963. Imeroso no caos econômicos e político, em 1964, estoura o golpe militar e a democracia no Brasil chega ao fim.



### Assimile

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi elaborado em 1962 durante o governo João Goulart, com o objetivo de combater a inflação e os déficits públicos.

Mas como aconteceu o golpe? O golpe militar foi deflagrado na madrugada de 31 de março de 1964 contra o governo João Goulart, que, segundo Gremaud et al. (2011), não mais tentava solucionar os problemas econômicos e políticos, seja por falta de apoio ou por falta de vontade, e no dia 1º de abril daquele mesmo ano, ele viajou de Brasília para o Rio de Janeiro e, na sequência, para Porto Alegre em busca de segurança. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola procurava organizar a resistência ao golpe militar, mas Jango desistiu de um confronto com os golpistas, preferindo se exilar no Uruguai, só retornando ao Brasil em 1976 para ser sepultado.

Com a tomada do poder por parte dos militares, em 02 de abril de 1964, uma junta foi formada, o chamado Comando Supremo da Revolução. A junta era composta por três membros, sendo Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), Augusto Rademaker (Marinha) e Artur da Costa e Silva (Exército), os quais permaneceram no poder por duas semanas.

Já nos primeiros dias após o golpe militar, a repressão contra uma parte da população começou e os grupos considerados de esquerda, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Ligas Camponesas, sofreram forte violência, o que levou milhares de pessoas a serem presas de forma não regular. Além disso, casos de torturas foram comuns, principalmente no Nordeste brasileiro, como o do líder comunitário Gregório Bezerra, que foi amarrado e arrastado por Recife.

Em 9 de abril de 1964, foi editado o Ato Institucional número 1, o chamado **AI-1**, que promoveu grande mudança na legislação brasileira através de onze artigos, entre eles o estabelecimento das eleições indiretas para a Presidência da República; a suspensão por seis meses da Constituição brasileira de 1946; e a suspensão por dez anos dos direitos políticos de todos aqueles que eram considerados ameaças ao regime militar, o que acarretou em um grande número de prisões, cassações e expulsões do país. Em linhas gerais, o AI-1 tinha como objetivo principal justificar os atos que não estavam previstos na Constituição de 1946, além de depor o presidente João Goulart e cassar os mandatos de alguns políticos, como Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.



### Pesquise mais

Para conhecer o texto do Ato Institucional nº 1, acesse o link: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo\\_norma=AI&data=19640409&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AI&data=19640409&link=s)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

O golpe militar foi bem aceito e estimulado, inicialmente, por parte da sociedade (parte dos empresários que não estavam satisfeitos com a conjuntura econômica brasileira; proprietários rurais, parte da Igreja Católica; alguns governadores, como Carlos Lacerda, da antiga Guanabara – hoje, estado do Rio de Janeiro –, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo; a classe média que estava se sentindo ameaçada pela esquerda; e o governo norte-americano, que temia que o Brasil fosse seguir o mesmo caminho de Cuba e virasse socialista).

Pela visão dos militares que assumiram o poder, em 1964, após a Segunda Guerra Mundial, o regime democrático brasileiro não era capaz de deter o que chamaram de ameaça comunista, ou seja, a democracia poderia não barrar no Brasil um possível golpe comunista, como o ocorrido em Cuba e em outros países, na década de 1950. Assim, o Poder Executivo (presidência) nas mãos dos militares daria início à implantação de um regime político autoritário, que privilegiava o poder do Estado em relação às liberdades individuais e favorecia o Poder Executivo ao invés dos poderes Legislativo e Judiciário.

Nessa altura, o presidente do Brasil era **Castelo Branco**, que governou de 1964 até 1967 e lançou o **Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**, com o objetivo de resolver os problemas econômicos através de duas linhas de ação: a política conjuntural de combate à inflação e as reformas estruturais. As ações e impactos do PAEG serão discutidas na próxima seção.

Em dezembro de 1968, sob presidência de **Costa e Silva**, foi promulgado outro ato institucional, o **AI-5**, que representou o fechamento total do sistema político e a implantação da ditadura. Em termos econômicos, o presidente flexibilizou algumas medidas impopulares do governo anterior (de Castelo Branco). Porém, Costa e Silva não conseguiu terminar seu mandato em razão de problemas de saúde, e foi afastado, em 1969, quando a junta governativa de emergência foi formada por três ministros militares: Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha; Aurélio de Lira Tavares, do Exército; e Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica.

O governo de emergência durou de agosto a outubro de 1969, quando o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República até 1974, tendo o mandato mais repressivo da ditadura militar com um grande número de exílios, prisões, torturas e desaparecimento de pessoas. Essa violência se deu por Médici ter um grande aparato de repressão militar e de leis, como o AI-5. Assim, siglas como DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) ficaram conhecidas até os dias atuais. Em termos econômicos, ocorreu o chamado **Milagre Econômico**, que foi um período que o Brasil cresceu consideravelmente em termos produtivos, chegando a um crescimento do PIB de 12% ao ano. Esse tema também será tratado na próxima seção.

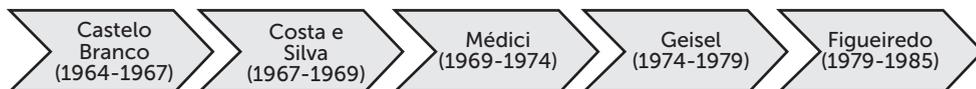
Com o término do governo Médici, o general Ernesto Geisel governou o Brasil de 1974 a 1979, em um período que foi marcado pelas crises do petróleo (a Seção 4.3 discutirá os impactos dessa crise na economia brasileira), quando houve um aumento considerável nos preços do petróleo, que já era a principal fonte energética do nosso país. Além da crise do petróleo, a economia mundial estava em recessão, o que fez com que os investimentos estrangeiros fossem reduzidos no nosso país. Em termos políticos, Geisel enfrentou dificuldades crescentes para a manutenção do regime militar no Brasil, principalmente após a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que conquistou 59% dos votos para o Senado e 48% da Câmara dos Deputados e a maior parte das prefeituras das grandes cidades do país. Em razão desses números, foi iniciado, no Brasil, um processo lento e gradual para a volta à democracia. E o principal marco para esse retorno à liberdade foi a revogação (anulação), em 1978, da AI-5, o que restaurou a organização dos movimentos estudantis e sociais dentro do país.

Em 1979, João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a presidência do Brasil, encerrando o período da ditadura militar em 1985. Figueiredo acelerou o processo de liberalização política e aprovou a **Lei da Anistia**, permitindo que milhares de pessoas que estavam exiladas retornassem ao Brasil, já que concedeu perdão para aquilo que os militares consideravam como crimes políticos. Nesse período, também retornaram os partidos políticos e novos partidos foram surgindo, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), além da denominação de partidos já estabelecidos, como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que passou a ser o Partido Democrático Social (PDS), e o MDB, que virou PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em termos econômicos, a inflação e a recessão aumentaram, prevalecendo durante a “década perdida”, como foi chamada a década de 1980.

Para finalizarmos o período militar, não podemos deixar de discutir o movimento das **Diretas Já**, que ocorreu em 1985, e que defendia as eleições diretas para a escolha do novo presidente da República. Apesar da população ter ido às ruas lutar pelas eleições diretas, o governo resistiu e conseguiu escolher de forma indireta o novo presidente, que foi Tancredo Neves, do PMDB, derrotando Paulo Maluf. Porém, Tancredo ficou doente e faleceu, então, em seu lugar, José Sarney, que era o vice, se tornou o novo presidente e governou nosso país até 1989.

Para entendermos melhor a evolução histórica dos presidentes militares brasileiros, veja a Figura 4.1.

Figura 4.1 | Presidentes militares do Brasil



Fonte: elaborada pela autora.

## Sem medo de errar

Após nossas discussões, esperamos que você tenha conseguido acompanhar os acontecimentos ocorridos durante a década de 1960, pois os fatos ajudarão a explicar as dúvidas de Marcelino. Lembre-se de que o golpe militar eclodiu em 1964, mas a situação política e econômica brasileira era instável desde 1961, quando Jânio Quadros assumiu a Presidência da República e, poucos meses depois, deixou o cargo, fazendo com que João Goulart se tornasse o novo presidente do Brasil. Não podemos nos esquecer também da instabilidade econômica dos primeiros anos da década de 1960, que fizeram com que o golpe militar não tivesse surgido ao acaso.



### Atenção

De 1961 a 1964, tivemos dois presidentes, que foram Jânio Quadros, por oito meses, e João Goulart, por um pouco mais de dois anos.

## Avançando na prática

### Meu pai foi exilado

#### Descrição da situação-problema

Maria Gomes Silva nasceu em 1958, em Brasília, filha de uma dona de casa com um político muito popular, mas considerado de esquerda. Em 1964, com apenas seis anos, viu sua vida mudar totalmente: de criança feliz criada em um ambiente tranquilo, seu pai passou a ser perseguido pelos militares, sendo afastado do cargo. E, para piorar ainda mais a situação, em 1965, ela teve de morar longe do seu amado pai, que foi exilado para o Uruguai. Maria cresceu sem seu pai e, apesar de não lembrar muito do que ocorreu na época, sempre teve uma dúvida: “por que seu pai foi expulso do país e quem fez isso?”

#### Resolução da situação-problema

Em 1964, os militares tomaram o poder, e uma das suas primeiras medidas foi criar o chamado Ato Institucional nº 1, o qual alterou a Constituição brasileira de

1946, inserindo onze artigos nela. Entre eles, suspenderam por dez anos os direitos políticos de todas aquelas pessoas que eram consideradas ameaças ao regime militar, o que acarretou em um grande número de prisões, cassações e expulsões do país. Ou seja, dada essa situação brasileira, o pai de Maria Gomes foi exilado para o Uruguai por ser um político de esquerda, que lutava contra o golpe militar, uma vez que ele era considerado uma ameaça àquele regime.

### Faça valer a pena

**1.** O governo JK tinha como objetivo fazer com que o Brasil crescesse 50 anos em 5, como dizia o slogan do seu governo. Apesar de o Brasil ter crescido e melhorado a sua infraestrutura, ao fim do governo JK, e, portanto, início da década de 1960, a situação econômica brasileira não era das mais favoráveis, com diversos indicadores negativos.

Com base no exposto, leia as assertivas a seguir:

I – A taxa de inflação aumentou entre 1961 e 1964.

II – O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, anualmente, acima dos 5%, em todos os anos do início da década de 1960.

III – JK deixou uma dívida pública grande para Jânio Quadros.

IV – Havia muitos empregos disponíveis em 1962.

Assinale a alternativa que contemple todas as afirmativas corretas.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

**2.** Em 1960, aconteceram as eleições presidenciais no Brasil, e Jânio Quadros foi eleito presidente, com João Goulart como vice-presidente. Apesar de ambos terem sido eleitos, Goulart era considerado de esquerda, e não era muito bem visto pelos militares e parte da sociedade civil, tanto que passou por resistência ao assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros.

Assinale a alternativa que explica corretamente o mecanismo eleitoral do início da década de 1960.

- a) Os cargos de presidente e vice-presidente eram eleitos

separadamente.

- b) Era uma única chapa, sendo, obrigatoriamente, que um candidato fosse de esquerda.
- c) Em caso de empate, como o ocorrido, o candidato de esquerda virava vice-presidente.
- d) A classe alta votava para presidente e a baixa para vice-presidente.
- e) Para haver democracia, o Parlamento fazia a escolha do presidente e o povo votava no vice.

**3.** Após a renúncia de Jânio Quadros e sob forte rejeição, João Goulart assumiu a presidência do Brasil e, para ganhar credibilidade, escolheu um banqueiro como Ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles. Nesse período, um plano de estabilização foi criado, e entre suas medidas estão:

- I – A contenção dos gastos públicos.
- II – O aumento dos impostos.
- III – A redução do crédito público.
- IV – A redução da taxa de juros.

Assinale a alternativa que contemple todas as assertivas corretas:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.



## Seção 4.2

### Milagre econômico: o período glorioso da economia?

#### Diálogo aberto

Olá, aluno. Na seção anterior, estudamos a instabilidade, tanto política quanto econômica, do início dos anos 1960, quando Jânio Quadros assumiu a presidência da República, em 1961, enfrentando inúmeros problemas econômicos, tendo renunciado oito meses após a sua posse. Em seu lugar (e sob forte insatisfação dos militares e de parte da sociedade civil), João Goulart (Jango), considerado um político da extrema esquerda, se tornou o novo governante do Brasil. Goulart elaborou o Plano Trienal para tentar solucionar os problemas econômicos, mas o plano não surtiu o efeito esperado, e foi abandonado logo. Na sequência, em março de 1964, com o apoio de alguns grupos da sociedade brasileira, os militares tomaram o poder, e, durante mais de vinte anos, o nosso país foi governado pelos militares.

Nesta seção, iremos compreender o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que foi o primeiro plano econômico elaborado após o golpe militar. Analisaremos as instituições e os mecanismos de financiamento do crescimento econômico após a implementação do PAEG, e o comportamento da inflação e da dívida pública durante a vigência desse Plano. Para finalizar a seção, entenderemos o período expansivo da economia brasileira, que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, em função das altas taxas de crescimento da nossa economia. Mas como isso tudo ocorreu? Qual foi o impacto real em nosso país?

Para responder a esses questionamentos, voltaremos a Marcelino dos Santos, o nosso estudante de economia, que foi obrigado a se mudar para a Argentina com sua família após o golpe militar, e que, durante o tempo que ficou no país vizinho, refletia sobre as causas do golpe. Assim, em 1971, Marcelino retornou sozinho ao Brasil para terminar a universidade e lutar pela democracia do nosso país. Chegando ao Brasil, Marcelino, que pretendia abrir sua própria empresa, estava com receio do que iria encontrar em termos econômicos no país, mas acabou se surpreendendo com as notícias daquele ano, pois as taxas de crescimento econômico do país estavam altas, e o Brasil atravessava um dos melhores momentos produtivos da sua

história. “Mas como isso aconteceu? O Brasil realmente está em um bom momento para eu abrir minha empresa?”, perguntava-se Marcelino.

Se fôssemos amigos de Marcelino e quiséssemos ajudá-lo a responder a essas dúvidas, seria necessário compreender o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), bem como os seus mecanismos e impactos. Além disso, precisaríamos entender o período que ficou conhecido como Milagre Econômico. Vamos lá?

### Não pode faltar

Com o objetivo de superar a crise econômica que o Brasil enfrentava, o governo Castelo Branco (1964 -1967) lançou o **Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**. Esse plano foi dividido em duas linhas de atuação: **as políticas conjunturais de combate à inflação** e **as reformas estruturais**. Essas políticas tinham os objetivos de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter a inflação, amenizar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e o emprego e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo. Desses objetivos, o combate à inflação era considerado o principal alvo do plano.

Para atingir esses propósitos, era fundamental que reformas institucionais fossem feitas. Dessa necessidade surgiram as duas linhas de atuação do PAEG.



### Assimile

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi criado durante o governo Castelo Branco e tinha como objetivo principal combater a inflação.

Como o principal objetivo do PAEG era o combate à inflação, que chegou a 83,2% no ano de 1963, primeiramente, precisamos compreender o tipo de inflação daquela época, que foi diagnosticada como uma **inflação de demanda**. Ou seja, os preços subiam em razão do excesso de demanda, o que, como explicavam os militares, ocorreu em virtude das medidas populistas dos governos anteriores, principalmente em termos de política salarial, da tendência do déficit público e da expansão do crédito. Para combater o excesso de demanda e, conseqüentemente, solucionar os problemas que causavam a inflação, o PAEG definiu algumas metas: redução do déficit público, restrição ao crédito e política salarial.

Para **reduzir o déficit público**, houve uma redução dos gastos públicos e uma ampliação das receitas (para essa ampliação de receita, foi feita uma reforma tributária e foi trazido um aumento das tarifas públicas, que foi chamada de inflação corretiva). O impacto dessa medida foi a redução do déficit público de 4,2% do PIB, em 1963, para 1,1% em 1966 (GREMAUD et al., 2011).



### Exemplificando

No mês de novembro de 2016, as contas públicas brasileiras tiveram um rombo de R\$ 39,1 bilhões. Se analisarmos o acumulado do ano de 2016, de janeiro a novembro, incluindo os governos federal, estadual e municipal, além das empresas estatais, o déficit público brasileiro acumulou R\$ 85,1 bilhões. Essas informações estão disponíveis em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/contas-publicas-registram-deficit-de-r-391-bilhoes-em-novembro-diz-bc.ghtml>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Para **restringir o crédito**, os juros reais da economia e, conseqüentemente, o passivo das empresas aumentaram. Com isso, diversas empresas faliram e houve uma onda de fusões e aquisições. As pequenas e médias empresas dos setores de vestuário, alimentação e construção civil foram as que mais sofreram com essas medidas. Nesse sentido, Gremaud et al. (2011) afirmam que a "limpeza do terreno" e a geração da capacidade ociosa decorrente das falências e fusões de diversas empresas foram essenciais para a futura retomada do crescimento econômico.

Com relação à **política salarial**, a taxa de desemprego foi considerada baixa, por volta de 4% e, para conter os altos salários (de acordo com a curva de Phillips, o desemprego baixo traz salários maiores, e vice-versa), foi lançada a Circular 10 de 1965, na qual eram decididos os reajustes de salários. O impacto dessa política salarial foi a redução da taxa de inflação de 91,8%, em 1964, para 22%, em 1968, já que o salário real decaiu (no entanto, o crescimento econômico retraiu no mesmo período).



### Vocabulário

A Curva de Phillips procura resolver a dicotomia entre inflação e desemprego, assim, Phillips, através da curva de mesmo nome, defende que existe uma relação inversa, um *trade-off* entre inflação e desemprego. Considerando que o nível de Produto está relacionado ao nível de emprego e a inflação corresponde a um aumento nos preços, a Curva de Phillips mostra que, quando o Produto aumenta, há uma redução da taxa de desemprego (para se produzir mais, contrata-se mais funcionários) e um aumento na inflação (com menos desemprego, o poder de barganha dos funcionários por salários maiores é ampliado), e vice-versa (com desemprego alto, o poder de barganha dos funcionários é muito pequeno – pois outras pessoas aceitariam trabalhar por salários até menores do que aqueles pagos na economia –, ou seja, os salários médios nessa economia são menores, o que ajuda na diminuição da inflação).



## Circular nº 10, de 1965

“Aos Estabelecimentos Bancários, conforme previsto na cláusula IX do anexo à Resolução nº 4, de 21.7.65, os estabelecimentos bancários autorizados a participar de convênios com os Institutos de Aposentadoria e Pensões estão obrigados a enviar a este Banco Central, mensalmente, extratos das contas de arrecadação e pagamentos, para efeito de fiscalização. Com o objetivo de melhor controlar a execução dos serviços de que se trata, esclarecemos que os referidos extratos deverão ser encaminhados diretamente a nossas Delegacias Regionais, pelas agências bancárias localizadas nas respectivas zonas de jurisdição.” (BRASIL, 1965, s.p.)

É importante observar que, independente da causa da inflação, os governos militares implementaram uma forma de lidar com esse aumento de preços, considerando dois aspectos básicos, que são: **a inflação é um mal inevitável** para o desenvolvimento econômico, por isso, o país deve aprender a conviver com ela (a partir dessa concepção surge a noção de correção monetária ou indexação dos valores à inflação); e o **combate à inflação deve ser feito de forma gradual**, ou seja, é preciso controlar a aceleração inflacionária e não dar a ela um tratamento de choque.

Mas, qual foi o impacto dessas medidas sobre a inflação? Para responder a essa pergunta, vamos analisar a Tabela 4.2.

Tabela 4.2 | Produção e inflação: 1964-1968

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da produção industrial (%)	Taxa de Inflação (IGP-DI) (%)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: adaptada de Abreu (1990).

Como podemos ver na Tabela 4.2, a taxa de inflação anual do país reduziu entre 1964 e 1968, enquanto que o crescimento do PIB e da produção industrial oscilou: nos anos ímpares, ela foi reduzida, em relação ao ano anterior, enquanto nos anos pares, aumentou.

Agora outro problema poderia surgir com a inflação mais baixa: a taxa de crescimento da economia. Assim, para fazer com que o país voltasse a crescer e a

aprender a conviver com uma taxa de inflação moderada (como já discutimos, para o governo militar, a inflação é um mal inevitável para o desenvolvimento econômico e o país precisa aprender a conviver com ela), algumas reformas estruturais foram feitas:

**I. Reforma tributária** – os principais elementos da reforma tributária foram: a introdução da correção monetária visando reduzir as distorções geradas pela inflação; transformação dos impostos do tipo cascata em impostos do tipo valor adicionado; criação de novos impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto sobre Serviços (ISS); redistribuição do espaço tributário entre as três esferas do governo (federal, estadual e municipal); criação de fundos de transferência intergovernamental; e centralização das decisões tributárias no governo federal. Como consequências da reforma tributária, podemos citar o aumento da arrecadação e a centralização da arrecadação e das decisões tributárias na União.



### Vocabulário

Existem dois tipos principais de tributação: o tributo **tipo cascata** e o tributo do **tipo valor adicionado**. O tipo cascata é aquele no qual o tributo incide sobre produtos/insumos que já foram tributados anteriormente, ou seja, em etapa da produção e comercialização. Por exemplo, 19% do valor do pão francês é de imposto, mas a farinha utilizada para a fabricação do produto também já tinha sido tributada, e assim sucessivamente. Já o tributo tipo valor adicionado é um tributo não acumulativo, ou seja, o imposto não incide sobre o imposto pago na etapa anterior.

**II. Reforma monetária (financeira)** – o objetivo dessa reforma era criar condições para que a política monetária fosse conduzida de forma independente. Para isso, quatro grupos de medidas foram tomadas, de acordo com Gremaud et al. (2011):

a) Instituição da correção monetária e criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Isso fez com que as taxas de juros reais positivas estimulassem a poupança e ampliassem a capacidade de financiamento da economia, tendo sido desenvolvido o mercado de títulos. Assim, a criação das ORTNs, cujas alterações dos valores determinariam o índice de correção monetária, tinha como objetivos: dar credibilidade a todo o sistema monetário, já que corrigiria os preços e ofertaria uma taxa de juros real positiva; viabilizar o desenvolvimento de um mercado de títulos públicos e, com isso, fornecer instrumentos de financiamento não inflacionários do déficit público; e possibilitar as operações de mercado aberto, com foco no controle monetário (a operação de mercado aberto é a compra e venda de títulos, assim, o governo controla a quantidade de moeda em circulação e a taxa de juros da economia. No caso, o governo vendia os títulos públicos e, dessa forma reduzia a quantidade de moeda em circulação).

b) Criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (Bacen). O CMN passou a ser o órgão normativo da política monetária, e o Bacen passou a ser o executor da política monetária e o agente fiscalizador do sistema financeiro. Com isso, a política monetária poderia ser conduzida de forma independente e o CMN substituiria a Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) e seria o órgão normativo da política monetária, definindo regras e metas a serem atingidas, enquanto o Bacen seria o executor de tais políticas monetárias.

c) Criações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), que tinham como objetivo eliminar o déficit habitacional existente. Como causa desse déficit de moradias, foi apontada a falta de financiamento para o setor imobiliário e, para solucionar essa deficiência, criaram-se linhas de recursos e agentes específicos para o segmento.

d) Reforma do mercado de capitais. Definiu-se as regras de atuação dos agentes financeiros, tendo como base o quadro institucional americano. Assim, os bancos comerciais deveriam operar no crédito de curto prazo; as financeiras eram os agentes de crédito ao consumidor; e os bancos de investimentos (que foram criados na reforma), ofereceriam crédito de médio e longo prazos e incentivariam as operações do mercado de capitais.

**III. Reforma da política externa** – essa reforma tinha como objetivo estimular o desenvolvimento econômico, evitando pressões sobre o Balanço de Pagamentos e, assim, eliminar as distorções criadas pelo Processo de Substituição de Importações (PSI). Para atingir esse objetivo, foram definidas duas linhas de atuação: **melhorar o comércio externo** (mediante a estimulação e a diversificação das exportações, via incentivos fiscais e modernização dos órgãos públicos ligados ao comércio exterior, como a CACEX; e a adoção do sistema de minidesvalorização cambial, a partir de 1968, para as importações, ou seja, conforme a inflação doméstica aumentava, a taxa de câmbio era desvalorizada, de forma a refletir o diferencial entre a inflação doméstica e a internacional); e **atrair capital estrangeiro**, reaproximando o Brasil dos Estados Unidos através da Aliança para o Progresso, e a renegociação da dívida externa. Além disso, foram criadas a Lei nº 4.131, que dava acesso direto às empresas ao sistema financeiro internacional, e a Resolução nº 63, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimentos para repasse interno.



### Pesquise mais

O artigo *O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo*, do professor Eduardo F. Bastian, analisa as políticas curto prazo propostas pelo Plano Trienal e pelo PAEG. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612013000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612013000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 jan. 2017.

Após essas reformas estruturais do PAEG, que alteraram todo o quadro institucional brasileiro, o período compreendido entre 1968 e 1973 foi marcado pelas maiores taxas de crescimento do Produto Nacional brasileiro do século XX, em conjunto com relativa estabilidade de preços. Esse período ficou conhecido como **Milagre Econômico**, quando a taxa média de crescimento da economia foi acima de 9% ao ano, com taxa de inflação entre 15% e 20% ao ano, conforme Tabela 4.3.

Tabela 4.3 | Taxas percentuais de crescimento econômico do Brasil entre 1968 e 1973

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1968	9,8	14,2	1,4	9,9
1969	9,5	11,2	6,0	9,5
1970	10,4	11,9	5,6	10,5
1971	11,3	11,9	10,2	11,5
1972	12,1	14,0	4,0	12,1
1973	14,0	16,6	0,0	13,4

Fonte: Gremaud et al. (2011, p. 399).

Como podemos ver na Tabela 4.3, o crescimento anual do PIB brasileiro aumentou de 9,8%, em 1968, para 14%, em 1973, e o principal responsável por esse crescimento foi o setor industrial, já que as reformas estruturais que foram feitas pelo PAEG e a recessão econômica do período anterior geraram capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda. Além disso, a economia mundial cresceu consideravelmente, o que aumentou a liquidez, facilitando o crédito e a melhoria no comércio internacional brasileiro.



### Refleta

Como a economia cresceu tanto nesse período sem que a inflação também fosse ampliada? Para compreender melhor a curva de Phillips e os motivos que, às vezes, seus pressupostos não se aplicam, leia o artigo *Uma avaliação crítica das estimativas da curva de Phillips no Brasil*, disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11739/8460>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

Ao final do PAEG e início do **Milagre Econômico**, o diagnóstico da inflação mudou. Antes o excesso de demanda era considerado a variável responsável pelas altas taxas de inflação; naquele momento, no entanto, os custos é que foram definidos como o principal determinante da ampliação persistente e generalizada de preços, pois os militares consideravam os salários altos. Com a alteração da causa da inflação, as políticas de contenção da demanda (monetária, creditícia e fiscal) ficaram mais frouxas, o que contribuiu para o crescimento econômico. Somente a política salarial continuou restritiva, pois era considerada um elemento crucial para a redução dos custos de produção (é importante observar que o salário é considerado um elemento impactante tanto na inflação de custos como na inflação de demanda,

pois, com salários mais altos, as pessoas demandam mais, o que faz com que o preço aumente). Em 1968, foi criado o Conselho Interministerial de Preços (CIP) para controlar o aumento da inflação.



### Pesquise mais

O artigo de Veloso, Villela e Giambiagi (2008) procura quantificar a importância de possíveis determinantes do "Milagre Econômico" brasileiro, através da metodologia de regressão de crescimento com dados de painel. Os autores trazem uma visão bem interessante sobre o tema. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402008000200006&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402008000200006&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 16 jan. 2017

A retomada do crescimento econômico, por sua vez, deveria ser feita via investimentos em setores diversificados. Assim, os principais resultados do período Milagre Econômico, segundo Gremaud et al. (2011), foram:

I. A retomada do investimento público em infraestrutura, já que o setor público se recuperou, após a reforma fiscal e a utilização de mecanismos para endividamento interno.

II. Aumento do investimento das empresas estatais, como Petrobrás e Vale do Rio Doce (atual Vale), e criação de 231 novas empresas públicas, tais como EMBRAER, Correios, Embrapa, entre outras, o que aumentou a dívida externa, já que esses investimentos foram feitos via empréstimos estrangeiros.

III. Aumento da demanda por bens duráveis, em função da expansão do crédito ao consumidor, o que fez com que as famílias se endividassem.

IV. Com a expansão do crédito imobiliário, houve crescimento médio de 15% ao ano do setor de construção civil.

V. Com o crescimento do comércio mundial e da melhora nos termos de troca, houve aumento das exportações (é importante observar que os termos de troca melhoraram em função do Brasil produzir e exportar bens industrializados, que tem um valor agregado maior, e não somente commodities, como nos períodos anteriores).

VI. Os setores de bens de consumo leve e agrícola apresentaram desempenhos modestos. O moderado crescimento desses setores foi em função do aumento da massa salarial (causada pelo aumento no número de empregos), o que fez com que aumentasse a demanda, principalmente, por produtos industrializados e bens de consumo duráveis.

VII. Aumento médio de 18,1% ao ano no setor de bens de capital. O crescimento desse setor pode ser dividido em duas fases: na primeira, até 1970, o crescimento

foi baixo devido à capacidade ociosa já existente na economia brasileira e não na criação/ampliação da capacidade já instalada, mas, conforme a capacidade produtiva era ocupada, havia aumento na formação bruta do capital fixo causado pela ampliação da demanda por bens de capital, que foi observado entre 1971 e 1973, a chamada segunda fase.

VIII. Aumento médio de 13,5% ao ano no crescimento do setor produtor de bens intermediários.

IX. Elevada participação do Estado no controle dos preços da economia, como salários, câmbio, juros e tarifas, e nas decisões de investimentos.

XI. Aumento significativo na concentração de renda. A política do governo militar ficou conhecida como **teoria do bolo**, que defendia que, primeiro, o país deveria crescer e, somente depois desse crescimento, os benefícios, que podemos englobar como aumento da renda, seriam repartidos entre todas as pessoas (assim como um bolo, que primeiro cresce e cujos pedaços são cortados por nós depois).

Resumindo, o período conhecido como Milagre Econômico durou um pouco mais de cinco anos, terminando com o primeiro choque do petróleo (discutiremos esse tema na Seção 4.3), em 1973, e a economia brasileira cresceu a taxas médias consideradas altas, e a nossa infraestrutura melhorou. A taxa de inflação ficou entre 15% e 20% ao ano, e houve aumento da dívida externa, já que o desenvolvimento brasileiro foi financiado com empréstimos estrangeiros. Outro ponto negativo foi o aumento da concentração de renda, o que, em outras palavras, significa que o Brasil cresceu, mas o resultado desse crescimento foi parar nas mãos de poucas pessoas, e não da população como um todo.



### Refleta

Relacionando as reformas institucionais feitas pelo PAEG e o período do Milagre Econômico, podemos afirmar que a retomada do crescimento econômico, no início da década de 1970, aconteceu em função das reformas e da recessão do período anterior?

### Sem medo de errar

Após nossas discussões, esperamos que você tenha conseguido compreender o impacto do Plano de Ações Econômica do Governo (PAEG) na economia brasileira e o período que ficou conhecido como Milagre Econômico, pois as medidas apresentadas ajudarão a responder ao questionamento de Marcelino.

Lembre-se de que, quando os militares tomaram o poder, a situação econômica brasileira era instável, com altas taxas de inflação, baixo crescimento econômico,

além da dívida pública que só aumentava. Para tentar amenizar tais problemas, foi lançado o PAEG, que não conseguiu acabar com a inflação, mas que, ao implementar reformas estruturais (tributária, monetária e externa), conseguiu fazer com que a economia do nosso país crescesse e, momentaneamente, se tornasse promissora. Isso foi possível porque a inflação estava controlada e o governo pôde afrouxar as políticas econômicas que favoreceram o intenso crescimento produtivo do período seguinte (Milagre Econômico). Assim, no período compreendido entre 1968 e 1973, a economia brasileira estava próspera, crescia a uma taxa média de 10% ao ano e o mercado consumidor aumentava. Portanto, o crescimento econômico foi um resultado das políticas implementadas anteriormente e a perspectiva para os anos seguintes também eram promissoras.



### Atenção

O Milagre Econômico durou de 1968 a 1973 e foi um período em que a economia brasileira apresentou taxa média de crescimento de mais de 10% a.a.

## Avançando na prática

### Meu salário reduziu!

#### Descrição da situação-problema

Carlos Eduardo trabalhava há muitos anos em uma empresa de médio porte no Rio de Janeiro, que produzia alimentos, e recebia um salário considerado alto. Em 1966, dois anos após o golpe militar, a empresa Alimentos Cariocas, empresa que Cadu, como era chamado pelos amigos e familiares, trabalhava, foi comprada por uma multinacional norte-americana, e seu salário real foi reduzido drasticamente. Cadu não se conformava com aquela situação e indagou a sua esposa: “Não consigo entender, meu salário sempre foi alto e, depois que os militares tomaram o poder, minha empresa foi comprada e meu salário reduziu. Será que existe alguma relação entre a política do governo e meu salário?”

#### Resolução da situação-problema

Em 1964, foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que elaborou inúmeras medidas. Entre elas, estava a restrição do crédito, que fez com que várias empresas falissem, gerando uma onda de fusões e aquisições, como a que aconteceu com a empresa Alimentos Cariocas. Além disso, o governo lançou

uma Política Salarial (os salários estavam altos, já que a taxa de desemprego era baixa) para conter esse ambiente de pagamento de altos salários, com a Circular 10, de 1965, na qual eram decididos os reajustes de salários, e o salário de Cadu não foi reajustado.

### Faça valer a pena

**1.** O primeiro plano econômico lançado pelos militares foi o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), em 1964. Ele tinha como objetivo geral superar a crise econômica que estava instaurada no Brasil desde o começo da década de 1960. Para isso, o PAEG tinha duas linhas de ação.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as linhas de ação do PAEG:

- a) Políticas institucionais de combate à inflação e reformas ministeriais.
- b) Políticas conjunturais de combate à inflação e reformas estruturais.
- c) Políticas estruturais e reformas conjunturais.
- d) Políticas inflacionárias e reformas institucionais.
- e) Políticas internacionais e reformas políticas.

**2.** Em 1964, no governo Castelo Branco, foi lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha diversos objetivos, todos focados na superação da crise econômica que estava presente na economia brasileira há muitos anos. Apesar de seguir inúmeros objetivos, um era considerado o principal.

Assinale a alternativa correta que apresenta o principal objetivo do PAEG:

- a) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico.
- b) Amenizar os desequilíbrios setoriais e regionais.
- c) Aumentar o investimento e o emprego.
- d) Conter a aceleração inflacionária.
- e) Corrigir os desequilíbrios externos.

**3.** Um dos objetivos do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) era combater a inflação, apesar de o governo militar defender que era preciso conviver com ela, mas que era importante conter a aceleração inflacionária. Para que isso fosse possível, era fundamental encontrar a causa da inflação.

No momento em que o PAEG foi lançado, o que era apontado como a causa da inflação?

- a) O excesso de demanda.
- b) O excesso de custo.
- c) A falta de oferta.
- d) O reajuste antecipado dos preços (inflação inercial).
- e) Não foi encontrada a causa da inflação naquele momento.

## Seção 4.3

### Crescimento econômico com endividamento

#### Diálogo aberto

Olá! Na seção anterior, estudamos o primeiro plano econômico do governo militar, que foi elaborado em 1964, por Castelo Branco, e foi batizado de Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), tendo como objetivo geral superar a crise econômica que estava presente na economia brasileira desde o início dos anos 1960. Para atingir o objetivo, o PAEG foi dividido em duas linhas de ação: as políticas conjunturais de combate à inflação e as reformas estruturais.

A década de 1970 iniciou com o período que ficou conhecido como Milagre Econômico, em que a economia brasileira apresentou taxa média de crescimento econômico de 10% a.a., entre 1968 e 1973 (SOUZA, 2009). Apesar disso, ela não foi uma década estável, economicamente falando, pois logo, em 1973, aconteceu o choque do petróleo, que fez o preço do barril desse commodity subir muito, tendo sido também rompido o acordo mundial que procurava estabilizar as taxas de câmbio internacionais, e o mundo, é claro, reagiu a esses acontecimentos. Então, o governo militar lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e quando a economia estava quase se recuperando, aconteceu o segundo choque do petróleo que, novamente, impactou o mundo inteiro, inclusive a economia brasileira. Mas qual foi esse impacto? Por que lançar um novo plano?

Para responder a essas perguntas, voltaremos a Marcelino dos Santos, que após retornar ao Brasil, se formou em Economia, em 1972, e abriu sua própria empresa no ramo logístico. A empresa se chamava Logchega, e se especializou, inicialmente, no transporte de produtos primários do interior do Brasil aos portos. Os negócios iam muito bem, já que o Brasil se tornou um país próspero e mantinha altas taxas de crescimento econômico, até que, a partir de 1973, os custos da empresa de Marcelino aumentaram muito, reduzindo o seu lucro. Marcelino, então, passou a querer compreender os seguintes questionamentos: por qual motivo seus custos aumentaram tanto de uma hora para outra? Quais medidas o governo tomou para que o Brasil continuasse a crescer e como elas impactaram os negócios da Logchega?

Para ajudá-lo a responder a esses questionamentos, é preciso analisar e entender o primeiro e o segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PNDs), além de descrever as duas crises do petróleo, e como elas impactaram a economia brasileira.

Bons estudos.

## Não pode faltar

Começamos a década de 1970 com o rápido crescimento da economia brasileira, o que acabou gerando alguns desequilíbrios que impactaram na taxa de inflação e na Balança Comercial do país. Ao final do Milagre Econômico, em 1973, a taxa de inflação era de 15% ao ano; em meados da mesma década, a inflação subiu para 40% ao ano e, em 1979, já estava em 77,2% ao ano (GREMAUD et al., 2011). Para piorar a situação, segundo Baer (1996), em novembro de 1973, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicaram o preço do barril do petróleo, desencadeando, assim, o chamado **primeiro choque do petróleo**. Não esqueça que, já naquela época, o petróleo era um insumo fundamental para a produção, e com o aumento do preço do barril do produto, os custos ficaram mais altos e o mundo entrou em crise.



### Exemplificando

A energia elétrica, assim como o petróleo, é um bem essencial à produção, e o aumento do seu preço reflete em toda a economia. Em 2015, o preço médio da energia elétrica no Brasil teve um aumento aproximado de 50% em todo o país, o que impactou na taxa de inflação. Individualmente, o aumento no valor da energia elétrica contribuiu 0,23 pontos percentuais no Índice de Preços do Consumidor Amplo, de fevereiro de 2015 (VALOR ONLINE, 2015).

O aumento do preço do petróleo impactou muito o nosso país, já que o Brasil importava 80% do petróleo que era consumido, o que gerou um aumento de US\$ 6,2 bilhões, em 1973, para US\$ 12,6 bilhões, em 1974, na conta total de importações; conseqüentemente, o saldo comercial (exportação menos importação) passou de superávit, em 1973, para déficit de US\$ 4,7 bilhões, em 1974, e a Conta Corrente do nosso Balanço de Pagamentos também foi deficitária em R\$ 7,1 bilhões (BAER, 1996).

Mas não foi apenas o aumento do preço do barril do petróleo que impactou o Balanço de Pagamentos brasileiro. Lembre-se de que o valor das importações aumentou em razão da elevação do preço do petróleo e, também, em virtude dos

bens de capital e insumos básicos (que eram importados) necessários para manter a produção que foi iniciada durante o Milagre Econômico. Com todo esse déficit, era preciso efetuar pagamentos em moeda estrangeira, para isso, o governo brasileiro precisou utilizar as reservas internacionais.



### Pesquise mais

Para ter uma visão um pouco diferente da crise do petróleo, com ênfase nas relações diplomáticas entre o governo Médici e o Oriente Médio, leia o artigo *O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática*, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

Nessa situação, com os preços do barril de petróleo altos, o Brasil tinha duas opções, segundo Baer (1996): reduzir o crescimento econômico, com o objetivo de diminuir a conta de importações; ou elevar as taxas contínuas de crescimento, o que implicaria um declínio nas reservas cambiais e/ou aumentaria a dívida externa. Em outras palavras, dada a situação econômica, em 1974, começou a se discutir o que fazer para solucionar os problemas conjunturais existentes na economia brasileira. A discussão se situou na dicotomia entre **ajustamento** ou **financiamento**. Vamos ver o que significava, nesse contexto, cada um dos termos?

O **ajustamento** significava conter a demanda interna e evitar que o choque externo impactasse em altas taxas de inflação permanentes, para, assim, corrigir o desequilíbrio externo. Já o **financiamento** iria manter o crescimento elevado e fazer um ajuste gradual dos preços relativos, partindo-se do princípio, nesse caso, de que a crise seria pequena e rápida.

Assim, após analisar essas duas opções, o então Ministro Mário Henrique Simonsen sinalizou a opção pelo ajustamento, controlando a demanda via controle da liquidez, ou, em outras palavras, a demanda foi controlada pela redução da quantidade de moeda em circulação na economia e, conseqüentemente, pela ampliação da taxa de juros, o que dificultou o crédito. Porém, como se instaurou uma crise financeira internacional e houve aumento da assistência à liquidez, a opção pelo ajustamento não pode ser levada adiante. Em outras palavras, não foi feita a opção pela manutenção do ajustamento devido à crise financeira detonada pela quebra do Banco Halles (um importante banco da época, no Brasil), o que fez com que os bancos demandassem moeda para conseguir se recuperar (daí que vem o termo “aumento da assistência à liquidez”).

Além disso, em 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência se deparando com o término de um período com altas taxas de crescimento econômico e com a piora

na distribuição de renda, já que, com o crescimento econômico, a renda aumentou, mas ficou concentrada nas mãos de poucas pessoas, não sendo dividida entre toda a população. Para agravar ainda mais a situação, o Banco Mundial apontou o Brasil como um dos países em desenvolvimento que pouco se empenhava em “dividir o bolo”, como os militares falaram, ou seja, repartir para a população em geral os benefícios do crescimento econômico. Assim, o aumento da insatisfação ao Regime Militar fez com que o governo desistisse de conter a demanda e resolvesse, em 1974, lançar o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)**.

Antes de falarmos do II PND, você deve estar pensando: “se era o segundo, como foi o I PND?” O **I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)**, que durou de 1972 a 1974, foi lançado durante o governo Médici (1969 a 1974), tendo o objetivo de inserir o Brasil entre as nações mais desenvolvidas do mundo em um período curto de uma geração (aproximadamente, dez anos). Para atingir o objetivo, seria necessário dobrar a renda per capita do país até 1980, e elevar para uma base anual entre 8% e 10% o crescimento do Produto Interno Bruto até 1974. Para Médici, ao fortalecer a economia, haveria expansão no número de emprego em 3,2%, em 1974, e a taxa de inflação seria reduzida (GREMAUD et al., 2011). Porém, não houve nenhum impacto real do I PND, tanto que o Plano foi abandonado.

Já o II PND, que foi lançado em 1975, tinha como principais objetivos elevar a renda per capita a mais de mil dólares e fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ultrapassasse cem bilhões de dólares em 1977. Assim, a meta básica era, para o período de 1975 a 1979, ajustar a economia nacional tanto para a situação da limitação/escassez de petróleo como ao novo estágio da evolução industrial. Para atingir a meta, foi dada ênfase às indústrias básicas, principalmente, aos setores de bens de capital e da chamada eletrônica pesada (máquinas e equipamentos eletrônicos, com alta tecnologia). E por que esses setores foram escolhidos? Porque o objetivo era substituir as importações e, claro, passar a exportar outros produtos, e não somente produtos primários.



### Assimile

O II Plano de Desenvolvimento Nacional tinha como objetivos principais aumentar a renda per capita e fazer com que a economia brasileira voltasse a crescer.

A previsão de Geisel (1974 - 1979) era consolidar a indústria moderna brasileira e fazer com que ela se tornasse competitiva até 1980. Essa economia moderna teria núcleos básicos no eixo Centro-Sul, o que exigiria investimentos na indústria de base, no desenvolvimento científico e tecnológico e na infraestrutura, como o setor de energia elétrica. Além disso, estava prevista uma política de integração nacional com base no programa de aplicação dos recursos na região Nordeste, e a ocupação

produtiva da região Amazônica e da região Centro-Oeste, o que seria feito através de programas agropecuários e agrominerais

Falamos, até agora, apenas sobre o lado econômico, mas o II PND também previa o desenvolvimento social, com uma política de emprego feita em conjunto com uma política salarial, o que permitiria a criação de um novo mercado consumidor. Para atingir esse objetivo social, era necessário qualificar a mão de obra, o que seria feito através da educação, treinamento profissional, programas de saúde e saneamento básico.

Resumindo, a estrutura produtiva brasileira seria alterada para, no longo prazo, reduzir a necessidade de importações e aumentar as exportações. Porém, até isso ser alcançado, seria necessário financiar o desequilíbrio externo. Nesse sentido, o objetivo do II PND era manter o crescimento econômico por volta de 10% ao ano e o crescimento industrial por volta de 12% ao ano. Vamos ver se de fato o objetivo foi atendido, através de uma análise da Tabela 4.4.

Tabela 4.4 | Taxas de crescimento dos setores econômicos e do PIB entre 1974 e 1979

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1974	9,0	7,8	1,0	9,7
1975	5,2	3,8	7,2	2,9
1976	9,8	12,1	2,4	8,9
1977	4,6	2,3	12,1	2,6
1978	4,8	6,1	-3,0	4,3
1979	7,2	6,9	4,9	6,7

Fonte: Gremaud et al. (2011, p. 402).

Como podemos ver na Tabela 4.4, o objetivo do governo ao lançar o II PND não foi atingido. De fato, no período de 1974 a 1979, houve aumento do crescimento econômico, porém, conforme os anos foram passando, a taxa de crescimento do PIB de um ano para o outro foi cada vez menor (em 1974, por exemplo, o PIB cresceu 9%, enquanto, no ano seguinte, esse crescimento foi de “apenas” 5,2%, e assim sucessivamente, com exceção dos anos de 1976 e 1979).

Apesar de não ter alcançado, em termos de crescimento econômico, o resultado esperado, o II PND transformou totalmente as prioridades da industrialização brasileira do período anterior, de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda para o de crescimento baseado no setor produtor de meios de produção (bens de capital e insumos básicos).



### Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), leia o artigo *O Estado e suas razões: o II PND*, escrito pelos professores Fonseca e Monteiro (2008), disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

Assim, o II PND tinha a seguinte lógica: se as empresas estatais investissem e dessem incentivos ao setor de insumos, a demanda gerada por esse investimento inicial estimularia o setor privado a investir no setor de bens de capital. Entretanto, dois problemas surgiram para executar o plano: o apoio político e o financiamento do processo. Para o primeiro problema, a solução foi modernizar as regiões não industrializadas, recebendo apoio dos políticos dessas regiões, como a construção da siderúrgica em Itaquí, na Bahia. O financiamento, por sua vez, foi feito por empréstimos estrangeiros (o crédito estava fácil em função dos petrodólares), o que aumentou ainda mais a dívida externa brasileira.



### Vocabulário

**Petrodólares** representam uma transação comercial entre um país que compra petróleo com dólares e outro que vende o petróleo e recebe em dólar.

Em 1979, o Irã, o segundo maior produtor e exportador de petróleo do mundo, paralisou sua produção dessa commodity em razão da revolução islâmica ou revolução fundamentalista, em que Reza Pahlevi, presidente do país, foi acusado de corrupto e pró-ocidente, sendo deposto do cargo, assumindo, em seu lugar, o líder religioso Khomeini, que não era muito simpático aos países dependentes do petróleo. Com as mudanças no Irã, o país deixou de produzir e exportar petróleo, o que, claro, reduziu a oferta do produto e trouxe aumento do preço (para você ter uma ideia, o preço do barril do petróleo chegou a dobrar, passando de US\$ 40,00 para US\$ 80,00, em 1980). Essa pausa na produção e consequente ampliação do preço do barril do petróleo acarretou a **segunda crise do petróleo**, em 1979.



### Refleta

Vamos imaginar que ocorresse a terceira crise do petróleo. Qual seria o impacto disso para a economia brasileira? O que o governo brasileiro pode fazer para que a dependência do petróleo seja reduzida?

Porém, diferente do primeiro choque do petróleo de 1973, a segunda crise do petróleo teve duração maior, pois o governo iraniano controlou, até 1986, os preços do produto de acordo com sua vontade, o que gerou inimizade entre Estados Unidos e Irã. Já a economia brasileira, mais uma vez, sofreu com o novo choque, mas, dessa vez, a crise foi ainda maior. Se em 1973 os preços aumentaram, a inflação ficou fora de controle e o Balanço de Pagamentos incorreu em grande déficit, com a segunda crise do petróleo o nosso país chegou em uma situação de estar "à beira da falência". Mas por que o impacto do segundo choque do petróleo foi maior do que o primeiro? Simples! Se em 1973 estávamos vindo de um período de altas taxas de crescimento econômico, em 1979 estávamos vindo de um período de recuperação econômica.

Mas as crises do petróleo trouxeram alguma consequência positiva para o Brasil? A consequência positiva, se é que podemos chamar assim, dessas crises do petróleo é que elas mudaram a política brasileira em termos de combustíveis, ou seja, iniciaram-se, no Brasil, investimentos no desenvolvimento de combustíveis alternativos à gasolina.

Assim, a situação da economia brasileira, no início da década de 1980, era muito difícil. Além de estar vulnerável às condições externas, em razão do segundo choque do petróleo, em 1979, e da reversão nas condições de financiamento internacional (devido ao aumento da taxa de juros internacional que fez nossa dívida externa crescer, já que boa parte da composição dessa dívida estava baseada em taxas de juros flutuantes, ou seja, as taxas de juros dos contratos dessa dívida eram alteradas sempre que os juros do mercado financeiro internacional eram mudados), nossa economia também presenciou uma deterioração da situação fiscal do Estado com a redução na Carga Tributária Bruta em conjunto com aumento no volume de transferências, e um déficit nas estatais, já que essas empresas do governo apresentavam prejuízo, pois o passivo financeiro era enorme. Além disso, havia déficit orçamentário devido às operações de crédito do governo, principalmente utilizando um *spread* negativo. Havia também pressões inflacionárias em função dos desequilíbrios externos, dos choques de oferta e dos déficits públicos; e uma mudança de governo (de Geisel para Figueiredo).



### Vocabulário

**Orçamento monetário** é um instrumento de projeção das variações nas contas consolidadas das autoridades monetárias e dos bancos comerciais para um determinado período de tempo. Essas projeções resumem, para o período em consideração, a forma como se pretende conduzir a política monetária, em termos de aumento de empréstimos ao governo e ao setor privado, de acumulação de reservas cambiais, de expansão dos meios de pagamento etc. Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/glossario/o.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Com o novo presidente, Figueiredo, a inflação voltou a ser considerada de demanda, e o ministro Delfim Netto implementou algumas medidas para combater a inflação e retomar o crescimento econômico. Como o excesso da demanda agregada foi considerado a causa da inflação, a política econômica de Simonsen procurou concentrar-se no controle dessa demanda, o que seria feito por meio de "choque ortodoxo". Porém, a ameaça de uma redução da atividade econômica fez com que o Ministro fosse substituído por Delfim Netto. O novo ministro procurou adotar as seguintes medidas para fazer com que a inflação fosse reduzida e o crescimento econômico voltasse:

- I. Controle sobre a taxa de juros.
- II. Expansão do crédito para a agricultura.
- III. Eliminação de alguns incentivos fiscais às exportações.
- IV. Estímulo à capitação externa.
- V. Maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, em dezembro de 1979.

Se essas medidas trouxeram resultados positivos (ou não) para a nossa economia, isso é um assunto para a continuação dessa disciplina.



### Pesquise mais

O texto do IPEA *Transporte e Energia no Brasil: as repercussões da crise do petróleo*, apesar de ser antigo, faz uma discussão muito interessante de como a crise do petróleo afetou dois setores tão importantes da economia, que são os setores de transporte e de energia. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6188/1/PPE\\_v14\\_n01\\_Transporte.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6188/1/PPE_v14_n01_Transporte.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

### Sem medo de errar

Após as nossas discussões, você conseguiu compreender os impactos sobre a economia brasileira trazidos pelas crises do petróleo da década de 1970 e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado durante o governo Geisel? O entendimento dos fatos e dados apresentados ajudarão a responder aos questionamentos de Marcelino.

Lembre-se de que até 1973 a economia brasileira estava em um período de crescimento econômico, mas, em novembro desse mesmo ano, estourou a primeira crise do petróleo, que fez com que o preço desse produto aumentasse consideravelmente, impactando toda a nossa economia, já que os custos de produção ficaram muito mais altos, inclusive para os negócios de Marcelino. Para tentar amenizar a nova situação econômica, o governo Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, procurando ajustar a estrutura de oferta de longo prazo para fazer com que o Brasil voltasse a crescer economicamente. Para atingir os objetivos de crescimento do PIB, foi dada ênfase à indústria de base, que acabou alterando a estrutura da economia brasileira e da empresa LogChega.



### Atenção

Em 1973, estourou no mundo a primeira crise do petróleo, que fez com que os preços do barril do petróleo aumentassem em patamares nunca antes vistos.

## Avançando na prática

### Vendo gasolina, e agora?

#### Descrição da situação-problema

João Carlos Almeida da Silva era um jovem empresário do ramo de serviços que, vendo a prosperidade da economia brasileira no início da década de 1970, resolveu abrir um posto de combustível na cidade de Salvador. Porém, João Carlos passou pelos dois choques do petróleo, ocorridos em 1973 e 1979, que fizeram com que o preço da gasolina aumentasse tanto que suas vendas foram bruscamente diminuídas, levando-o quase à falência. Hoje, João Carlos lembra desse período de forma nostálgica, dizendo a todos que seu posto sobreviveu a dois choques do petróleo. No entanto, mesmo se gabando do seu feito, ele ainda tinha uma grande dúvida sobre essas duas crises do petróleo: por que, em 1973, o impacto do aumento do preço do barril de petróleo para o seu posto de gasolina foi menor do que o impacto trazido pelo choque de 1979?

#### Resolução da situação-problema

Em 1973, o Brasil vinha de um período que ficou conhecido como Milagre Econômico, quando o nosso país cresceu, em termos produtivos, a uma taxa média de 10% ao ano. Já em 1979, a economia brasileira tentava se recuperar, porém, antes disso acontecer, uma nova crise do petróleo aconteceu, tendo durado mais tempo do que a primeira e tendo impactado o posto de João Carlos de forma mais severa. Ou seja, o impacto do aumento do preço do petróleo em 1973 foi menor do que em 1979 em razão de dois pontos principais. O primeiro ponto é que, antes do choque do petróleo de 1973, a economia brasileira estava em expansão, vindo do período do Milagre Econômico; já a situação em 1979 era bem diferente, pois a economia brasileira enfrentava alguns problemas conjunturais. O segundo ponto é em relação ao tempo de duração de cada choque do petróleo, pois a segunda crise do petróleo durou até 1986. Essa segunda crise do petróleo fez o governo brasileiro incentivar o álcool como combustível alternativo à gasolina. Isso foi o que "salvou" o posto de João Carlos Almeida da falência, já que as pessoas passaram a comprar automóveis movidos a álcool.

**Faça valer a pena**

**1.** O período do Milagre Econômico da economia brasileira encerrou-se em novembro de 1973, quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram muito o preço do barril do produto. Esse fato fez com que uma crise fosse desencadeada, a primeira crise do petróleo, que impactou, e muito, a nossa economia.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o impacto da primeira crise do petróleo na economia brasileira.

- a) O Brasil passou a produzir a maior parte do petróleo que antes era importado.
- b) O Brasil deixou de consumir gasolina e passou a só consumir álcool.
- c) Houve aumento no valor e na quantidade das exportações brasileiras, principalmente em tecnologia.
- d) A Balança Comercial brasileira ficou deficitária em 1974, reduzindo as reservas internacionais.
- e) O Balanço de Pagamentos ficou superavitário, pois reduzimos as importações.

**2.** O início da década de 1970 começou promissor, com rápido crescimento da economia brasileira, em torno de 10% ao ano. Mas com a primeira crise do petróleo alguns problemas foram agravados, entre eles:

- I – Aumento da taxa de inflação.
- II - Desequilíbrios na balança comercial.
- III - Aumento da concentração de renda.
- IV - Aumento do número de empregos.

Assinale a alternativa que contemple todas as afirmativas corretas:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

**3.** Como o primeiro choque do petróleo fez com que houvesse uma grande inflação, o governo brasileiro tinha de tomar uma decisão sobre qual caminho iria seguir. As opções da época eram:

- I – Redução do crescimento econômico para reduzir o déficit na Balança

Comercial.

II – Aumentar o crescimento econômico e aceitar que houvesse redução das reservas.

III – Pegar empréstimo com o Banco Mundial, já que havia alta liquidez internacional.

IV – Valorizar a taxa de câmbio e, assim, conseguir que não houvesse déficit comercial.

Assinale a alternativa que contemple todas as assertivas corretas:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.



# Referências

ABREU, M. P. (Org). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BARAT, J.; NAZARETH, P. B. Transporte e energia no Brasil: as repercussões da crise do petróleo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 197-244, abr. 1984. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6188/1/PPE\\_v14\\_n01\\_Transporte.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6188/1/PPE_v14_n01_Transporte.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Circular nº 10. **Resolução nº 4, de 21.7.65**. Rio de Janeiro, 2 set. 1965. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40139/Circ\\_0010\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40139/Circ_0010_v1_O.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan./mar. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-714020080002000006&script=sci\\_arttext&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-714020080002000006&script=sci_arttext&tIng=pt)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-714020000003000004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-714020000003000004)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

LACERDA, A. C. de et al. **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 2, p. 157-177, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SIMONSEN, M. H. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SOUZA, J. M. de. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson, 2009.

SUMMA, R. Uma avaliação crítica das estimativas da curva de Phillips no Brasil. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 157-183, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11739/8460>> Acesso em: 10 mar. 2017.

VALOR ONLINE. Energia elétrica responde pelo maior impacto individual do IPCA-15. **Extra Globo**, 24 fev. 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/energia-eletrica-responde-pelomaiorimpacto-individual-do-ipca-15-15426027.html>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI F. Determinantes do "milagre econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, abr./jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006)>. Acesso em: 10 mar. 2017.











ISBN 978-85-8482-823-4



9 788584 828234 >